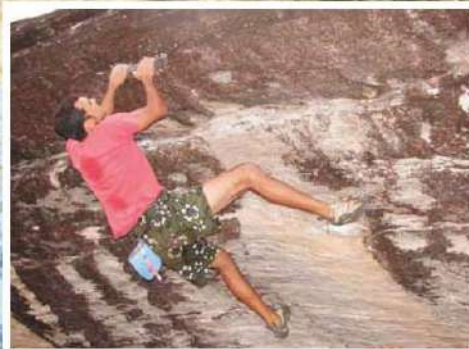


- PLANO DE MANEJO - PARQUE NATURAL MUNICIPAL SALÃO DE PEDRAS



**- Conceição do Mato Dentro - MG
Agosto de 2012**

- PLANO DE MANEJO -

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARQUE NATURAL MUNICIPAL SALÃO DE PEDRAS

REALIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – MG
R. Daniel de Carvalho, 161. centro
Conceição do Mato Dentro – MG.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo / SEMAT
Responsável: Sandro Heleno Lage da Silva
E-mail: sandrolage82@yahoo.com.br
Telefone /Fax: (31) 3868-2431

Apoio

ANGLO FERROUS MINAS-RIO MINERAÇÃO S.A.
CNPJ 02.359.572/0003-59
Sede: Rio de Janeiro
Filial: R. Raul Soares, 159. centro
35.860-000 – Conceição do Mato Dentro - MG
Telefone /Fax: (31) 3516-7100



Elaboração

Os trabalhos foram coordenados pela:

BIOPRESERVAÇÃO - CONSULTORIA E EMP. LTDA.

CNPJ Nº 05.974.171/0001-35.

Sede: Rua José Apolinário C. Pena, 07 - Bairro Centro.

CEP: 36.525-000. Guiricema - MG.

Escritório Administrativo:

Av. Raquel Teixeira Viana, 660 / sala 102. B. Canaã

35.700-293 - Sete Lagoas – MG.

Tel. (31) 3774-0926 / 8689-1143.

Email: biopreservar@biopreservar.com.br

Home Page: www.biopreservar.com.br

e pela equipe técnica, abaixo descrita:

NOME	FORMAÇÃO	TEMA
Marcos Aurélio Sartori	Engenheiro Florestal -	Coordenador geral
Arnaldo Teixeira Coelho	Dr. Geotecnia	R.A. Degradadas
Helton Lourenço Carmanini	Engenheiro Agrimensor	Mapeamento
Fabiano Lopes de Paula	Ms. Arqueologia – Pesquisador IEPHA	Arqueologia
Leonardo B. Barbosa	Ms. Ecologia Social	Moderador
Ramon Oliva	Geógrafo	Sócio-economia
Adair Maria Sartori	Pedagoga	Sócio-economia
Vitor P. Alcoforado Rebello	Engenheiro Agrônomo	Pedologia
Thiago dos Santos Coser	Doutorando em Botânica	Flora
Luis Fernando Magnago	Doutorando em Botânica	Flora
Sebastião L. F. Sobrinho	Parabotânico Univ. Federal de Viçosa	Flora
Larissa Lacerda Moraes	Prof. UFV. Biologia Animal	Ornitofauna
Priscila K. Ribeiro Soares	Estagiária	Ornitofauna
Mariana Ferreira Rocha	Ms. Ecologia Aplicada – Mastozoóloga	Mastofauna
Mariane Barroso de Paula	Bióloga	Mastofauna
Thiago Silva Soares	Doutorando Herpetofauna	Herpetofauna
Gustavo Ganzaroli Mahé	Ecólogo	Herpetofauna
Márcia C. Ribeiro Oliveira	Engenheira Ambiental	Programas Ambientais



ÍNDICE

Apresentação.....	7
Ficha Técnica.....	9
Localização e Acesso à Unidade de Conservação	10
Histórico e Antecedentes	12
Origem do Nome	13
ENCARTE I - CONTEXTUALIZAÇÃO	15
1.1. DESCRIÇÃO DO SISTEMA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	15
1.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA UC NO CENÁRIO INTERNACIONAL	17
1.2.1. Acordos Internacionais	18
1.2.2. Análise do Parque Natural Municipal Salão de Pedras frente a sua situação de inserção na Reserva da Biosfera e outros atos declaratórios internacionais	21
1.3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL SALÃO DE PEDRAS NO CENÁRIO FEDERAL	28
1.3.1. O Parque Natural Municipal Salão de Pedras e o Cenário Federal	28
1.3.2. A Unidade de Conservação e o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC).....	30
1.4. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS UC's NO CENÁRIO ESTADUAL.....	33
1.4.1. Unidades de Conservação Estaduais	34
1.4.2. Instituições Estaduais e Ações Governamentais	35
ENCARTE II - ANÁLISE DA REGIÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO.....	38
2. LOCALIZAÇÃO E ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO.....	38
2.1. ÁREA DE INFLUÊNCIA AMPLA.....	40
2.2. ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA	41
2.3. CONTEXTO HISTÓRICO REGIONAL	41
2.3.1. Aspectos Históricos do Município	42
2.4. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E PROBLEMAS AMBIENTAIS DECORRENTES	46
2.4.1. Comprometimento dos rios	52
2.5. A RELAÇÃO DA POPULAÇÃO COM MEIO AMBIENTE	53
2.6. VISÃO DAS COMUNIDADES SOBRE A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	53
2.7. ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	57
2.8. LEGISLAÇÃO PERTINENTE	58
2.8.1. Legislação Federal	58
2.8.2. Legislação Estadual.....	67
2.8.3. Legislação Municipal	69
2.9. POTENCIAL DE APOIO A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO.....	70
ENCARTE III. ANÁLISE DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	74
3.1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO.....	74
3.1.1 Acesso a Unidade de Conservação.....	74
3.2. CARACTERIZAÇÃO DOS FATORES ABIÓTICOS E BIÓTICOS.....	75
3.2.1. Caracterização dos Fatores Abióticos	75
3.2.1.1. Geologia Regional	75
3.2.1.1.1. Estratigrafia	76
3.2.1.1.2. Compartimentos Geomorfológicos	80
3.2.1.2. Solos.....	82
3.2.1.3. Recursos Hídricos.....	84
3.2.1.4. Clima.....	85
3.2.1.5. Espeleologia	88
3.2.2 Caracterização dos Fatores Bióticos	88
3.2.2.1. Estudos da Flora	90
3.2.2.1.1. Metodologia dos estudos da Flora	90



3.2.2.1.2. Fitofisionomias.....	92
3.2.2.1.2.1. Cerrado Sensus Stricto	93
3.2.2.1.2.2. Campo Rupestre.....	95
3.2.2.1.2.3. Floresta Estacional Semidecidual	97
3.2.2.1.3. Levantamento florístico.....	97
3.2.2.1.4. Inventário fitossociológico.....	103
3.2.2.1.4.1. Floresta Estacional Semidecidual	103
3.2.2.1.4.2. Campo Rupestre Quartzítico.....	105
3.2.2.1.4.3. Espécies Exóticas	106
3.2.2.1.4.4. Espécies de Interesse para conservação	107
3.2.2.1.4.5. Desmatamento.....	108
3.2.2.1.5. Considerações Finais	109
3.2.2.2. Estudos da Fauna	109
3.2.2.2.1. Metodologia utilizada para o registro de mamíferos não voadores.....	109
3.2.2.2.1.1. Amostragem de pequenos mamíferos	110
3.2.2.2.1.2. Amostragem de mamíferos de médio e grande portes	112
3.2.2.2.1.3. Evidências Diretas	112
3.2.2.2.1.3.1. Censos diurnos e noturnos.....	112
3.2.2.2.1.4. Evidências Indiretas.....	113
3.2.2.2.1.4.1. Identificação de pegadas, fezes e tocas	113
3.2.2.2.1.4.2. Entrevistas	114
3.2.2.2.1.5. Resultados e discussão	114
3.2.2.2.1.6. Espécies Exóticas	120
3.2.2.2.1.7. Espécies Endêmicas e Ameaçadas.....	120
3.2.2.2.2. Metodologia utilizada para o registro da herpetofauna.....	122
3.2.2.2.2.1 Área de estudo	123
3.2.2.2.2.2. Material e Métodos	124
3.2.2.2.2.3. Esforço amostral	127
3.2.2.2.2.4. Resultado e Discussão	129
3.2.2.2.2.4.1. Diversidade	129
3.2.2.2.2.4.2. Endemismo de espécies.....	134
3.2.2.2.2.4.3. Fauna ameaçada de extinção.....	135
3.2.2.2.2.4.4. Espécies exóticas	135
3.2.2.2.2.4.5. Considerações taxonômicas.....	135
3.2.2.2.2.4.6. Espécies de interesse para conservação	136
3.2.2.2.3. Metodologia dos estudos da avifauna	140
3.2.2.2.3.1. Resultado e Discussão	141
3.2.2.2.3.1.1. Espécies migratórias	148
3.2.2.2.3.1.2. Espécies de interesse para a conservação	150
3.2.2.2.3.2. Recomendações de manejo	150
3.3. Patrimônio Cultural Material e Imaterial da UC	156
3.3.1. Aspectos culturais e históricos	156
3.3.2. Processo histórico de ocupação do território.....	156
3.3.3. Atrativos turísticos.....	157
3.3.4. Aspectos Histórico-sociais	161
3.3.5. Sítios Arqueológicos existentes no Município.....	161
3.3.5.1. A situação dos sítios Arqueológicos	163
3.4. Sócio-economia.....	165
3.4.1. Demografia.....	165
3.4.2. Demografia Regional	165
3.4.3. Educação	167
3.4.4. Saúde.....	169
3.4.5. Índice de Desenvolvimento Humano – IDH	169
3.5. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA.....	171



3.6. OCORRÊNCIA DE FOGO E FENÔMENOS NATURAIS EXCEPCIONAIS	171
3.7. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PARQUE	172
3.8. ASPECTOS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	173
3.8.1. PESSOAL	176
3.8.2. Infra-estrutura, Equipamentos e Serviços	176
3.8.3. Estrutura organizacional	177
3.9. DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA	177
4. PLANEJAMENTO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	179
4.1. VISÃO GERAL DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO	179
4.1.1. Etapas específicas do processo de planejamento	180
4.2. AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	180
4.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	185
4.4. ZONEAMENTO	186
4.4.1. Descrição das Zonas	186
4.4.1.1. Zona Primitiva.....	189
4.4.1.2. Zona de Uso Extensivo	190
4.4.1.3. Zona de Uso Intensivo	192
4.4.1.4. Zona Histórico-Cultural	193
4.4.1.5. Zona de Recuperação	195
4.4.1.6. Zona de Uso Especial	197
4.4.1.7. Zona de Amortecimento	198
4.4.2. Síntese do Zoneamento	200
4.5. NORMAS GERAIS DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	203
4.6. PROGRAMAS DE MANEJO	207
4.6.1. Programa de Conhecimento	210
4.6.1.1. Subprograma de Pesquisa	210
4.6.1.2. Subprograma de Monitoramento Ambiental	213
4.6.2. Programa de Integração com a Zona de Amortecimento.....	215
4.6.2.1. Subprograma de Relações Públicas	216
4.6.2.2. Subprograma de Educação Ambiental	217
4.6.2.3. Subprograma de Controle Ambiental.....	221
4.6.2.4. Subprograma de Incentivo a Alternativas de Desenvolvimento	224
4.6.3. Programa de Manejo do Meio Ambiente	227
4.6.3.1. Subprograma de Proteção	228
4.6.3.2. Subprograma de Manejo dos Recursos.....	232
4.6.4. Programa de Operacionalização.....	233
4.6.4.1. Subprograma de Administração e Manutenção	234
4.6.4.2. Subprograma de Infraestrutura e Equipamentos.....	241
4.6.4.3. Subprograma de Cooperação Institucional	244
4.7. ESTIMATIVAS DE CUSTOS	246
4.7.1. Cronograma Físico-financeiro	246
REFERÊNCIAS.....	280



Apresentação

As mais recentes transformações decorrentes dos novos paradigmas que estão redesenhando os modelos tradicionais de desenvolvimento, tanto na esfera global, como no âmbito interno, com a inclusão do conceito de sustentabilidade, na formulação das políticas econômicas e sócio-ambientais estão provocando progressiva mudança de atitude dos cidadãos, governantes e empresários diante da real situação da biodiversidade brasileira, ampliando, a cada ano, os esforços para sua proteção.

Qualitativamente, Minas Gerais é um dos estados de maior diversidade biológica no Brasil uma vez que abriga uma rica fauna e flora distribuída em três biomas: Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga. Lamentavelmente, entretanto, o Estado vem sendo submetido a uma alta e contínua pressão antrópica, o que torna cada vez mais urgente iniciativas voltadas para a conservação e para o uso sustentável de seus recursos naturais.

Em especial, a região da Serra do Espinhaço Setentrional, foi classificada Segundo o Projeto de Ações Prioritárias para Conservação da Biodiversidade no Estado de Minas Gerais, como de importância biológica Especial e as ações de conservação sugeridas são a investigação científica, criação de Unidades de Conservação e manejo dos recursos naturais.

Do ponto de vista da flora e da fauna de invertebrados, répteis, anfíbios, aves e mamíferos, as áreas sugeridas como prioritárias para a conservação da Biodiversidade no Estado de Minas Gerais incluem a região da **Serra do Espinhaço**, área de inserção do Parque Natural Municipal Salão de Pedras.

A figura 01 apresenta a localização das áreas prioritárias para a criação de Unidades de Conservação, Investigação Científica, Manejo, Promoção de Conectividade entre áreas e Recuperação/Reabilitação dentro do Estado de Minas Gerais (Fundação Biodiversitas, 2004).

Inserida numa das regiões mais belas do Estado de Minas Gerais, o Parque Natural Municipal Salão de Pedras encontra-se localizado na Serra do Espinhaço - divisor geográfico das terras do mato-a-dentro e do sertão das gerais. Em termos de vegetação a serra é um divisor dos Biomas Mata Atlântica e Cerrado, sendo considerado um ecótono de rara beleza cênica, que abriga varias espécies endêmicas, restritas e/ou ameaçadas de extinção.

Foi também em busca do desenvolvimento sustentável destes importantes ecossistemas e da garantia da integridade que a comunidade local, articulada pela Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente, com a participação ativa da Câmara dos vereadores, propôs a criação do Parque Natural Municipal Salão de Pedras e do Parque Estadual Serra do Intendente, apresentado ao Instituto Estadual de Florestas - IEF. Tudo isso revela a atenção do município para a preservação de seus recursos naturais.

Através do Diagnóstico Ambiental é que se elaboraram a proposta de criação do Parque Natural Municipal Salão de Pedras, considerando os potenciais, os recursos disponíveis, as restrições, buscando melhor adaptarem-se às técnicas de planejamento ecológico e às necessidades dos habitantes, usuários históricos da região.

A região de inserção do Parque Salão de Pedras é caracterizada pontualmente pela formação rochosa quartzítica apresentando imponentes blocos de rochas, por isto o nome



Salão de Pedras, apresentando-se como um dos ecossistemas atualmente mais ameaçados e menos protegidos por Unidades de Conservação

Área de elevado grau de endemismo e de vegetação peculiar que protege importantes nascentes e mananciais de água que até bem pouco tempo atrás abastecia a sede do município de Conceição do Mato Dentro, o Parque Salão de Pedras tem merecido da administração municipal atenção especial: apoio integral ao seu reconhecimento como Unidade Conservação de Proteção Integral inserida na Reserva da Biosfera pelo Programa Homem e Biosfera da organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Desta forma, 27% da Reserva da Biosfera do Espinhaço se encontram protegidos, mas é preciso avançar cada vez mais no sentido de garantir a preservação do patrimônio natural e cultural da região.

Neste sentido, dado a proximidade desta importante Unidade de Conservação com a zona urbana do município, é que o Plano de Manejo do Parque Salão de Pedras deverá priorizar ações de mediação de conflitos entre uso do solo e proteção dos recursos naturais, adotando regimes consensuais de gestão com a participação e o envolvimento da comunidade, sobretudo das pessoas que estão diretamente ligadas à área do Parque.

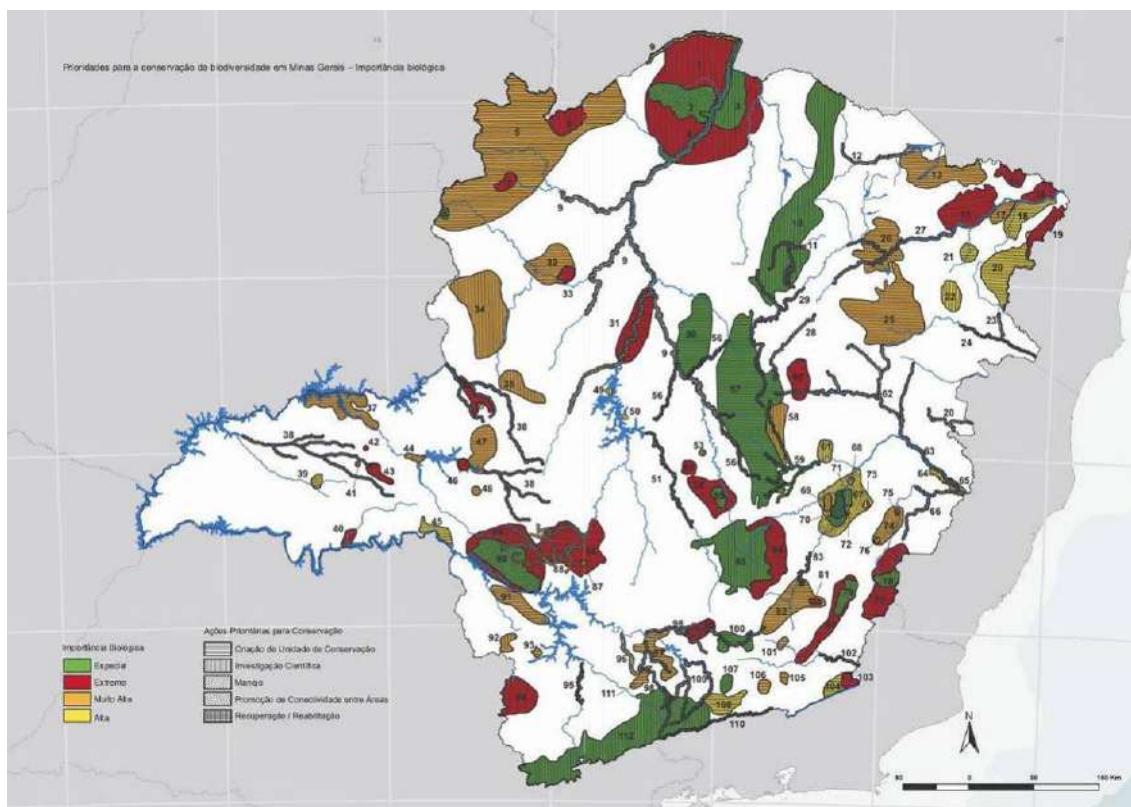


Figura 01. Mostra as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade no Estado de Minas Gerais. Fonte: Atlas da Biodiversidade, Fundação Biodiversitas, 2005.

Ficha Técnica

Nome da Unidade de Conservação (UC): PARQUE NATURAL MUNICIPAL SALÃO DE PEDRAS UGR (Unidade Gestora Responsável): Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro		
Endereço da Sede	RUA DANIEL DE CARVALHO, 161. CENTRO. CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO CEP: 35.860-000	
Telefone:	(31) 3868 - 2431	
Fax:	(31) 3868 - 2431	
Superfície da UC(ha):	857,621 ha	
Perímetro da UC (m)	24.644,97m	
Estados que abrange	Minas Gerais	
Município que abrange	Conceição do Mato Dentro	
Coordenadas geográficas:	Norte:	18° 57' 56,28"S 43° 24' 12,92"O
	Leste:	19° 00' 07,51"S 43° 23' 15,19"O
	Sul:	19° 03' 33,27"S 43° 24' 07,11"O
	Oeste:	19° 00' 53,35"S 43° 25' 02,06"O
Lei de criação	Lei Nº 1.594 de 29 de novembro de 1999	
Biomass	Biomass Cerrado e Mata Atlântica (ecótono).	
Fitofisionomias	Floresta Estacional Semidecidual, Mata de Galeria e Campos rupestres sobre solos distróficos do tipo solos quartzosos e em pequenas machas latossolos vermelhos.	
Atividades ocorrentes:	No interior da UC é comum observar a extração ilegal de madeira utilizada como lenha e o pastoreio de animais. Devido à grande proximidade com a zona urbana do município e falta de infra-estrutura da Unidade, o turismo e o acesso à área são feito de forma desordenada. É possível observar ainda que com aumento da pressão imobiliária dos últimos 03 anos várias áreas dentro da UC estão sendo invadidas por moradores locais.	
Educação Ambiental	Em fase de planejamento	
Uso Público	Em fase de planejamento.	
Fiscalização	Exercida pela Polícia do Meio Ambiente através de convênio com a Prefeitura Municipal. Realizado por meio de rondas de vigilância visando principalmente: prevenção e combate a incêndios, caça, extração de recursos vegetais.	
Pesquisa	Prevê-se a realização de pesquisas para a elaboração da Avaliação Ecológica Rápida – AER - contando com levantamentos sobre fauna, flora, fatores abióticos e sócio-econômicos.	
Atividades Conflitantes:	Incêndios; Situação fundiária irregular; Criação de animais em áreas impróprias; Extração de recursos vegetais naturais e caça, invasão da área do parque, pressão imobiliária.	
Atividades de Uso Público:	Visitação pública em fase de planejamento.	



Localização e Acesso à Unidade de Conservação

Segundo a divisão vigente no Estado de Minas Gerais, o município de Conceição do Mato Dentro localiza-se na Macrorregião de Planejamento Central e na Microrregião de Conceição do Mato Dentro. A microrregião congrega, além do município que lhe dá nome, as cidades de Alvorada de Minas, Congonhas do Norte, Dom Joaquim, Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar, Passabem, Rio Vermelho, Santo Antônio do Itambé, Santo Antônio do Rio Abaixo, São Sebastião do Rio Preto, Serra Azul de Minas e Serro.

Com uma área total de 1.618,0 km² Conceição do Mato Dentro possui os seguintes distritos, além da sede: Brejaúba, Córregos, Costa Sena, Itacolomi, Santo Antônio do Norte e São Sebastião do Bom Sucesso. Fonte: IGA Instituto de Geociências Aplicadas

Faz limites com os seguintes municípios de Alvorada de Minas, Serro e Presidente Kubitschek (a Norte); com Dom Joaquim (à Leste); com São Sebastião do Rio Preto e Ferros (a Sudeste); com Morro do Pilar e Santo Antônio do Rio Abaixo (ao Sul); com Santana do Riacho (à Sudoeste) e com Santana de Pirapama e Congonhas do Norte (Oeste)

O acesso à sede municipal de Conceição do Mato Dentro, partindo de Belo Horizonte, é realizado através da MG-010, percorrendo-se aproximadamente 60km de estrada pavimentada passando pelos municípios de Vespasiano, Lagoa Santa, Jaboticatubas e Santana do Riacho, até a sede do Município de Conceição do Mato Dentro.

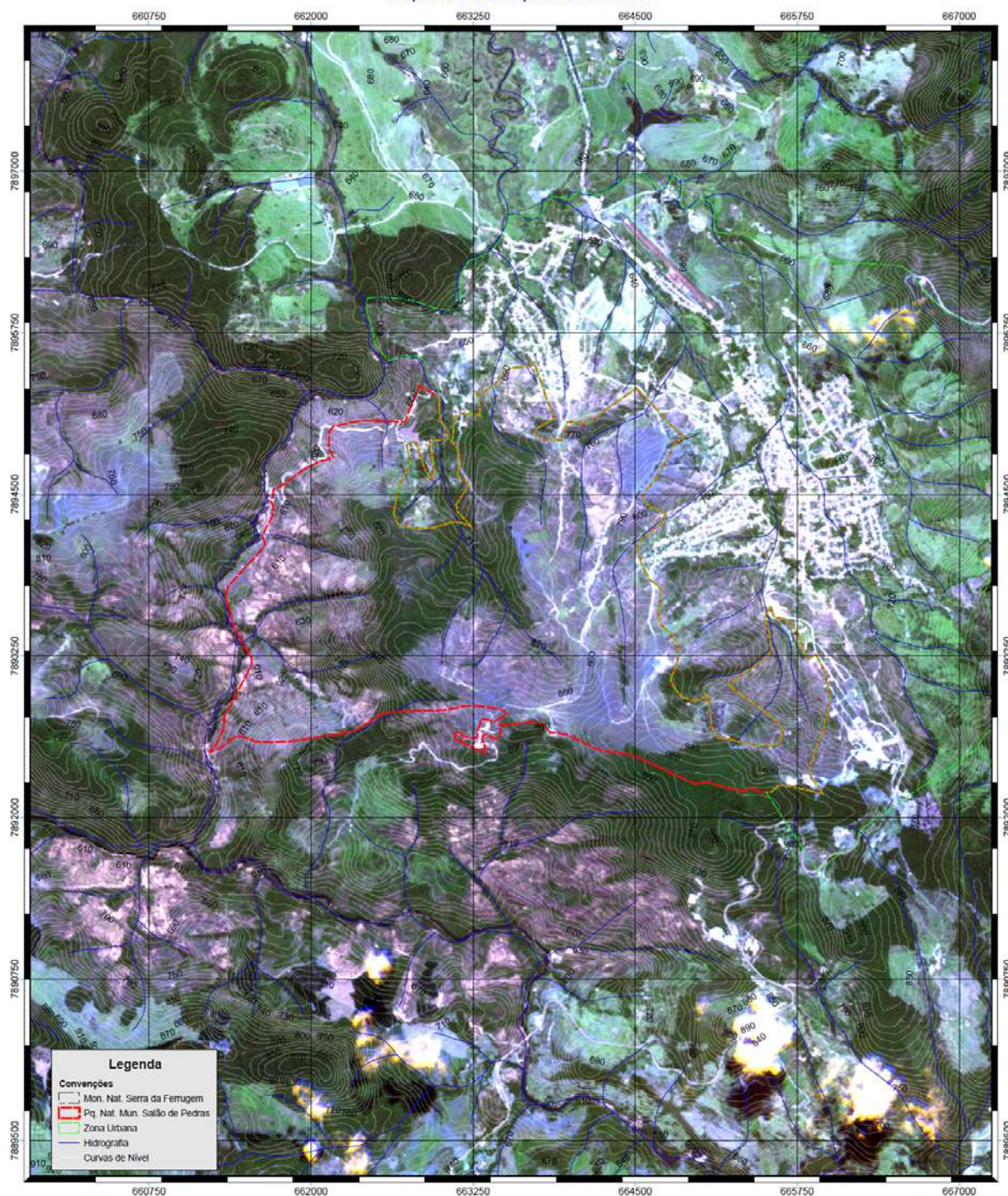
Para se chegar à área do Parque, partindo do centro da cidade, segue no sentido ao bairro Vila Caetano subindo a rua principal até a parte mais alta do bairro. A partir daí percorre-se uma distância aproximada de 02 km em estrada não pavimentada até a parte central do da área de inserção do Parque Municipal Salão de Pedras

Quadro 01 - Distâncias entre Conceição do Mato Dentro e os principais pólos regionais e centros nacionais

Cidades	Km
Serro	51
Morro do Pilar	64
Curvelo	227
Diamantina	139



Carta Imagem
Parque Natural Municipal Salão de Pedras



Histórico e Antecedentes

Conceição do Mato Dentro surgiu como povoado, junto com os primeiros momentos do século XVIII e o início da colonização do interior brasileiro, fazendo parte da região por onde passavam os contrabandistas de diamantes vindos do norte em direção ao sul, numa trilha quase inacessível ao braço pesado da lei, que serpenteava pelo espigão mestre da Serra do Espinhaço. A abundância do ouro incentivou o rápido crescimento do arraial, que se desenvolveu em torno da capela votiva erguida pelos descobridores, em ação de graças a Nossa Senhora da Conceição, cujo nome foi adotado pelo novo povoamento. A mata de toda essa região foi bastante destruída a fogo, com o objetivo de fazer pastagens, sendo a exploração de madeiras de lei e a extração de carvão atividades econômica secundárias.

Devido a sua importância econômica e grande interesse científico, a região de Conceição do Mato Dentro, tem sido objeto de sucessivos estudos por diversos pesquisadores desde o século passado. As primeiras pesquisas de cunho econômico e abrangência regional se devem a *Von Eschwege* (1833; in: Dossin et al., 1984), sendo o primeiro a utilizar o termo Espinhaço para esta Serra.

A partir desse meio privilegiado surgiu a idéia de criação do Parque Natural Municipal Salão de Pedras que foi apresentada pela Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro ao Instituto Estadual de Florestas e aprovado pela Nº 1.594 de 29 de novembro de 1999.

Com a finalidade de diagnosticar os meios físicos e bióticos, foram realizados estudos de campo que permitiram caracterizar a relevância da área para a conservação da biodiversidade e sua inclusão na categoria de manejo. Observa-se, portanto que área do Parque Natural Municipal Salão de Pedras possui rara beleza cênica, sobretudo formada pela associação do conjunto de fitofisionomias representado por diversos locais com grandes dimensões de canga ferruginosa e áreas de preservação permanente.

Tais estudos visaram ainda, acelerar o processo de preservação da área em questão, introduzindo através de programas de Extensão Rural, a conscientização ambiental da população local através da **Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA** -, a preservação da fauna ameaçada de extinção e das nascentes que se formam na área para abastecer a população local em quantidade e qualidade. A cidade pequena, não possui degradação ambiental ou fonte poluidora de grande vulto, entretanto é em conformidade com a idéia de prever riscos e preservar a qualidade de vida que se justificava a Unidade de Conservação “*Parque Municipal*”.

Ainda segundo a *Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000* que instituiu o *SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza* – considera a categoria Parque Municipal como Unidade de Conservação de Proteção Integral, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais, e visa a preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.

Assim, partindo da proposta efetivada pela Prefeitura, passou-se à avaliação da área, o que naturalmente envolveu algumas dificuldades de gerenciamento, em virtude da variação topográfica. Era necessário instrumentalizar a idéia de Criação de Unidade de Conservação como Parque Municipal, porém seu desenvolvimento pressupunha noções conceituais básicas para embasar sua funcionalidade, visto que a existência desta Unidade de Conservação proporciona o aparecimento de fenômenos ambientais emergentes devido a estas transformações de comportamento e/ou funcionalidade preexistente.



A metodologia adotada para a caracterização da criação do Parque seguiu as diretrizes definidas pelo programa do “Instituto Estadual de Florestas” (IEF), adaptadas às especificidades locais e à forma de abordagem concebida para esta aplicação. Assim, a primeira etapa do roteiro metodológico aplicado, correspondeu à identificação das variáveis necessárias para a caracterização do quadro físico-regional da área de inserção do Parque Natural Municipal Salão de Pedras, disponível sob a forma de dados secundários. Neste contexto, foram levantadas informações junto à Prefeitura Municipal, ao Instituto de Geociências Aplicadas (IGA), ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a partir dos quais se empregou mapas do quadro físico-regional, que possibilitaram a caracterização da região de inserção. Desta forma, a organização e o traçado dos limites da área buscaram caracterizar e maximizar os elementos constituintes da paisagem intensificando suas conexões para que o equilíbrio do ecossistema viesse a ser atingido.

Com a criação do Parque Natural Municipal Salão de Pedras pela Lei Nº 1.594 de 29 de novembro de 1999, diversas ações de educação e preservação ambiental foram executadas objetivando a conscientização da população para ações em que a sustentabilidade seja o objetivo principal. Simultaneamente, a administração municipal espera-se implementar os Programas previstos no Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Salão de Pedras através das ações de mobilidade da comunidade e apoio técnico em programas de conscientização ambiental da população. A introdução de um projeto educativo-ambiental com ênfase em conservação e preservação terá efeito potencializado.

A Unidade de Conservação é supervisionada, administrada e fiscalizada pela Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro, com a participação do Conselho Consultivo, que é composto de forma colegiada e paritária, pelas autoridades públicas, estaduais e municipais, entidades ambientalistas, entidades de classe, empresas e representantes da comunidade envolvida com a UC. A gestão do Parque Natural Municipal Salão de Pedras segue os princípios democráticos através da participação comunitária, empresarial e governamental através do sistema de gestão colegiada se constituindo no mecanismo de participação da sociedade, através da indicação de seus membros que formam o Conselho Consultivo.

Origem do Nome

O Parque Natural Municipal Salão de Pedras possui este nome por caracterizar-se pela formação de blocos de rochas quartzíticas que forma um verdadeiro labirinto em meio o alto da Serra, daí o nome **Salão de Pedras**.

O histórico da preservação do Parque Natural Municipal Salão de Pedras nos remete ao histórico do uso da água que desde o início do século passado vem sendo utilizada para captação de água para o abastecimento da sede do município. Com o crescimento da população e conseqüentemente aumento da pressão imobiliária, a administração municipal através da mobilização da própria comunidade local criou no ano de 1999 o Parque Municipal através da Lei Nº 1.594 de 29 de novembro de 1999.

A partir daí, diversas ações de educação e preservação ambiental foram executadas objetivando a conscientização da população para ações em que a sustentabilidade seja o objetivo principal. Simultaneamente, a administração municipal espera-se implementar os Programas previstos no Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Salão de Pedras através das ações de mobilidade da comunidade e apoio técnico em programas de



			PLANO DE MANEJO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL SALÃO DE PEDRAS	Cód: P. Manejo Pag. 14/288
---	--	--	--	--------------------------------------

conscientização ambiental da população. A introdução de um projeto educativo-ambiental com ênfase em conservação e preservação terá efeito potencializado.

A Unidade de Conservação é supervisionada, administrada e fiscalizada pela Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro, com a participação do Conselho Consultivo, que é composto de forma colegiada e paritária, pelas autoridades públicas, estaduais e municipais, entidades ambientalistas, entidades de classe, empresas e representantes da comunidade envolvida com a UC. A gestão do Parque Natural Municipal Salão de Pedras segue os princípios democráticos através da participação comunitária, empresarial e governamental através do sistema de gestão colegiada se constituindo no mecanismo de participação da sociedade, através da indicação de seus membros que formam o Conselho Consultivo.



ENCARTE I - CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. DESCRIÇÃO DO SISTEMA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O Brasil possui uma das biotas mais notáveis do planeta, mas ela tem sido degradada de forma dramática. Um indicativo disso é a acelerada perda da vegetação nativa dos biomas e a lista de 633 espécies com populações extremamente reduzidas registradas na última revisão da fauna brasileira ameaçada de extinção.

Uma das formas mais reconhecidas e utilizadas para garantir a proteção dessas espécies e de ecossistemas são as chamadas unidades de conservação – parques nacionais, reservas biológicas e extrativistas, entre outras. Trata-se de espaços territoriais com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivo de conservar a biodiversidade e outros atributos naturais neles contidos, com o mínimo de impacto humano.

A Declaração de Bali, elaborada durante o III Congresso Mundial de Parques, realizado em 1982, enfatiza a importância das unidades de conservação como elementos indispensáveis para a conservação de biodiversidade, já que assegurariam se adequadamente distribuídas geograficamente e em extensão, a manutenção de amostras representativas de ambientes naturais, da diversidade de espécies e de sua variabilidade genética, além de promover oportunidades para pesquisa científica, educação ambiental, turismo e outras formas menos impactantes de geração de renda, juntamente com a manutenção de serviços ecossistêmicos essenciais à qualidade de vida.

Essa premissa foi reforçada pela Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica, adotada pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – CNUMAD (Rio-92). No âmbito da convenção, assinada por 175 países, um sistema adequado de unidades de conservação é considerado o pilar central para o desenvolvimento de estratégias nacionais de preservação da diversidade biológica.

O estabelecimento de parques e reservas no Brasil pode ser considerado um fenômeno ainda recente, sendo que a maioria foi criada nos últimos 30 anos. No entanto, espera-se que as oportunidades para a expansão do sistema se esgotem nas próximas duas décadas, tornando imperativa a criação de um maior número possível de unidades de conservação em todos os biomas brasileiros, valendo-se de critérios biológicos.

O país possui um sistema de unidades de conservação relativamente extenso, com mais de 1.600 unidades e reservas particulares, federais e estaduais, totalizando aproximadamente 115 milhões de hectares. Considerando somente as unidades de conservação de proteção integral, as de maior relevância para a preservação da biodiversidade, menos de 3% da superfície do território brasileiro encontra-se dedicado oficialmente a esse objetivo.

Essa pequena fração territorial não está distribuída segundo critérios de representatividade ao longo dos diferentes ecossistemas, fato que pode reduzir a efetividade do sistema de proteção da biodiversidade brasileira. A baixa representatividade pode ser parcialmente atribuída ao histórico de uso e ocupação territorial e, por consequência, às pressões antrópicas internas e externas diferenciadas ao longo da rede de unidades de conservação em cada bioma. O Cerrado, por exemplo, apresenta apenas 6,77% de seu território legalmente protegido por unidades de conservação, sendo que o mínimo indicado pela Convenção da Diversidade Biológica é de 10 %. Daquele total, de acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente, 3,88% são de unidades de conservação de uso sustentável e



2,89% são unidades de conservação de proteção integral. “Quando o objetivo é salvaguardar amostras significativas dos biomas brasileiros, devemos priorizar as áreas de proteção integral, que são aquelas que não permitem o uso direto dos recursos”.

Análise recente realizada pela Conservação Internacional, enfocando os Biomas Cerrado e Mata Atlântica, indicam que o atual sistema não protege adequadamente as espécies ameaçadas. Se o objetivo é conservar a maior fração possível da diversidade biológica, é preciso dar maior ênfase aos grupos mais ameaçados. Várias das populações demograficamente estáveis das espécies que figuram nas chamadas listas vermelhas estão restritas a unidades de conservação e suas probabilidades de persistência, ligadas em grande parte ao futuro dessas áreas.

Por isso, a identificação de lacunas no sistema de unidades de conservação se torna ainda mais importante. Estudos têm sido aperfeiçoados, por meio do planejamento sistemático da conservação, valendo-se de ferramentas tecnológicas avançadas. Um exemplo é a revisão das áreas e ações prioritárias para conservação através dos workshops regionais de biodiversidade, como parte do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio), desenvolvido no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. Além de apontar as áreas prioritárias para a conservação, essas iniciativas são fundamentais para a produção de um diagnóstico da situação e do conhecimento científico da biodiversidade em escala regional e para indicar as potenciais áreas para criação de unidades de conservação.

A fragilidade do sistema de unidades de conservação do país não se resume aos aspectos de natureza técnico-científica ligados a sua extensão e distribuição, mas estão também associados à falta de capacidade dos órgãos de governo de oferecer os instrumentos adequados a seu manejo e proteção. Dentre os principais problemas encontram-se a indefinição fundiária de várias unidades, caça e queimadas predatórias, invasões e presença de populações humanas em unidades de proteção integral (parques, reservas biológicas e estações ecológicas), falta de pessoal técnico e de recursos financeiros e instabilidade política das agências de meio ambiente. Estudos que cobrem várias unidades de conservação em dezenas de países mostram que, uma vez decretadas, essas áreas passam a desempenhar papel relevante na conservação da biodiversidade, a despeito das dificuldades de implementação.

Um dos pontos mais polêmicos ligados às unidades de conservação é representado pela antiga discussão sobre o que é mais prioritário: criar unidades ou implementar as já criadas. É preciso ficar alerta para as possíveis armadilhas geradas pela questão. Se tivermos de esperar a implementação das unidades de conservação existentes para criarmos novas, o risco de perder áreas importantíssimas para a biodiversidade é bastante significativo. O equilíbrio entre as duas estratégias de ação é indispensável.

Nosso sistema de unidades de conservação representa um alicerce ainda frágil para suportar as pressões sobre a biodiversidade e necessita de investimentos significativos. Por outro lado, a rede de unidades cumpre importante papel nas estratégias de conservação, servindo como foco para projetos de educação e informação ambiental e para laboratórios de pesquisa científica e bioprospecção. Cabe aos governos e à sociedade assegurarem a viabilidade desse pilar de sustentação da diversidade biológica do Brasil.

Com a promulgação da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com o objetivo de definir as categorias de proteção, níveis de competências e objetivos gerais de Unidades de Conservação. De acordo com o SNUC, os três níveis governamentais e os proprietários particulares que voluntariamente aderirem ao sistema, são os responsáveis pela criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação.



A categoria de manejo das Unidades de Proteção Integral (Art 7º / § 1º) tem como objetivo básico à preservação da natureza, sendo admitido o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos por Lei. O grupo de Proteção Integral é composto pelas seguintes UC's:

- I – Estação Ecológica;
- II – Monumento Natural;
- III – Parques (Municipal, Estadual e Nacional);
- IV – Refúgio de Vida Silvestre;
- V – Reserva Biológica;

As categoria de manejo das Unidades de Conservação de Uso Sustentáveis (Art 7º / § 1º) tem como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Este grupo divide-se nas seguintes UC's:

- I – Área de Proteção Ambiental;
- II – Área de Relevante Interesse Ecológico;
- III – Floresta Nacional;
- IV – Reserva Extrativista;
- V – Reserva de Fauna;
- VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável;
- VII – Reserva Particular do Patrimônio Natural;

O Parque Natural Municipal tem como objetivo básico preservação de ecossistemas naturais de relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

O Parque Natural é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

1.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA UC NO CENÁRIO INTERNACIONAL

As informações apresentadas neste item contextualizam o Parque Natural Municipal Salão de Pedras no cenário internacional, especialmente levando-se em consideração sua inclusão na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço.

Neste cenário, o estabelecimento de áreas protegidas tem sido uma das mais importantes ferramentas para a conservação de alguns componentes da biodiversidade.

De acordo com dados da UNESCO (2005), existem 499 reservas da biosfera, localizadas em 110 países, que abrangem desde áreas sem presença humana até regiões com grande concentração demográfica. No Brasil são reconhecidas sete Reservas da Biosfera, sendo a primeira a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) e, as demais, reconhecidas até o ano 2006 (Quadro 02). O crescimento do número de áreas protegidas no mundo é o reflexo do aumento de políticas e comprometimento de vários países para conservação da biodiversidade remanescente no planeta terra. O crescimento da rede global de áreas protegidas, com diversos objetivos de manejo, também reflete o alto valor social e cultural dessas áreas para a sociedade em geral.



A RBSE teve sua área reconhecida pela UNESCO, em 2005 (figura 02). Foi a "Sexta" Reserva de Biosfera foi declarada pelo Programa MaB no ano de 2005. Situa-se em três grandes biomas: Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. Ocupa uma área de 3.076.458 ha.

Essa estratégia tem um papel fundamental para frear a perda de diversidade de vários países, principalmente aqueles que apresentam uma altíssima diversidade de espécies conhecidas como países megadiversos (Myers *et al.*, 2000). Porém, apenas criar unidades de conservação não garante que a biodiversidade esteja protegida, pois os resultados alcançados por esse instrumento dependerão de onde essas unidades estão sendo implantadas e como serão gerenciadas.

Uma das ferramentas para a seleção de áreas para se criar unidades de conservação é a definição de áreas prioritárias. Dentre os vários conceitos de áreas prioritárias os *hotspots* são utilizados em todo o mundo para a priorização de áreas para a criação de unidades de conservação. Para ser considerado um *hotspot* a área deve ter perdido mais de 70% da cobertura vegetal original e deve abrigar um grande número de espécies com alto grau de endemismo (Mittermeier *et al.*, 2004). No Brasil, existem dois *hotspots*: os biomas Mata Atlântica e Cerrado (Figura 02).

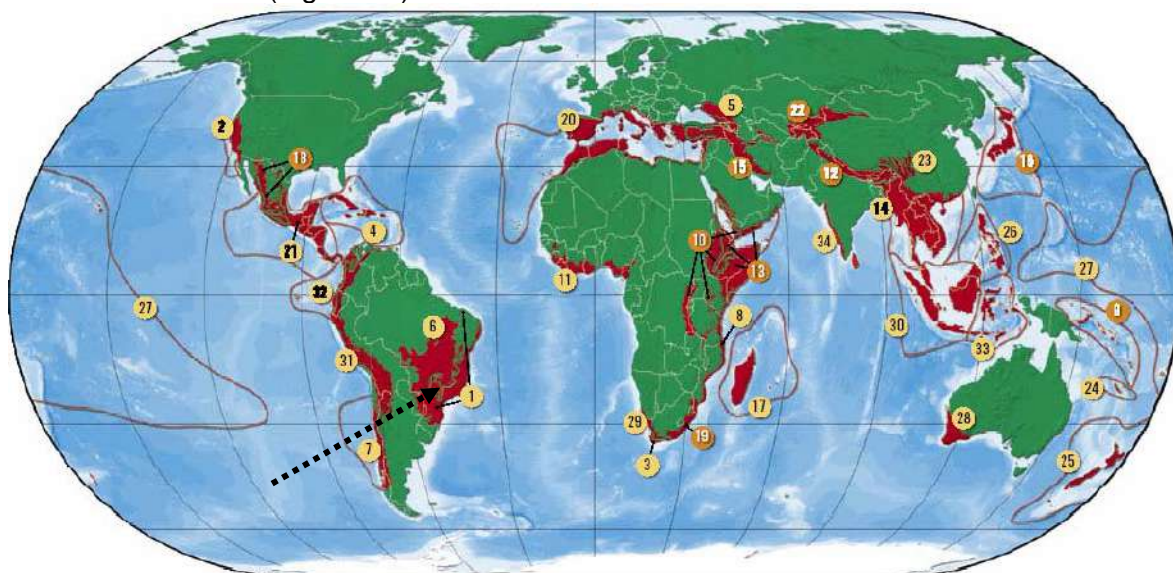


Figura 02 - Distribuição dos *hotspots* mundiais, mostrando dois deles no Brasil. 1= Mata Atlântica e 6=Cerrado. A seta mostra a localização do Parque Natural Municipal Salão de Pedras (PNMSP). Fonte: Conservation International Foundation (2005).

1.2.1. Acordos Internacionais

O Brasil é signatário de vários Atos Internacionais – multilaterais, bilaterais ou regionais - relativos à conservação do patrimônio natural e cultural. Os acordos internacionais são componentes essenciais em prol da cooperação pela conservação da biodiversidade. Existem numerosos tratados, convenções e acordos multi ou bilaterais que abordam aspectos da conservação da biodiversidade, alguns dos quais com relação direta as UCs

Entre 1972, quando aconteceu, em Estocolmo, a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano, e 1992, quando ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), celebrada na Cidade do Rio de Janeiro, foram discutidos e

publicados importantes relatórios, que abordaram a compatibilidade entre desenvolvimento econômico e conservação da biodiversidade

O grande marco ambiental foi a Conferência de Estocolmo, pois a partir de 1972 e graças ao apoio da União Mundial para a Natureza (UICN) diversos compromissos foram assinados, a exemplo da Convenção sobre o Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em 1972; o Programa da UNESCO “Homem e Biosfera” (MaB); a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Ameaçadas de Extinção (CITES), em 1973, proibindo e regulando o comércio de espécies ameaçadas; e, a Convenção sobre Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres, em 1979, propondo a proteção de rotas internacionais de migração de aves e respectivas áreas de pouso.

Em 1980, através do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) somado aos esforços do Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), elaborou-se um documento clássico, de referência para a conservação da biodiversidade conhecida como a “Estratégia Mundial para a Conservação da Natureza”.




Em junho de 1992, realizou-se, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a partir da qual foram assinados cinco documentos, sendo que dois deles, a Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Agenda XXI possuem relação direta com as UCs.

No quadro a seguir estão resumidos os principais acordos internacionais incluindo convenções, e atos, assinados pelo Brasil, relativos à conservação ambiental, com relação direta às Unidades de Conservação e que, portanto, podem ser aplicados no planejamento da proteção do Parque Salão de Pedras. Este quadro foi elaborado com base em dados do MMA (2003) e WRI/UICN/PNUMA (1992).



QUADRO 02 – Principais acordos e convenções internacionais

Acordo	Descrição
Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas dos Países da América	Celebrada em Washington, em 12 de outubro de 1940. Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 02, de 13 de fevereiro de 1948 e promulgado pelo Decreto nº 58.054, de 23 de março de 1966. Seu objetivo é proteger e conservar, no seu ambiente natural, exemplares de todas as espécies e gêneros da fauna e flora nativas. Proíbe a caça, a matança ou captura de espécimes da fauna e a destruição da flora
Programa Homem e a Biosfera (MAB)	<p>Criado em 1972, o Programa Homem e a Biosfera (MAB), da UNESCO, de cooperação científica internacional, reconhece a importância do manejo e da difusão de alternativas de desenvolvimento sustentável das Reservas da Biosfera.</p> <p>Seus objetivos são:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Conservar a diversidade natural e cultural; ▪ Promover modelos de uso do solo e abordagens de desenvolvimento sustentável; ▪ Aperfeiçoar o conhecimento e a interação entre as áreas humanas e das ciências; por meio da pesquisa, monitoramento, educação e treinamento
Convenção de Ramsar	A Convenção de Ramsar, ou Convenção sobre Zonas Úmidas foi realizada na cidade iraniana que lhe dá nome, em 1971. Os



			PLANO DE MANEJO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL SALÃO DE PEDRAS	Cód: P. Manejo Pag. 20/288
	países participantes assinaram um tratado de cooperação para a conservação e o uso racional das Zonas Úmidas, reconhecendo as funções ecológicas e o valor econômico, cultural, científico e recreativo dessas áreas. No Brasil, a Convenção entrou em vigor com a promulgação pelo Presidente da República do Decreto Nº 1.905, de maio de 1996			
Convenção sobre Patrimônio Natural Mundial – WHC	Foi assinada em Paris, em 1972. Representa um mecanismo para reconhecer sítios de importância global que são adequadamente protegidos e manejados. Obriga a toda nação em proteger áreas naturais e culturais únicas, de valor internacional. O Brasil está incluído na Lista do Patrimônio Mundial Natural com as seguintes áreas: Parque Nacional do Iguaçu, Costa do Descobrimento e Floresta Atlântica do Sudeste			
Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de fauna e flora silvestre-CITES.	CITES é um acordo internacional feito, em 1973, entre os Estados, com a finalidade de controlar o comércio internacional de espécimes de animais e plantas para que não constitua uma ameaça a sua sobrevivência. Esta convenção resultou de uma resolução aprovada entre os membros da UICN celebrada em 1963. O texto da convenção foi acordado em uma reunião em que houve a participação de 80 países, celebrada em Washington D.C., Estados Unidos de América, em 3 de março de 1973, entrando em vigor em 01 de julho de 1975. Esta Convenção dividiu as espécies em três apêndices, com níveis progressivos de restrição ao seu comércio. A comercialização de espécies da fauna e da flora em perigo de extinção é regulamentada pelo Decreto nº 7.6623, de 17.11.1975 que referendou a CITES. O CITES é o único tratado internacional com objetivo de preservar espécies em extinção e regular o seu comércio. Desta forma, a comercialização de espécies relacionadas nos Apêndices da CITES somente é autorizada com a emissão da Licença de Exportação pelo IBAMA.			
Convenção da Biodiversidade - CDB	Esta convenção foi assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 5 de julho de 1992, por 155 países, sendo que o Brasil foi o primeiro signatário. No Brasil, foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 02, de 3 de fevereiro de 1994, e promulgada pelo Decreto nº 1.160, de 21 de junho de 1994. Seus maiores objetivos são: proteger as espécies e sua variação genética e manter a diversidade de ecossistemas; utilizar, de forma sustentável, os recursos biológicos e os materiais da diversidade genética e assegurar a partilha equitativa dos benefícios desses recursos, especialmente pela exploração da diversidade genética, nos níveis internacional, nacional e local. Em seu Art. 8, convoca os países a estabelecerem e manterem um Sistema de Áreas Protegidas; a desenvolver manuais para a seleção, criação e manejo para essas áreas; a regular ou manejar os recursos biológicos importantes para a conservação da biodiversidade, dentro ou fora das áreas protegidas; a promover qualidade ambiental e desenvolvimento sustentável em áreas adjacentes às áreas protegidas, integrando-as; a conseguir apoio financeiro para a conservação <i>in situ</i> da biodiversidade			
Agenda 21	Plano de ação aprovado, pela comunidade internacional, durante a Conferência Rio-92, a ser implementado, a longo prazo, pelos governos, agências de desenvolvimento, organizações das			



			PLANO DE MANEJO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL SALÃO DE PEDRAS	Cód: P. Manejo Pag. 21/288
	nações unidas e grupos setoriais, tratando sobre vários temas prioritários para a sustentabilidade da vida na Terra.			

1.2.2. Análise do Parque Natural Municipal Salão de Pedras frente a sua situação de inserção na Reserva da Biosfera e outros atos declaratórios internacionais

Pela Lei nº 9.985, as Reservas da Biosfera são definidas como “*um modelo adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais*”.

São declarados com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, desenvolvimento de atividades de pesquisa, monitoramento ambiental, educação ambiental, desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida (Art. 41, *caput*, Lei 9.985/00).

O principal desafio das Reservas da Biosfera é estabelecer um sistema de gestão integrada e participativa, que concilie vários interesses muitas vezes conflitante. Em função disso, seu gerenciamento é o trabalho conjunto de cooperação de instituições governamentais, não-governamentais e centros de pesquisa (LINO, 1992). Em função disso, a UNESCO promove encontros internacionais para avaliar a situação de suas reservas, proporcionando contatos de grande interesse.

No Brasil, o Decreto nº 74.685, de 14 de outubro de 1974, criou a Comissão do Programa *MaB no Brasil*. Mais recentemente, as Reservas da Biosfera foram contempladas pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 (Art. 41, do Capítulo VI) - que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o SNUC.

No entanto, as Reservas da Biosfera não foram incluídas entre as Unidades de Conservação de Proteção Integral, nem entre Unidades de Conservação de Uso Sustentável, decorrente de seu caráter internacional (RODRIGUES, 2001). A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), primeira a ser criada no país, em 1991, pelo Programa MaB, trouxe o reconhecimento internacional do Bioma, já considerado como Patrimônio Natural pela Constituição Federal de 1988 (Capítulo VI, Artigo 225, 4). Sua homologação, como Reserva da Biosfera, deu-se em 8 de outubro de 1992, recebendo, mais tarde, o amparo do Decreto Federal nº 750, de 10 de fevereiro de 1993. Este decreto definiu e regulamentou a área de abrangência da Mata Atlântica.

A RBMA possui uma área superior a 29 milhões de hectares, abrangendo 14 estados brasileiros e cerca de 1.000 municípios, que, juntos, abrigam uma população superior a 100 milhões de habitantes (RODRIGUES, 2001).

Além de incluir amostras significativas bem conservadas de diversos ecossistemas, também engloba comunidades humanas tradicionais e áreas antropicamente modificadas, visando especialmente à recuperação da função ecológica e o desenvolvimento sustentável.

Para facilitar sua gestão e manejo, a UNESCO definiu algumas áreas prioritárias para a realização de atividades de preservação da biodiversidade e de pesquisas, sobretudo as referentes à educação ambiental e ao uso sustentável dos recursos da natureza. Afora isso, estabeleceu seu zoneamento, dividindo-a em: zonas-núcleo, com as circundantes zonas tampão ou intermediária e a zona de transição, situada na faixa de contato com o restante do território (figura 03).



As unidades de conservação de proteção integral configuram as zonas-núcleo, por serem porções mais preservadas de ecossistemas representativos, e habitat favorável ao desenvolvimento de numerosas espécies vegetais e animais. A zona tampão ou amortecimento criada em seu entorno tem o papel de garantir sua integridade, o que representa um esforço maior no monitoramento das atividades econômicas e de uso da terra que, potencialmente, causem degradação. A zona de transição encontra-se na faixa externa da Reserva e ali se incentivam o uso sustentado da terra e as pesquisas necessárias à conservação do território da Reserva.

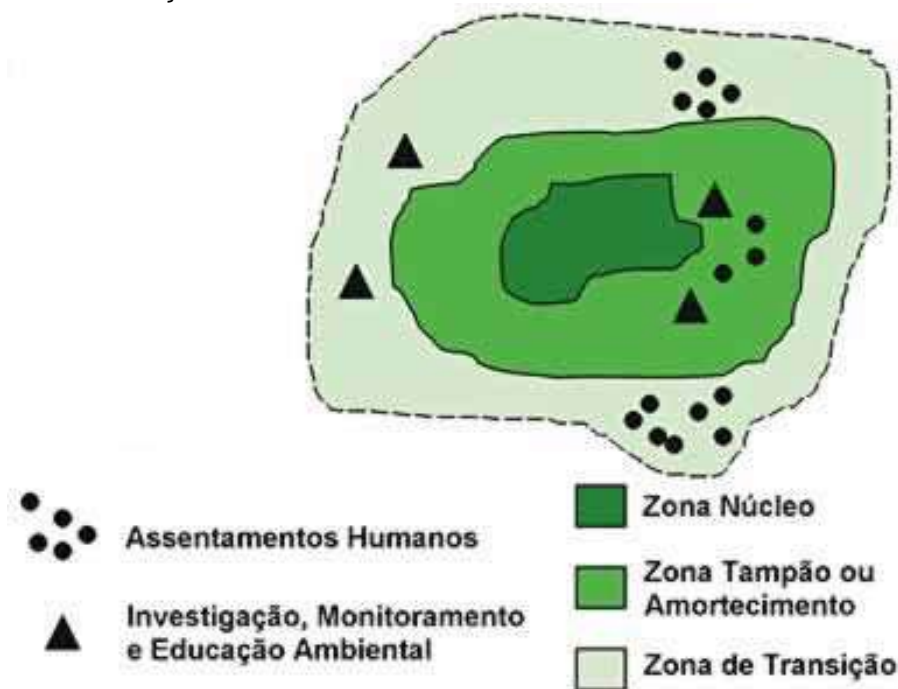


Figura 03 - Ilustração idealizada de uma Reserva da Biosfera (Disponível em: http://www.rbma.org.br/mab/unesco_01_oprograma.asp)

Cada país membro do MaB é responsável pelo monitoramento sistemático das Reservas que cria em seu território e pela divulgação de informações atinentes às alterações ambientais, sobretudo as decorrentes das ações humanas. No Brasil, as diretrizes para sua gestão são formuladas pelo respectivo Conselho Nacional de cada Reserva da Biosfera, enquanto sua implementação fica a cargo de Comitês Estaduais.

Atualmente, existem 499 reservas da biosfera, localizadas em 110 países, que abrangem desde áreas sem presença humana até regiões com grande concentração demográfica (UNESCO, 2005). No Brasil são reconhecidas pela UNESCO sete Reservas da Biosfera, sendo a primeira a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) e, as demais, reconhecidas até o ano 2006 (Quadro 03).

A Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE) teve sua área reconhecida pela UNESCO, em 2005 (figura 04). Foi a "Sexta" Reserva de Biosfera foi declarada pelo Programa MaB no ano de 2005. Situa-se em três grandes biomas: Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. Ocupa uma área de 3.076.458 ha. O órgão responsável pela administração da Reserva é o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais. O objetivo primordial da RBSE consiste em promover a integração e estabilidade do ambiente para a conservação dos aspectos naturais da Serra do Espinhaço.

A RBSE engloba um mosaico de sistemas ecológicos representativos das principais regiões biogeográficas, incluindo uma gradação de intervenções humanas neste sistema.

			PLANO DE MANEJO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL SALÃO DE PEDRAS	Cód: P. Manejo Pag. 23/288
---	--	--	--	----------------------------------

Á área do Espinhaço apresenta uma paisagem bastante heterogênea porque abriga ecossistemas de três importantes biomas (Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga) sendo por isso muito importante para a conservação da biodiversidade. Essa variedade de ambientes propicia a formação de mosaicos de tipos vegetacionais relacionados ao tipo de solo e relevo formando uma paisagem com uma diferenciação bastante marcante no sentido norte-sul.

O campo rupestre, fitofisionomia marcante do Parque Salão de Pedras e que distingue a Serra do Espinhaço de outras regiões do mundo, é um ecossistema extremamente frágil e de baixa resiliência. Uma vez rompido o delicado elo desta vegetação com o ambiente edáfico, parece haver poucas chances de ocorrer uma regeneração espontânea. Ravinas, sulcos e voçorocas resultantes das práticas minerárias podem ser observadas em grande número na Serra do Cipó, assim como por toda a Cadeia do Espinhaço.

Não obstante sua alta biodiversidade e importância conservacionista, muitas espécies de campo rupestre estão em vias de extinção, em razão da pequena área que ocupam e da forte ação antrópica que vêm sofrendo. Os fatores de perturbação antrópica nos campos rupestres vêm intensificando-se nos últimos anos e não se tem idéia das proporções desses impactos sobre as populações de plantas, especialmente nas inúmeras espécies raras e endêmicas. Atualmente, a principal atividade econômica em toda Cadeia do Espinhaço é a criação de gado, favorecida pela existência de extensivas pastagens naturais. A destruição destas áreas é acelerada pelo pisoteio do gado e pelas freqüentes queimadas promovidas pelos fazendeiros locais para renovar a vegetação herbácea. Tal prática resulta num efeito seletivo na diversidade de espécies destes campos, porque embora muitas espécies possuam adaptações para resistir ao fogo, sua freqüente e regular aplicação eventualmente favorece poucas espécies de animais e plantas. Além destes impactos, a crescente especulação imobiliária, especialmente na região da Serra do Cipó, o incremento do turismo predatório, a pavimentação das estradas já existentes e a abertura de outras de acesso local, bem como a coleta extrativista de forma não sustentável de espécies de valor ornamental tem contribuído significativamente para o desaparecimento dos campos rupestres.



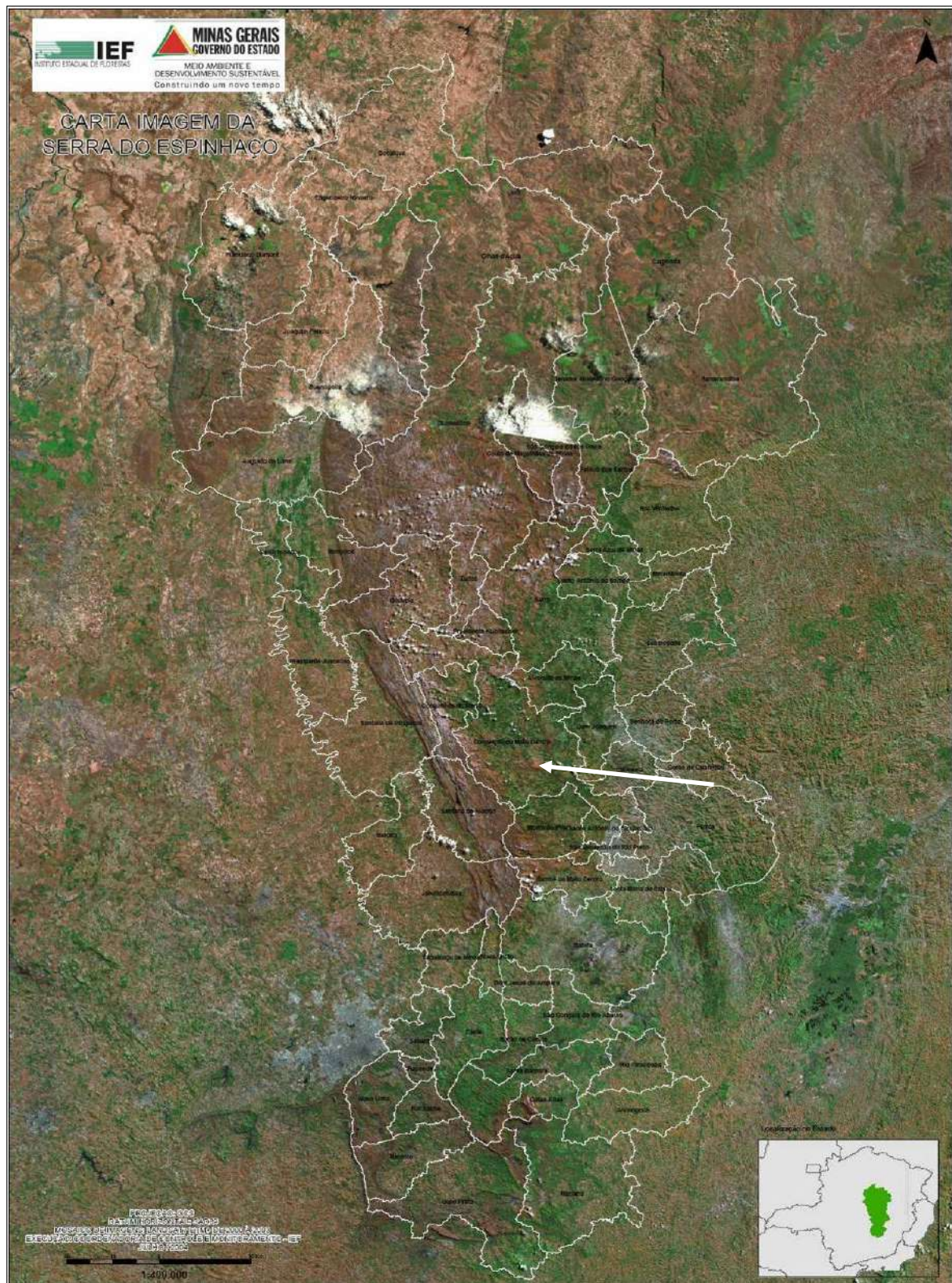


Figura 04 – Municípios inseridos na Reserva da Biosfera do Espinhaço. A seta indica a localização de Conceição do Mato Dentro.

Quadro 03 - Reservas da Biosfera reconhecidas pela Unesco no Brasil até 2006.

Reserva da Biosfera	Data de criação	Localização	Área (milhões de ha)	Biomass inseridos
Mata Atlântica	1993	02°50' a 33°45'S; 34°45' a 55°15'W	350.000	Mata Atlântica
Cinturão Verde de SP	1993	Parte integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica		Mata Atlântica
Cerrado	1993	Fase I: 15°25'S; 48°12'W Fase II: 13°50'S; 47°05'W Fase III: Araguaia NP: 10°31'S; 50°10'W Nascentes do Parnaíba NP: 10°15'S; 46°20'W Estação Ecológica Uruçuí-Una: 08°51'S; 45°14'W Parque Estadual Cantão: 09°30'S; 50°05'W Parque Estadual Jalapão: 10°25'S; 46°15'W Parque Estadual Mirador: 06°35'S; 45°20'W RPPN Faz. Boqueirão: 07°35'S; 43°50'W	296.500	Cerrado
Pantanal		17°50'S; 56°40'W	251.570	Pantanal
Corredor Central Amazônico	2001	00°44' até 06°24'S; 58°05' até 68°01'W (ponto central: 03°12'S; 63°12'W)	20.859,987	Amazônia
Caatinga	2001	03°00' a 16°00'S; 35°30' a 44°00'W	198.990	Caatinga
Serra do Espinhaço*	2005	x	3.000.000	Cerrado/ Mata Atlântica

Fonte: UNESCO, 2006. * A Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço foi criada em 2005 – sem informações disponíveis no site da UNESCO.

Com cerca de 3.076.458ha a RBSE possui as áreas das Unidades de Conservação de Proteção Integral que integram as zonas núcleo da Reserva, com função de promover a conservação da biodiversidade e onde só se admitem atividades de baixíssimo impacto, como exemplo, a educação ambiental e pesquisa. As Zonas Tampão são formadas pelas áreas circundantes ou limítrofes às zonas núcleo, onde somente se permitem a execução de atividades de baixo impacto e compatíveis com os objetivos de conservação, como ecoturismo, educação ambiental e outras “práticas ecológicas”. As zonas de transição se constituem em áreas onde as atividades econômicas como agricultura e pecuária, entre outras, deverão ser praticadas de forma sustentável, de modo a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico da região da Reserva da Biosfera como um todo.



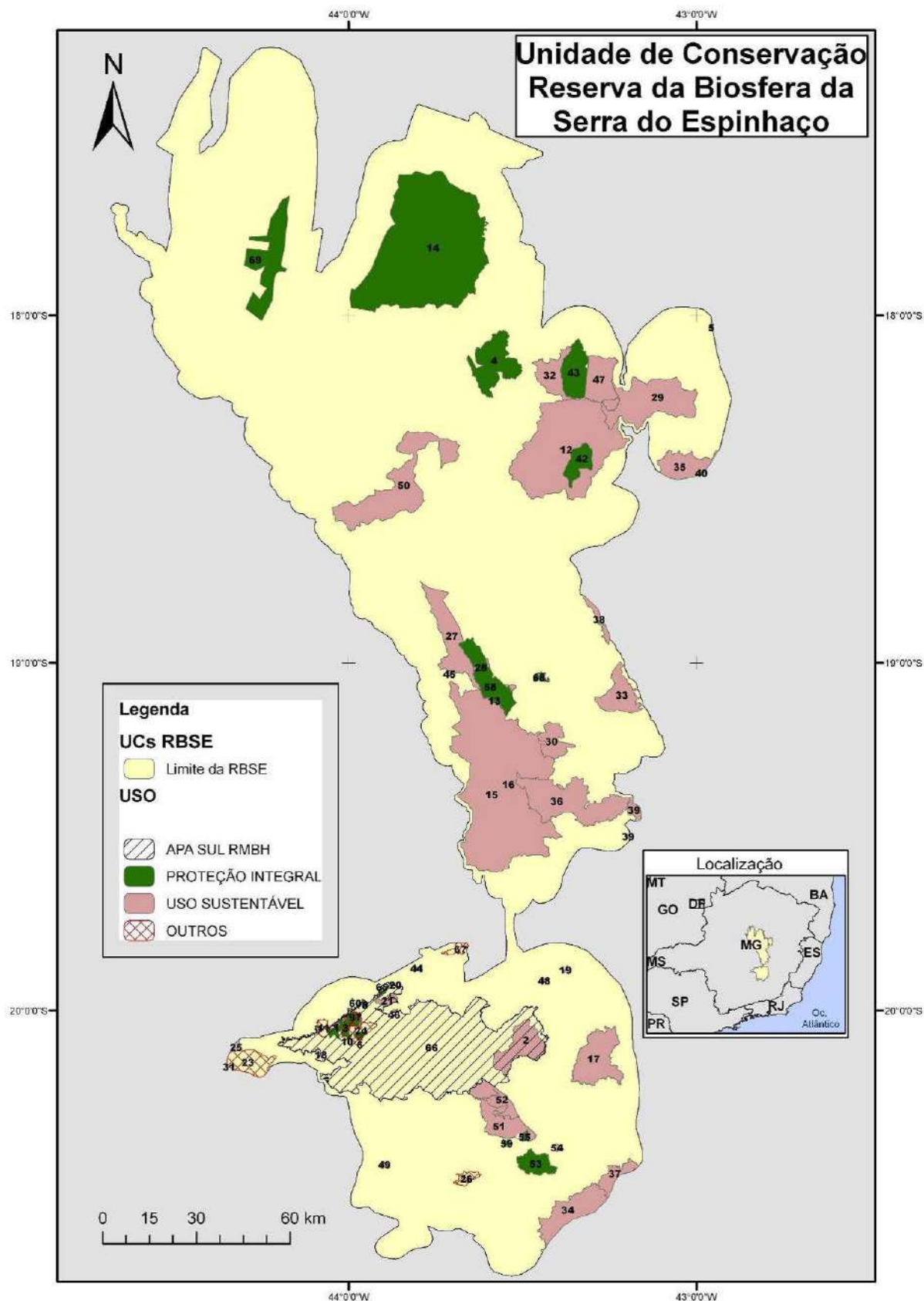


Figura 05 – Unidades de conservação inseridas na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço.

Quadro 04 – Unidades de conservação inseridas na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço.

ID	TIPO	NOME	LEGISLAÇÃO
1	APEE	Rola-Moça e Balsamo	Dec. 22.110 de 14.06.82
2	RPPNF	Santuário da Serra do Caraça	Port IBAMA 32/94-N de 30/03/94
3	PAQE	Serra do Rola-Moça	Dec. 36.071 de 27.09.94
4	PAQE	Binim	Dec.39909 de 22.09.98
5	PAQE	Serra Negra	Dec. 39907 de 22.09.98
6	EEE	Fechos	Dec. 36.073 de 27.09.94
7	APEE	Mutuca	Dec. 21.372 de 01.07.81
8	APEE	Cercadinho	Dec. 22.108 de 14.06.82
9	APEE	Barreiro	Dec. 22.091 de 08.06.82
10	APEE	Catantina	Dec. 22.092 de 08.06.82
11	APEE	Taboão	Dec. 22.108 de 14.06.82
12	APAE	Águas Verdes	Dec. 39.399 de 21.01.98
13	PAQM	Natural Ribeirão do Campo	Decreto municipal nº 158 de 1998
14	PAQF	Sempre-Vivas	Dec. s/nº de 13/12/02
15	PAQF	Serra do Cipó	Dec. nº 19.278 de 03/07/77 e Dec. nº 90.223 de 25/09/84
16	APAF	Morro da Pedreira	Dec. nº 98.891 de 26/01/90
17	APAM	Carvão de Pedra	Lei nº 1.620 de 26/11/02
18	RPPNF	Sítio Grimpas	Portaria IBAMA nº 106/95-N de 27/12/95
19	RPPNF	Comodista Reserva Peti	Portaria IBAMA nº 99/01, de 13/09/01
20	RPPNE	Minas Tênis Clube	Portaria nº 17 IEF De 12/04/2000 Averb. 30/10/00 Alterada pela Port. Nº 167 de 30/12/03
21	RPPNE	Mata do Jambreiro	Portaria nº 070, 11/09/98, Averbada 20/12/99
22	PAQE	Baleia	Lei 6622 de 23/07/81 e Decreto nº 26.162, 06/07/88
23	APEE	Rio Manso	Decreto nº 27.928, 15/03/88
24	APEE	Fechos	Decreto nº 22.327, 03/09/82
25	APAM	Igarapé	Lei nº 1036 de 16/05/03
26	APEE	Veríssimo	Decreto nº 22.055, 05/05/82
27	APAM	Serra Talhada	Decreto nº 002, 02/02/02
28	APAM	Serra do Infendente	Decreto nº 109, 12/11/99
29	APAM	Serra do Gavião	Lei nº 879, 01/08/02
30	APAM	Rio Picão	Lei nº 402, 23/08/99
31	APAM	Rio Manso	Lei nº 523, 15/12/98
32	APAM	Rio Manso	Lei nº 503 de 10/09/01
33	APAM	Renasçença	Lei nº 502 de 03/09/01
34	APAM	Piranga	Lei nº 1.126 de 30/08/02
35	APAM	Jacutinga	Lei nº 463, 18/05/01
36	APAM	Itacuru	Lei nº 429 de 28/09/01
37	APAM	Guilaxo do Sul	Lei nº 466, 10/05/02
38	APAM	Gamafeira	Lei nº 726, 14/05/01
39	APAM	Córrego da Mata	Lei nº 1.172 de 11/09/02
40	APAM	Cachoeira Alegre	Lei nº 1.573, 16/04/01
41	EEE	Cercadinho	Lei nº 15.979 de 13/01/06
42	PAQE	Pico do Itambé	Dec. nº 44.176 de 20/12/05
43	PAQE	Rio Preto	Lei nº 11.172, de 27/09/93
44	PAQM	Parque Florestal Mun. Chácara do Lessa	Lei nº 856 de 14/06/99
45	RPPNE	Ermo Gerais	Portaria nº 123 IEF de 28/01/03 Averb. 01/12/03
46	RPPNE	Mata Samuel de Paula	Portaria nº 76 IEF de 06/10/00 Averb. 07/12/00
47	APAM	Felício	Lei nº 502 de 24/03/03
48	RPPNF	Itajuru ou Sobrado	Portaria IBAMA nº 109/02 N. de 08/04/02
49	RPPNF	Fazenda João Pereira / Poço Fundo	Portaria IBAMA nº 36/95 N. de 02/06/95
50	APAM	Barão e capivara	Lei nº 969, de 11/11/2002
51	APAE	Cachoeira das Andorinhas	Dec. 20.264 de 16.10.89
52	FLOE	Uaimil	Dec. S/Nº de 21/10/03
53	PAQE	Itacolomi	Lei 4.496 de 14.06.87
54	APAE	Seminário Menor de Mariana	Dec. 23.564 de 11.05.84
55	PAQM	Parque Municipal das Andorinhas	Decreto Estadual 30.264 de 1989
56	AP	Morro da Queimada	
57	AP	Fazenda da Engida	
58	PAQE	Serra do Infendente	Decreto se n-mero de 29 de março de 2007
59	EEE	Triqui	Dec. 9.157 de 24.04.78 e Dec. 21.340 de 04.06.81
60	PAQM	Parque Aggeio Pio Sobrinho	Lei Municipal 5755 24/07/90
61	PAQM	Parque Roberto Burle Marx	Dec Municipal 2939 27/09/76 e Lei Municipal 6804 29/12/94
62	PAQM	Parque Jacques Cousteau	Dec Municipal 2065 21/09/71 - Dec Municipal 2939 27/09/76 - Lei Municipal 7431 05/01/98
63	PAQM	Parque Fort Lauderdale	Lei Municipal 6668 23/10/03
64	PAQM	Parque Municipal Paredão da Serra do Curral	
65	PAQM	Parque Mangabeiras	Dec Municipal 1466 14/10/86
66	APAE	APA SUL RMBH	Dec. 35624 de 08/06/94 e Dec. 37812 de 08/03/96
67	AT	Santuário Serra da Piedade	Lei nº 16.133 de 26/05/2006
68	PAQM	Natural Salão de Pedras	Lei Municipal nº 1.902, 15/06/2007 Altera a Lei Municipal nº. 1594/99, de 29/11/99
69	PAQE	Serra do Cabral	Decreto 44.121, de 29 de setembro de 2005

A gestão da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço é feita pelo Comitê Estadual que é constituído por entidades governamentais do Estado de Minas Gerais, pelo IBAMA e pela sociedade civil organizada (representada pelas ONG's), comunidade científica (universidades) e moradores locais. O Comitê objetiva propor políticas e diretrizes para a implementação da Reserva, promover a integração dos municípios localizados em suas áreas, atuar como facilitadores para a captação de recursos, acompanhar a legislação referente aos Biomas nela inserido, no Congresso Nacional e nas Assembléias Legislativas e propor normas legais para a gestão da Reserva da Biosfera. Além disso, devem incentivar a realização de pesquisa sobre valoração de recursos naturais e da economia ecológica, promover o desenvolvimento, a divulgação e o monitoramento de instrumentos de incentivos à conservação e recuperação ambiental, e aperfeiçoar o *modus operandi* entre os diferentes órgãos ligados direta e indiretamente à questão da RBSE, integrando suas políticas e ações técnicas. Finalmente, compete ao Comitê apreciar, em conjunto com outros países ou estados vizinhos, as questões relativas à reserva situada nos limites desses países ou estados.



Dessa forma, O Parque Natural Municipal Salão de Pedras inserido na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço pode orientar ações e cumprir seus objetivos dentro do SNUC, contribuindo para a reversão do processo de perda ambiental atual. De modo indireto, esse fato também contribui para a inserção de iniciativas privadas e públicas nos programas e projetos, nacionais e internacionais, de desenvolvimento econômico que adotem medidas de conservação e preservação ambiental.

1.3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL SALÃO DE PEDRAS NO CENÁRIO FEDERAL

Utilizaremos o enfoque federal para apresentar informações pertinentes e atuais sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), oferecendo subsídios para a avaliação da representatividade do Parque Salão de Pedras com relação ao próprio Sistema, à Mata Atlântica e a sua respectiva categoria de manejo.

1.3.1. O Parque Natural Municipal Salão de Pedras e o Cenário Federal

A grande variação ambiental característica do Brasil faz como que este seja um país de megadiversidade, detentor de cerca de 10 a 20 % do total de espécies descritas no mundo.

No entanto, dentre as espécies nativas brasileiras já descritas, poucas foram objeto de avaliação do seu potencial como recurso genético. Estima-se que há ainda 3 milhões de espécies a serem descritas (BENSUSAN, 2002; CAPOBIANCO, 2002), sendo que muitas desaparecem antes de serem descritas pelo homem, e muitas têm grande parte de sua variabilidade genética comprometida.

As principais causas de diminuição da biodiversidade relacionam-se à perda e à fragmentação dos ambientes naturais; à introdução de espécies exóticas; ao uso exaustivo dos recursos biológicos, à contaminação e à poluição. No Brasil, este cenário de perda da biodiversidade é decorrente do modelo atual adotado de ocupação e uso da terra (BENSUSAN, 2002).

Para assegurar a continuidade dos processos mantenedores da biodiversidade, um dos instrumentos mais utilizados no Brasil e no mundo, de conservação *in situ*, é o estabelecimento de espaços naturais protegidos (BENSUSAN, 2002; LINO e BECHARA, 2002; CAPOBIANCO, 2002).

A diversidade ecológica é significativa no Brasil. Além de sete grandes biomas, o país possui uma abundância de diferentes ecossistemas e paisagens distribuídas em diversas ecorregiões (BENSUSAN, 2002). Existem, no território nacional, 12 diferentes regiões fitoecológicas, cada qual subdividida em diversas classes de vegetação (CAPOBIANCO, 2002). O Brasil está dividido em seis grandes domínios morfoclimáticos e fitogeográficos, segundo AB'SABER (1977). O P. Salão de Pedras está localizado em Domínios Áreas de transição que apresentam elementos típicos dos Domínios Mares de Morros e Cerrado.





Figura 06: Domínios morfoclimáticos do Brasil

Desta forma, a região onde se situa o Parque Natural Municipal Salão de Pedras, de acordo com a sua importância biológica, é caracterizada como uma área de “muito alta importância biológica” (figura 07). Esse *status* (sobreposição de indicações dos grupos temáticos) dado à região indica, acima de tudo, a importância de se conservar e criar estratégias de recuperação para essa região.

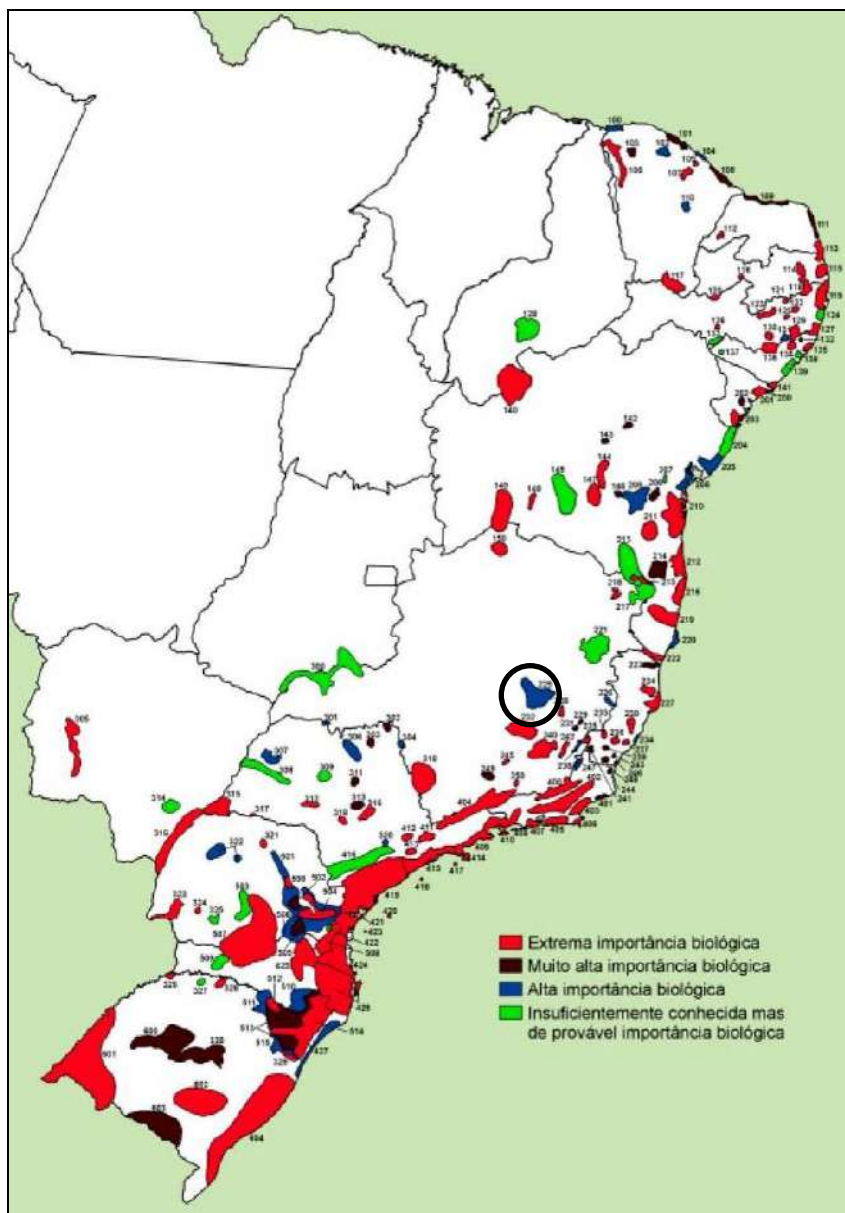


Figura 07 – Áreas Prioritárias para a Conservação da Mata Atlântica. (Fonte: MMA e Biodiversitas, 2000).

1.3.2. A Unidade de Conservação e o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC)

As unidades de conservação (UC) constituem-se em um mecanismo viável e adequado para proteção do patrimônio natural, no sentido de contribuir, como instrumento da política ambiental em âmbito federal, estadual e municipal, cujo objetivo fundamental é compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico (Art. 4º, I), buscando a sustentabilidade ambiental. Nessas áreas naturais a fauna e a flora são conservadas, assim como os processos ecológicos que regem os ecossistemas, garantindo a manutenção do estoque da biodiversidade.

Considerando todo o elenco de objetivos de conservação adotados por um país, é necessário um conjunto de categorias de manejo de UC organizadas em um sistema, onde cada categoria deverá cumprir conjuntos específicos de objetivos, tendo por finalidade organizar, proteger e gerenciar estas áreas protegidas (IBAMA, 1996).

No Brasil, O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) foi instituído em 18 de julho de 2.000, por meio da Lei N° 9.985, com a finalidade de estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, nos âmbitos federal, estadual e municipal. O SNUC divide as áreas protegidas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, sendo seus objetivos, de acordo como o disposto na Lei:

- Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- Proteger as características de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, paleontológica e cultural;
- Proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

A consolidação do Sistema busca a conservação *in situ* da diversidade biológica em longo prazo, centrando-a em um eixo fundamental do processo conservacionista. Estabelece ainda a necessária relação de complementariedade entre as diferentes categorias de unidades de conservação, organizando-as de acordo com seus objetivos de manejo e tipos de uso: Proteção Integral e Uso Sustentado.

O Grupo das Unidades de Uso Sustentável tem como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, dividindo-se nas seguintes categorias:

- **Área de Proteção Ambiental**

É uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

- **Área de Relevante Interesse Ecológico**

É uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

- **Floresta Nacional**



É uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

- **Reserva Extrativista**

É uma área utilizada por populações locais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

- **Reserva de Fauna**

É uma área natural com populações de animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudo técnico científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.

- **Reserva de Desenvolvimento Sustentável**

Conforme definição do SNUC é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

- **Reserva Particular do Patrimônio Natural**

É uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

O grupo das Unidades de Proteção Integral que tem como objetivo básico preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, sendo composto pelas categorias listadas a seguir.

- **Estação Ecológica**

Tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. É proibida a visitação pública, exceto com objetivo educacional e a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável.

- **Reserva Biológica**

Tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos.

- **Monumento Natural**

Tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.

- **Refúgio da Vida Silvestre**

Tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

- **Parques (Nacional, Estadual e Natural Municipal)**

Tem como objetivo básico à preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

No contexto deste Sistema de Unidades de Conservação no Brasil, a categoria Monumento Natural tem importância significativa tanto no que se refere à área total protegida no país como aos seus objetivos de proteção que levam em consideração a preservação dos seus valores e recursos ambientais.

Esta Unidade de Conservação, mesmo permanecendo sob o domínio de seus proprietários, é submetida a ações de ordenamento e controle do uso do solo e dos recursos naturais,



onde a variável ambiental é inserida nas etapas de planejamento. Portanto, sua gestão não deve ser fundamentada em ações de controle e fiscalização, devendo antes priorizar ações de mediação de conflitos entre uso do solo e proteção dos recursos naturais através da adoção de regimes consensuais de gestão.

Embora contando com diferentes níveis e objetivos de manejo, mostra-se cada vez mais necessário considerar e valorizar aquelas categorias de unidades de conservação que promovem benefícios tangíveis à sociedade, na forma de bens e serviços. Combinando o uso racional dos recursos naturais com sua preservação, elas participam do desenvolvimento social e econômico das populações, efetivando melhor qualidade de vida para os seus habitantes.

E é dessa forma que a categoria de *Parque* assume grande importância integrada ao SNUC, pois tem como um dos principais objetivos, compatibilizarem os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários. Além disso, a escassez desta modalidade de unidade de proteção neste ecossistema faz com que O Parque Natural Municipal Salão de Pedras sirva de modelo de estudo para a implantação de outras unidades de conservação, em área e número adequados para a região, propiciando a formação de corredores Ecológicos (como exemplo o Parque Natural Municipal Salão de Pedras), os quais unem os remanescentes florestais possibilitando o livre trânsito de animais e a dispersão de sementes das espécies vegetais. Isso permite o fluxo gênico entre as espécies da fauna e flora e a conservação da biodiversidade.

1.4. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS UC's NO CENÁRIO ESTADUAL

As mais recentes transformações decorrentes dos novos paradigmas que estão redesenhando os modelos tradicionais de desenvolvimento, tanto na esfera global, como no âmbito interno, com a inclusão do conceito de sustentabilidade, na formulação das políticas econômicas e sócio-ambientais estão provocando progressiva mudança de atitude dos cidadãos, governantes e empresários diante da real situação da biodiversidade brasileira, ampliando, a cada ano, os esforços para sua proteção. Qualitativamente, Minas Gerais é um dos estados de maior diversidade biológica no Brasil uma vez que abriga uma rica fauna e flora distribuída em três biomas: Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga. A região vem sendo submetido a uma alta e contínua pressão antrópica, o que torna cada vez mais urgentes iniciativas voltadas para a conservação e para o uso sustentável de seus recursos naturais.

O Estado de Minas Gerais, com área total de 586.528,3 km² (IBGE, 2004), possui importantes áreas naturais de interesse ecológico, científico e biológico. Além dos recursos naturais abundantes no Estado, tais como riquezas minerais, recursos hídricos, potencial energético expressivo e atrativos turísticos.

A biodiversidade também é bastante expressiva no Estado, que possui extensas áreas de Floresta Atlântica, Cerrados, Caatinga, Campos Rupestres e Campos de Altitude. Esta diversidade está dividida entre as grandes serras, como a do Espinhaço, Cipó e Mantiqueira, ao longo dos numerosos rios que nascem no Estado, onde pode-se citar as bacias hidrográficas dos rios Jequitinhonha, Doce, Grande, Francisco e Paranaíba. Espécies vegetais e animais em extinção, consideradas prioritárias para a preservação, são encontradas nas áreas naturais existentes.



1.4.1. Unidades de Conservação Estaduais

De acordo com o IEF existem atualmente 397 UC's (criadas até novembro de 2003) no Estado, incluídas as Unidades Federais, Estaduais, Municipais e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Todas as Unidades de Conservação protegem uma superfície de 4.581.136,63 hectares, equivalente a 7,81% do território do Estado de Minas Gerais (Quadro 05). De acordo com BIODIVERSITAS (1998), em 1998 eram 122 UC no Estado, protegendo uma superfície de 1.899.948 ha, equivalendo a 3,2% do total do território mineiro. Este salto se deve a programas específicos para incentivar a criação e implementação de Unidades de Conservação, como por exemplo, a Lei no 12.040/95, que trata do ICMS Ecológico, que se tornou um importante instrumento econômico na gestão ambiental.

Os Parques têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Quadro 05: Unidades de Conservação no estado de Minas Gerais e áreas totais por categoria de manejo

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	ÁREA TOTAL (ha)
UC Federais	
Estação Ecológica	1.090,00
Parque Nacional	518.426,00
Floresta Nacional	624,50
Área Indígena	698.798,23
Reserva Particular do Patrimônio Natural	28.880,42
Subtotal	1.247.818,88
UC Estaduais	
Estação Ecológica	10.647,12
Floresta Estadual	4.539,16
Reserva Biológica	13.495,00
Parque estadual	299.555,39
Área de Proteção Ambiental	750.804,00
Área de Proteção Espacial	212.930,00
Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável	11.652,97
Subtotal	1.364.598,95
UC Municipais	
Reserva Biológica	4.560,08
Parque Municipal	3.294,66
Área de Proteção Ambiental	1.954.421,79
Área de Proteção Especial	6.521,00
Estação Ecológica Municipal	125,00
Floresta Municipal	66,27
Subtotal	1.968.718,80
Total	4.581.136,63

Fonte: Instituto Estadual de Florestas (IEF) / Coordenadoria de Unidades de Conservação (CUCO) Março/2004.



1.4.2. Instituições Estaduais e Ações Governamentais

No Estado de Minas Gerais existem várias instituições que atuam tanto no âmbito ambiental quanto no de desenvolvimento social que apresentam bom potencial de cooperação para com o Parque Salão de Pedras. Além de órgãos públicos, entidades privadas e do terceiro setor podem auxiliar na implantação do Parque e cooperar na implementação do seu plano de manejo.

Ainda com o objetivo de preservar o patrimônio natural de Minas Gerais, o Governo do Estado mantém o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SISEMA), que é coordenado pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), tendo como órgãos deliberativos o Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) e o Conselho Estadual dos Recursos Hídricos (CERH) e como órgãos vinculados, a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF). Abaixo segue uma breve descrição da missão dos órgãos citados:

SEMAD - formular e coordenar a política estadual de proteção e conservação do meio ambiente e de gerenciamento dos recursos hídricos e articular as políticas de gestão dos recursos ambientais, visando ao desenvolvimento sustentável no Estado de Minas Gerais;

COPAM - deliberar sobre diretrizes, políticas, normas regulamentares e técnicas, padrões e outras medidas de caráter operacional, para a proteção e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais, bem como sobre a sua aplicação pela SEMAD, por meio das entidades a ela vinculadas. Organizado em câmaras técnicas, que têm competência para atuar na elaboração de normas, visando a proteção e a preservação ambiental, na sua área de atuação;

CERH - estabelecer normas e critérios que visem à prevenção ou mitigação dos danos provenientes da ocorrência de eventos hidrológicos adversos, bem como a regulamentação do regime de racionamento;

FEAM - propor e executar a política de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente no que concerne à prevenção e a correção da poluição ou degradação ambiental provocada por atividades industriais, minerárias e de infra-estrutura, bem como promover e realizar estudos e pesquisas sobre a poluição, qualidade do ar, da água e do solo;

IGAM - planejar e administrar todas as ações direcionadas à preservação da quantidade e da qualidade dos recursos hídricos em Minas Gerais; e,

IEF - coordenar, executar a política florestal e de gestão da pesca no Estado, além de administrar as Unidades de Conservação Estaduais de modo a assegurar a consecução dos objetivos e a consolidação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC).

A gestão ambiental no estado é exercida, pela SEMAD, que atua como coordenadora do SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente) no estado e integra o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Criada com o objetivo de formular e coordenar a política estadual de proteção do meio ambiente e o gerenciamento dos recursos hídricos, a SEMAD exerce a articulação dos diferentes órgãos e instituições que atuam na área de meio ambiente em Minas Gerais.

Dentre as principais ações governamentais podemos citar:



Programa Nacional do Meio Ambiente II (PNMA II) - Programa objeto de acordo entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Banco Mundial, está direcionado para o aperfeiçoamento do processo de gestão ambiental no país. O PNMA II tem como objetivos: fortalecer as instituições estaduais, otimizando o processo de licenciamento e monitoramento e estimular a adoção de práticas sustentáveis e de gestão integrada entre os setores que impactam os recursos naturais, buscando a melhoria da qualidade ambiental e a geração de benefícios socioeconômicos. Para se qualificar ao PNMA II, os Estados brasileiros elaboram um diagnóstico do seu Sistema de Licenciamento Ambiental e projetos visando a sua melhoria. A SEMAD apresentou ao MMA um projeto denominado “Desenvolvimento Institucional do Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais, por Meio da Integração e Descentralização de seus Processos Autorizativos”, que visa a integração e descentralização do sistema de autorização e fiscalização e a implantação de sistema de informações ambientais integradas.

Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE II) - O PRODETUR NE II possibilita o aproveitamento do turismo, de forma planejada e sistêmica, tendo como característica o poder de alavancar o turismo, atraindo investimentos complementares para a região de atuação. Tem como principal objetivo melhorar a qualidade de vida da população permanente nos municípios integrantes dos Pólos de Desenvolvimento Integrado de Turismo, identificados na área de atuação do Banco do Nordeste. Esta melhoria ocorre através da geração de oportunidades de emprego, maior disponibilidade e qualidade dos serviços urbanos municipais e melhor qualidade ambiental.

Agenda 21 – Trata-se de um instrumento estratégico, que deverá construir a ponte entre o modelo de desenvolvimento vigente e o desejado, com base nas aspirações coletivas de melhor qualidade de vida para a sociedade. Com objetivo de avaliar as vulnerabilidades e potencialidades, para instituir um modelo de desenvolvimento sustentável para o Brasil, determinando estratégias e linhas de ação entre a sociedade civil e o setor público. A contribuição do Estado de Minas Gerais para a Agenda 21 Brasileira teve uma abordagem multisetorial da realidade estadual, focalizando a interdependência das dimensões ambiental, econômica, social e institucional de forma a obter um produto de consenso entre os diversos setores sociais. A sociedade mineira contribuiu com 976 propostas, externando um nível de consciência e compromisso com o desenvolvimento e o meio ambiente.

Política Estadual de Educação Ambiental - A Diretoria de Educação e Extensão Ambiental (DEDUC) pertence à Superintendência de Apoio Técnico - SAT/SEMAD e tem como finalidade propor e coordenar em articulação com órgãos e entidades que atuem na área, inclusive não-governamentais, programas e ações de educação ambiental, orientados para promover a participação da sociedade e usuários nas atividades de proteção e prevenção da degradação do meio ambiente.

ICMS Ecológico - A partir de 1996, com a vigência da Lei no 12.040/95, a distribuição da parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido aos municípios passou a ser feita também segundo critérios sociais, como: saúde, educação, produção de alimentos, patrimônio histórico, meio ambiente e população.

O ICMS Ecológico passou a ser um instrumento para beneficiar os municípios que priorizam saneamento básico e as unidades de conservação. Com relação ao subcritério Unidades de Conservação, o governo compensa os municípios que abrigam em seu território, UC federais, estaduais, municipais e particulares, após cadastramento junto ao IEF e mediante aprovação do COPAM. Para se habilitarem, os municípios tem que apresentar documentos que comprovem a existência da UC, os limites territoriais e as restrições ao uso do solo. O repasse do ICMS Ecológico, leva em consideração o percentual da área do município ocupada pela UC, sendo melhor remunerado pelas áreas que possuem maior restrições de uso, em função da necessidade de sua proteção ambiental.



			PLANO DE MANEJO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL SALÃO DE PEDRAS	Cód: P. Manejo
				Pag. 37/288

Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais (SETUR) - A Secretaria de Turismo de Minas Gerais tem como ações: desenvolver o turismo como uma atividade sustentável com papel relevante na geração de empregos e divisas; desenvolver a regionalização dos produtos e a organização dos segmentos para atender às demandas de mercado e o potencial de cada região e promover o desenvolvimento da infra-estrutura e a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao turismo.



ENCARTE II - ANÁLISE DA REGIÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

O Encarte I apresenta informações relativas à análise regional da área de inserção do Parque Natural Municipal Salão de Pedras. Tal região é definida pela Lei de Criação Lei Nº 1.594 de 29 de novembro de 1999, como aquela que compreende áreas do município de Conceição do Mato Dentro.

O município de Conceição do Mato Dentro é conhecido por ter 03 grandes vocações: “geração de energia, mineração e ecoturismo”. Ainda passível de preservação ambiental, diferente do processo de uso e ocupação que configurou a realidade atual das demais cidades do centro-leste de Minas Gerais, a instalação de muitos empreendimentos hidrelétricos e minerários na bacia do rio Santo Antônio tem provocado preocupação no seu impacto cumulativo por parte dos ambientalistas, organizações governamentais e não governamentais apontados pela avaliação ambiental estratégica, desenvolvida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais – SEDE (2007).

O sistema de planejamento e gestão local participativo observa a complexidade da realidade cotidiana com seus aspectos físicos, biológicos e antrópicos. A metodologia aqui utilizada procurou desenvolver um processo sensibilizador, de capacitação e mobilização da sociedade, a partir da evolução do quadro de conhecimento adquirido, experiências obtidas na execução de atividades e aprofundamento da participação dos atores sociais.

O processo de elaboração do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Salão de Pedras caracteriza-se por ser o momento inicial, onde se conta com os menores indicadores de conhecimento sistematizados, articulação institucional, mobilização e participação social, além de pouquíssimas ações demonstrativas oriundas da gestão da unidade. Desta forma, buscou-se, dentro do possível, informar e integrar os atores locais no processo de investigação e implementação do território do Parque Salão de Pedras, contando com uma equipe técnica que conduziu e produziu os primeiros dados sistematizados sobre a unidade.

Este trabalho buscou estimular, sobretudo a participação social por meio da constituição de seu Conselho Gestor, possibilitando assim a evolução do conhecimento através da interação dos saberes popular e científico.

2. LOCALIZAÇÃO E ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Localizada na região central do Estado de Minas o Parque Natural Municipal Salão de Pedras possui área total de 857,62ha e considerou para este estudo a Área de Influência Direta como sendo aquela representada pelo município de Conceição do Mato Dentro e está inserido na sub-bacia hidrográfica do Rio Santo Antônio, e bacia hidrográfica do Rio Doce.

Distante 164 km da capital do estado, Belo Horizonte, o acesso é realizado pela MG-010 passando pelos cumes da Serra do Espinhaço. Sua população estimada em 2007 era de 18.070 habitantes (IBGE). É considerado por muitos como a capital mineira do ecoturismo e tem como principal atração a Cachoeira do Tabuleiro (considerada pelo Guia 4 Rodas de 2005 como a cachoeira mais bonita do Brasil). A cidade situa-se ao longo de uma região montanhosa dentro dos domínios da Cadeia do Espinhaço, sendo esta a mais antiga



formação geológica do país. Em seu eixo aconteceu a mais intensa atividade de exploração do ouro e diamante.

“Uma dessas principais cadeias montanhosas, chamada em alguns lugares de Serra da Mantiqueira, encerra os pontos mais altos do Brasil, tais como o Pico do Itacolumi perto de Vila Rica, a Serra do Caraça junto a Catas Altas e o majestoso Pico do Itambé, perto da Vila do Príncipe, e atravessa, pelo norte, as províncias de Minas Gerais e da Bahia seguindo até Pernambuco e para o sul, a de São Paulo até o Rio Grande do Sul. A ela denominei Serra do Espinhaço (“Rückenknöchengebirge”), não só porque forma a cordilheira mais alta, mas, além disso, é notável, especialmente para o naturalista, pois forma um importante divisor não somente sob o ponto de vista geognóstico, mas também é de maior importância pelos aspectos da fauna e da flora. (...) As regiões ao leste desta cadeia, até o mar, são cobertas por matas das mais exuberantes. O lado oeste forma um terreno ondulado e apresenta morros despidos e paisagens abertas, revestidas de capim e de árvores retorcidas, ou os campos cujos vales encerram vegetação espessa apenas esporadicamente. O botânico encontra, nas matas virgens, plantas completamente diferentes daquelas dos campos e o zoólogo acha outra fauna, especialmente de aves, tão logo passe das matas, pela Serra do Espinhaço, para os campos. (Extraído do artigo publicado em 1822 na Alemanha pelo Barão de Eschwege)

Estas montanhas deram também o traço característico da terra mineira: curvas singulares e suaves. O modo de vida e a espiritualidade mineira são influenciados pela fisiografia de Minas. Estas características têm sua representação na rica vida cultural do município bem como na história do mesmo, o que faz de Conceição do Mato Dentro, uma cidade histórica.

Outro fator que corrobora para a beleza singular da região é o isolamento das montanhas, que também fez com que houvesse uma maior conservação dos recursos naturais das quais se destacam as Unidades de Conservação: Parque Estadual Serra do Intendente, o Parque Natural Municipal do Ribeirão do Campo e o Monumento Natural Municipal Serra da Ferrugem, além de guardar remanescentes vegetacionais importantes, contribuem para a vocação turística do município.



Foto 01 – Vista panorâmica.

2.1. ÁREA DE INFLUENCIA AMPLA

O Salão de Pedras faz parte da área englobada pela Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE), que é um grande mosaico¹ de Unidades de Conservação das quais destacamos regionalmente o PARNA Cipó, Parque Estadual da Serra do Intendente, Monumento Natural da Serra da Ferrugem e a APA Morro da Pedreira.

Definiu-se como área de influencia ampla, ao Sul e a Oeste do Parque, o curso d'água do Rio Santo Antônio e ao Norte e Leste a zona urbana do município.

Neste contexto destacamos a iniciativa da Prefeitura de Municipal de Conceição do Mato Dentro na criação das UCs Municipais Parque Municipal Salão de Pedras, Ribeirão do Campo e do Monumento Natural da Serra da Ferrugem e na sua grande influência e apoio na criação da RBSE e Parque Estadual da Serra do Intendente. Os Quadros 06 e 07 apresentam as Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Proteção Integral inseridas na região.

Quadro 06: Unidades de Conservação de Uso Sustentável

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO				
Uso Sustentável				
Nome da Unidade	Área (ha)	Localização	Criação	
APAM Serra do Intendente	13.410	Conceição do Mato Dentro	Decreto nº 109,	12/11/99
APAF Morro da Pedreira	130.372,00	Santana do Riacho, Conceição do Mato Dentro, Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar, Jaboticatubas, Taquaraçu de Minas, Itabira e José de Melo	Dec. nº 98.891 de	26/01/90
APAM Rio Picão	7.002,95	Morro do Pilar	Lei nº 402,	23/08/99
APAM Itacuru	24.591,64	Itambé do Mato Dentro	Lei nº 429 de	28/09/01
APAM Gameleira	12.866	Dom Joaquim	Lei nº 725,	14/05/01
APAM Córrego da Mata	19.866,00	Santa Maria de Itabira	Lei nº 1.172 de	11/09/02
APAM Renascença	9.995	Carmésia	Lei nº 502 de	03/09/01

* APAM – Área de Proteção Ambiental Municipal

* APAF – Área de Proteção Ambiental Federal

Quadro 07: Unidades de Conservação de Proteção Integral.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO			
Proteção Integral			
Nome da Unidade	Área (ha)	Localização	Criação

¹ **SNUC – MOSAICOS - LEI FEDERAL Nº 9.985-00: Art. 26.** Quando existir um conjunto de Unidades de Conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.

Parágrafo único: O regulamento desta Lei disporá sobre a forma de gestão integrada do conjunto das unidades. Fonte: ICMBio



Parque Estadual Serra do Intendente	13.508,83	Conceição do Mato Dentro	Decreto sem nº de 29 de março de 2007
Parque Nacional da Serra do Cipó	31.670,00	Jaboticatubas, Morro do Pilar, Santana do Riacho e Itambé do Mato Dentro	Decreto nº 19.278 de 03/07/77 e Dec. nº 90.223 de 25/09/84
Parque Municipal Ribeirão do Campo	3.150,00	Conceição do Mato Dentro	Decreto municipal nº 158 de 1998
Parque Municipal Salão de Pedras	857,62	Conceição do Mato Dentro	Lei Municipal nº 1.902, 15/06/2007 Altera a Lei Municipal nº. 1594/99, de 29/11/99
Parque Natural Municipal Salão de Pedras	867,11	Conceição do Mato Dentro	Lei Nº 1.916 de 21 de agosto de 2007

2.2. ÁREA DE INFLUENCIA DIRETA

A Área de Influência Direta foi definida como sendo a área inserida dentro do polígono da Unidade de Conservação. Serão avaliados para o meio físico os seguintes estudos: clima, relevo, solos, geologia e geomorfologia, para o meio biótico os levantamentos de campo irão focar os estudos da flora (Bioma e fitofisionomias) e fauna (mastofauna, herpetofauna e ornitofauna) e para o meio antrópico serão considerados o uso e ocupação do solo bem as fontes de renda da população local.

2.3. CONTEXTO HISTÓRICO REGIONAL

O arraial do Tijuco iniciou por volta de 1713, com edificação da primeira capela de devoção de Nossa Senhora do Rosário. Em 1714, o arraial já contava com a igreja de devoção oficial, Santo Antônio, e exploração aurífera em seu entorno. O arraial pertencia eclesiasticamente à Paróquia do Serro. Com a oficialização da descoberta do diamante aquele arraial, que em breve poderia transformar-se na sede de um município, foi envolvido por uma situação difícil de ser compreendida pelos historiadores. O contrabando do diamante era de certa forma, mais fácil de ser praticado que o do ouro. Para sustar as explorações clandestinas e evitar uma mobilidade social inconveniente, foram tomadas medidas mais severas. Assim, o Distrito Diamantino tornou-se uma ilha no centro do continente.

Cercado por todos os lados, ninguém saía ou penetrava na demarcação do arraial sem autorização superior e especial. Felício dos Santos aborda com muita clareza aspectos da administração portuguesa na área dos diamantes. Observações precisas sobre o comportamento da sociedade e das autoridades, relacionamento dos fatos com a política e o comércio externo. É nessa fonte que encontramos o conhecimento de que a metrópole experimentava, de momento em momento, uma nova forma de repressão, mandando fechar as casas comerciais do Distrito Diamantino por considerá-las o maior foco de contrabando, deposições e inquéritos contra os intendentes. Ocorreram prisões e



execuções sumárias, fechamento das fronteiras do distrito, confisco de bens em geral, derramas, devassas e processos, até proibição do exercício de bacharel (SANTOS, J.F. 1976).

Toda a população estava vigiada do nascer ao pôr-do-sol. O habitante do arraial não gozava de liberdade para iniciativa pessoal. Havia um controle absoluto sobre os indivíduos que foram impedidos de atividades artísticas espontâneas. Havia repressão e vigilância em todos os sentidos. A segurança da metrópole impediu o estabelecimento de educandários das irmandades de ordens primeiras na região, policiou as atividades artísticas e intelectuais, deixou a sociedade empobrecida e completamente analfabeta, impediu à implantação de escolas de ciências humanas de nível superior, não permitiu o livre intercâmbio com outros povos que não o português e a mentalidade barroca desviaram o curso de desenvolvimento das artes não-religiosas ou voltadas para a religião.

Com a Independência do Brasil (1822), Diamantina acumulou o que havia herdado e se desenvolveu mais que os outros centros urbanos. Cresceu e tornou-se uma metrópole. É aqui que reside todo o erro de nossos historiadores. A historicidade de Diamantina culminou no período monárquico e não durante o colonial. Mesmo com a presença da corte portuguesa (1808-1822) persistiu a mesma política exploratória. A frustração do movimento chamado Inconfidência Mineira e a repressão aos derrotados foram responsáveis por uma verdadeira diáspora no território de Minas.

A população urbana transformou-se em ruralista (CARRATO, J.F. 1968). Em pouco tempo, uma nova ordem se estabeleceu formando o poder dos municípios nas mãos da oligarquia agrária. Mas o Arraial do Tijuco, a cidade de Diamantina, e o centro educacional do Caraça constituíram-se numa rara exceção levando-se em conta que a mineração de diamantes ainda não decaía como a aurífera. Tornou-se um centro educacional, visitado por ilustres intelectuais do Brasil e de todas as partes do Mundo. As cidades de Diamantina, Serro e Conceição do Mato Dentro foram durante esse período, um pólo irradiador da cultura mineira.

2.3.1. Aspectos Históricos do Município

Conceição do Mato Dentro recebeu o nome por estar situado na região de Caeté que, na língua indígena, significa Mato Dentro. Originalmente foi habitada pelos índios Botocudos, e entretanto, como vários outros municípios do centro mineiro, têm uma profunda ligação com o ciclo do ouro no Brasil, com a escravidão negra e das tribos indígenas em todo o seu território.

A região começou a ser colonizada no século XVIII e era formada política e administrativamente por ilhas de povoação concentradas aqui e ali ao longo dos caminhos e dos rios. E dessa forma, a região de Diamantina, Serro e Conceição do Mato Dentro foi sendo ocupada - sob o limite entre a regra e a transgressão no que se refere ao pensamento sobre os habitantes originais da terra e sobre as potencialidades de exploração do lugar.



Em 1701, um grupo de bandeirantes partindo de Sabará, sob a chefia do Coronel Antônio Soares Ferreira, alcançou a região conhecida como Ivituruí², nome dado à região da Serra do Espinhaço.

Já em 1702, foi erguida uma pequena capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição em certa altura do caminho percorrido pelos desbravadores - numa região às margens do córrego Cuiabá. Iniciando o processo de povoamento por parte dos colonos, deu-se então a exploração do ouro descoberto no leito do Rio Santo Antônio ao longo do trecho compreendido entre os arraiais de Tapera, Córregos e Conceição. Fundado em 1702, o distrito de Nossa Senhora Aparecida de Córregos é o mais antigo do município de Conceição do Mato Dentro, servindo como núcleo de mineração do ouro e do diamante no início de sua formação. A capela de Senhor dos Passos e a Matriz de Nossa Senhora Aparecida de Córregos são do século XVIII.

Com a riqueza do ouro, fez crescer o arraial tornando-se numa das mais importantes vilas da região. No início do século XIX, em 1818, diz Waldemar de Almeida Barbosa, que os moradores de Conceição pleitearam a elevação da freguesia à categoria de vila, sob o nome de “Vila Petrina”. Entretanto, tal elevação só aconteceu em 1840, e com o nome de Conceição apenas. Após ter adotado de forma paralela à Lei o nome de Conceição do Serro, a vila foi elevada à categoria de cidade em 1851 e em 1943 passou a ser chamada de Conceição do Mato Dentro.

Caracterizada pela rica fauna e flora a região de Conceição do Mato Dentro foi visitada por vários viajantes a serviço da Ciência durante o século XIX, num período onde começava a ficar visível a transformação pela qual a economia mineira (e especificamente a região em torno e pertencente ao Distrito Diamantino) passava caracterizada pelo investimento na agricultura de subsistência e na pecuária extensiva como atividades principais após o esgotamento das lavras.

Os primeiros naturalistas a incluírem em seus relatos o arraial de Conceição foram Spix e Martius no início do século XIX, mas de todos, o que mais se dedicou a descrever e relatar a vida e a região de Conceição do Mato Dentro foi Auguste de Saint-Hilaire, que esteve no local em 1816. Ele escreveu:

O povoado de Conceição é a sede de uma paróquia cuja extensão é de quarenta léguas, mas em que se compreendem florestas desabitadas que se estendem a leste ...

Conceição pode ter cerca de duzentas casas que se alinham em duas ruas paralelas A exceção de Itambé, de todas as povoações até então vistas, nenhuma apresentava como essa tantos sintomas de decadência e miséria. Essa povoação jamais esteve, certamente, na altura de Inficionado ou Catas Altas; no entanto, o tipo das casas prova que seus primeiros ocupantes gozavam de abundância.

Johann Pohl, no ano seguinte, deixou o seguinte relato em seu livro Viagem pelo Interior do Brasil:

² Ivituruí do tupi-guarani, que significa montanhas frias (atual região do Serro)



“(...) Este arraial, que está entre as maiores povoações da Capitania, distingue-se dos demais pela sua situação bela e salubre... A outrora abundante produção de ouro deu lugar à fundação deste, cujos grandes edifícios dão testemunho suficiente da antiga abundância dos habitantes. Mas, observa-se, com clareza, a decadência de hoje... O número de edifícios pode elevar-se a 200. Muitos deles assobradados. As igrejas, em número de quatro, são todas bem edificadas. Os habitantes que, antes, viviam da extração do ouro, vivem, hoje, geralmente, de suas plantações.”

Destaca-se também o Distrito de Itapanhoacanga³ (ou Tapanhoacanga, como anteriormente), que foi opulento arraial e centro de mineração no século XVIII. As obras de sua Igreja - dedicada a São José, filial da Matriz de Vila do Príncipe - tiveram início no ano de 1763, segundo o Cônego Raimundo Trindade. Waldemar de Almeida Barbosa acredita que o cônego se refere à construção de nova igreja, visto que o arraial já era uma rica comunidade bem antes de 1763.

Pohl ainda descreve as pequenas casas de madeira e barro do arraial, a capela e a igreja de Tapanhoacanga. Mas o que de fato parece ter-lhe impressionado foram as movimentadas e mal cuidadas estradas e caminhos que promoviam a circulação de bens e pessoas pela região:

“Estes caminhos, que tantos obstáculos apresentaram à nossa viagem, são bastante freqüentados pelas tropas de bestas de carga que conduzem mercadorias do Rio de Janeiro e possuem ativo tráfego comercial. Em nossa viagem, cruzamos com várias destas tropas, que se compunham de vinte até quarenta animais. É um perigo quando, nos barrancos, se encontram duas destas grandes tropas, inconveniente que nos embaraçou algumas vezes em nossa viagem. Então, o que se tem a fazer é voltar e procurar um lugar cuja largura permita a passagem, ou então subir, como for possível, a margem do caminho (...).”

Conceição do Mato Dentro tem ainda grande potencial arqueológico para sítios históricos, relativos aos séculos posteriores à ocupação colonial do Distrito Diamantino. Dentre estes sítios históricos, destacam-se os caminhos de tropeiros, componentes da tão famosa rede de caminhos principais e ramais secundários conhecida como Estrada Real e os acampamentos em abrigos rochosos, muitas vezes utilizados continuamente desde a pré-história até tempos coloniais e modernos, por quilombolas, viajantes e catadores de sempre-viva.

Cronologia:

1709 - Erguida em colativa por carta-régia de 1752 (56) a paróquia de Conceição do Mato Dentro

1840 – Elevado a Município e Vila da Conceição por lei nº. 171 de 23-03-1840, composto pelas paróquias da sede, Morro do Pilar, São Miguel e Almas (at.Guanhães).

1848 - Criada a paróquia de Paraúna (atual Costa Sena) e incorporado ao município de Diamantina.

³ Do Guarani: tapañu = escravo negro; acanga = cabeça. Brás da Costa Ribeiro acrescenta que o nome faz referência a uma “espécie de pedra ou cascão, ouro preto, férreo, que acompanha a superfície da terra.”. Para mais, ver. IHGB, XLV, 2º, 381. De acordo com Eschwege, *Itapanhoacanga*, significa pedra cabeça de negro, em virtude da morfologia crespa com o desenvolvimento de estruturas botroidais, no terreno onde essa crosta predomina. ESCHWEGE, W.L. **Pluto brasiliensis**. Belo Horizonte: São Paulo: Ed. Itatiaia: Edusp, 1985 [1833].



			PLANO DE MANEJO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL SALÃO DE PEDRAS	Cód: P. Manejo Pag. 45/288
---	--	--	--	----------------------------------

1851 – Passa a ser chamada de Conceição do Serro pela lei nº. 553 de 10-10-1851, incorporando ao município os distritos de Itambé, Paraúna e Congonhas do Norte

1854 - Criado em o distrito de Capelinha das dores (atualmente Dores de Guanhães).

1856 - Criado a paróquia de Nossa Senhora do Porto.

1857 - Restaurado o distrito de Congonhas do Norte, que havia sido suprimido por lei de nº. 45 de 07-10-1851

1848 - Criada a paróquia de Santo Antônio da Tapera (atualmente Santo Antônio do Norte).

1859 - Criado o distrito de Itambé do Mato Dentro, que já havia sido incorporado ao município, como distrito pela lei nº 553 acima citada.

1861 - Criado o distrito de Santana dos Fechados.

1859 - Perde a paróquia de São Miguel e Almas (atualmente Guanhães).

1870 - Criados os distritos de São Domingos do Rio do Peixe e São Sebastião do Rio Preto.

1875 - Criados os distritos de Santo Antônio do Rio Abaixo e Santana do Riacho, e perde no mesmo ano o distrito de Dores de Guanhães.

1877 - Elevada a paróquia o distrito de Córregos

1882 - Criado o distrito de Brejaúba.

1901 - Perde o distrito de Santana do Riacho.

1911 - Criado o distrito de São José de Passabem.

1923 - Criado o distrito de Viamão (atual Carmésia). Perde no mesmo ano o distrito de Senhora do Porto.

1938 - Perde os distritos de São Domingos do Rio do Peixe (atualmente Dom Joaquim) e Viamão.

1943 - Perde os distritos de Itambé do Mato Dentro e São Jose do Passabem. Restaura no mesmo ano o nome atual.

1948 - Criado o distrito de Itacolomi.

1953 - Perde o distrito de Morro do Pilar.

1962 - Criado o distrito de São Sebastião do Bom Sucesso. Perde no mesmo ano os distritos de Fechados, Congonhas do Norte, Santo Antônio do Rio Abaixo e São Sebastião do Rio Preto.

Fonte: BDMG Cultural 1997



2.4. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E PROBLEMAS AMBIENTAIS DECORRENTES

A extensa área de Conceição do Mato Dentro distribuída no sentido NO-SE apresenta uma geografia de relevo tipicamente montanhoso. À Noroeste encontramos as terras altas do Espigão Central da Serra do Espinhaço e a Sudeste as montanhas caracterizadas pelos “mares de morros”, fatos que tornam difícil o uso da mecanização agrícola para a região. A população rural residente no município de Conceição é em geral superior à média da região. Segundo o IBGE, a população urbana possui 10.590 e a população rural 8.009 habitantes. O êxodo rural é uma tendência em toda a sub-bacia do rio Santo Antônio, o crescimento econômico e a oferta de empregos pela mineração têm contribuído em muito, para o aumento do crescimento urbano nos últimos anos.

A economia local é tradicionalmente apoiada nas atividades agropecuárias. Para as atividades agrárias, merece destaque a lavoura de milho ocupando a média de área colhida de 900ha/ano, seguida da mandioca, feijão, café, banana e arroz. Nos últimos anos a cana de açúcar, vem ocupando lugar de destaque e está sendo utilizada para alimentação de bovinos e também é transformada em rapadura e aguardente.

O quadro a seguir apresenta a relação dos principais produtos agrícolas do município de Conceição do Mato Dentro

Quadro 08: Principais produtos agrícolas produzidos no município

Produto	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)
Abacaxi (1)	12	108	9.000,00
Alho	5	15	3.000,00
Amendoim (em casca)	10	6	600,00
Arroz em casca sequeiro	70	140	2.000,00
Arroz em casca varzea úmida	50	100	2.000,00
Banana (2)	130	2.340	18.000,00
Cana-de-acucar	120	7.200	60.000,00
Cafe	150	180	1.200,00
Feijao (1a.safra)	50	35	700,00
Feijao (2a.safra)	150	75	500,00
Laranja (1)	35	700	20.000,00
Mandioca	150	1.200	8.000,00
Milho	900	2.250	2.500,00

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

(1) Produção em mil frutos e rendimento em frutos/ha

(2) Produção em mil cachos e rendimento em cachos/ha

A cultura do eucalipto desempenha um papel importante na, sobretudo na economia da comunidade do Meloso. Merece destaque a empresa NOVA ERA Silicon com uma área total 7.460,63ha e área plantada de 3.940,84ha. O principal produto da silvicultura é o carvão vegetal, cuja produção é da ordem de 18.742 m³. Ainda segundo entrevistas com moradores do município, grande parte da exploração florestal do município se dá de forma ilegal em carvoarias clandestinas às quais, muitas vezes, exploram matas nativas para gerar carvão vegetal. Isto representa um grave problema de ordem ambiental e social e é



fruto, basicamente, das dificuldades da economia da região em gerar riquezas e oportunidades de trabalho.

A pecuária, desenvolvida nas propriedades da região produz em média de 26.950/ano. Nesse cenário, o Parque Salão de Pedras encontra-se em áreas próximas aos seus limites as pastagens predominantemente melhoradas, com a introdução de espécies exóticas, como a *brachiaria*. Permeando estas áreas encontramos matas, sobretudo junto às linhas de drenagem, capoeiras e campos entrecortados por estradas.

Um dos principais impactos detectados na área do Parque é o desmatamento, principalmente nas Áreas de Proteção Permanente (APP). Uma saída encontrada foi o cercamento das áreas de nascentes pela Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, o que reduziu não só o uso de fogo nessas áreas como o desmatamento propriamente dito. Dentro do limite da UC existem diversas nascentes e essas, quando sofrem qualquer interferência humana, comprometem os pequenos cursos de água, afluentes de rios maiores, como no caso do rio Santo Antônio, que abastece a cidade.

As invasões também são grandes problemas para os gestores da UC, bem como para a preservação dos recursos naturais existentes.

Outro impacto identificado sobre os recursos naturais na região do Parque ocorre com a presença de vizinhos da UC. Tanto os moradores dentro da UC como os vizinhos utilizam as estradas para se deslocarem até a sede do município ou para outros bairros. Além disso, esses despejam seus resíduos (lixo) dentro dos limites da unidade de conservação.

As atividades extrativas em geral, como garimpo artesanal, são realizadas na área da UC, porém hoje em escala muito reduzida. A extração de areia é a que mais ocorre na região e deve ser licenciada pelo CODEMA, criado em 1996.

A extração de madeira para carvão, dentro dos limites da UC, é constante. A todo o momento é possível ver áreas que foram recentemente exploradas, assim como pequenos proprietários carregando sua lenha, dentro dos limites do Parque. Essa lenha é vendida por esses pequenos produtores para aumentar a renda familiar.

Na área da UC existem vários pontos de voçorocamentos naturais e outros causados pela atividade humana.

O Parque não possui cancela ou algum tipo de controle de entrada e saída das pessoas. Com isso, conforme dito anteriormente, muitas delas usam a área para se deslocarem para outros pontos da cidade. Em alguns momentos esses não respeitam os limites das estradas e abrem trilhas com suas motos e bicicletas. Tudo isso, aliados as próprias características dos solos da região causam e potencializam esse fenômeno.

Apesar de a região ser conhecida por sua capacidade turística e pelas belezas naturais, essa atividade também tem causado impactos antrópicos através da poluição da água por óleo bronzeador, lixo deixado pelos turistas. Outro impacto identificado nas áreas dos mananciais são as lavadeiras, que tradicionalmente ao longo de décadas utilizam as águas dos córregos para lavar as roupas.

➤ Animais

A soltura de animais (cavalos) dentro da área do Parque é uma prática comum. Esta ação causa vários impactos na área da UC, tais como: compactação do solo e pela quebra e pisoteio da vegetação, poluição de nascentes por excrementos, o uso do fogo para estimular a rebrota de pastagens e a extinção local de espécies nativas pela competição em



especial com capins africanos (Ex.: *Brachiaria* sp.). Destaca-se ainda o aumento da competição, predação, disseminação de doenças para os animais nativos e o conseqüente afugentamento.

➤ **Extração Vegetal**

A extração vegetal, principalmente de madeira, é um problema que ocorre em todas as áreas de Floresta. A retirada de árvores muitas vezes causa a abertura de clareiras em meio à floresta, ocasionando o efeito de borda e, conseqüentemente, prejuízos para a conservação da biodiversidade local.

Os remanescentes florestais da região são de extrema importância para a conservação da diversidade de animais silvestres, em especial de mamíferos de médio a grande porte, e de uma série de espécies de aves e répteis. Além disso, nos ambientes abertos, muitas vezes ocorre a colonização por plantas exóticas e rústicas.

Com o desmatamento desordenado outros problemas ambientais são decorrentes, tais como:

- Redução das populações de espécies vegetais susceptíveis, conseqüentemente, reduzindo potencialmente a biodiversidade local;
- Remoção da proteção natural do solo com sua conseqüente exposição, provocando o aparecimento de pontos de erosão e promovendo o processo de assoreamento dos corpos d'água próximos.
- Interferência sobre a fauna associada, como é o exemplo da ornitofauna, que tem locais de nidificação afetados, bem como a geração de stress causado pela perturbação de seu habitat. Dentre outras conseqüências, esta interferência prejudica o seu sucesso reprodutivo. O desmatamento em maiores intensidades é um fator capaz de promover o deslocamento da fauna presente nestas áreas. Eles tenderão a migrar para a cobertura vegetal ainda existente, aumentando a densidade de algumas populações. Isto pode intensificar a competição intra-específica e até mesmo inter-específica já existente na área, chegando a alterar o equilíbrio das populações (animais e vegetais) aí estabelecidas. Além disso, o desmatamento pode promover a morte de alguns animais, destacando-se os anfíbios que requerem condições de umidade e sombreamento para sobrevivência;
- Alteração do microclima das áreas desmatadas, alterando a dinâmica de populações e os processos de sucessão existentes nas mesmas;

➤ **Extração Mineral**

A mineração é uma atividade que causam grandes impactos ambientais, principalmente a remoção da vegetação, a erosão, o aumento da turbidez da água a jusante e o assoreamento de rios e córregos.

Já existem na região alguns rios com águas bastante turvas e de baixa qualidade, grandes bancos de areia evidenciando forte assoreamento, demonstrando a magnitude dos impactos decorrentes dessas atividades quando não há o devido controle. Observaram-se na região alguns efeitos já consolidados da implantação de estradas, como por exemplo: alteração de geoformas pelos cortes e aterros.

➤ **Caça e Pesca**

Embora pouco freqüente nos dias de hoje, a caça ocorre na região. A caça e a captura, associadas à presença de animais domésticos que predam espécies silvestres (em especial cães e gatos) certamente provocaram e provocam o rareamento dessas espécies, tanto no Parque como em seu entorno.



A pesca, por sua vez, é intensamente praticada em várias áreas da região, em alguns casos, ocorrem arrastos com redes de malha fina ao longo da vegetação marginal de córregos, capturando indistintamente juvenis e adultos das espécies locais.

➤ **Fogo**

A queimada, que provoca consequências maléficas e até catastróficas ao ambiente, é uma das práticas mais antigas e arraigadas da população brasileira. Decorrentes de causas variadas, frequentemente ocorrem incêndios na região do Monumento Natural, comprometendo desde as formações campestres até florestas ciliares e manchas naturais de floresta nas áreas de grande altitude. Por consequência, infere-se que tenham reduzido e reduzam populações de animais silvestres nelas existentes ou que nelas se refugiam.

Incêndios afetam direta e indiretamente as comunidades vegetais e animais, alterando a disponibilidade de recursos, eliminando abrigos de proteção, eliminando sítios de reprodução, destruindo ninhos e matando ovos, filhotes e aves adultas queimadas, por intoxicação pela fumaça e de fome, como consequência, mesmo que temporária, da supressão e empobrecimento de ambientes.

➤ **Lixo**

O lixo pode ser encontrado ao longo de todas as vias (estradas e trilhas) dentro do Parque, na área do Salão a lixeira e placas educativas encontram-se danificadas ou em mal estado de conservação



Foto 02: Vila Caetano



Foto 03 - Córrego Pereira

Fotos 02 e 03 - Pressão antrópica - crescimento urbano sobre os limites da UC.

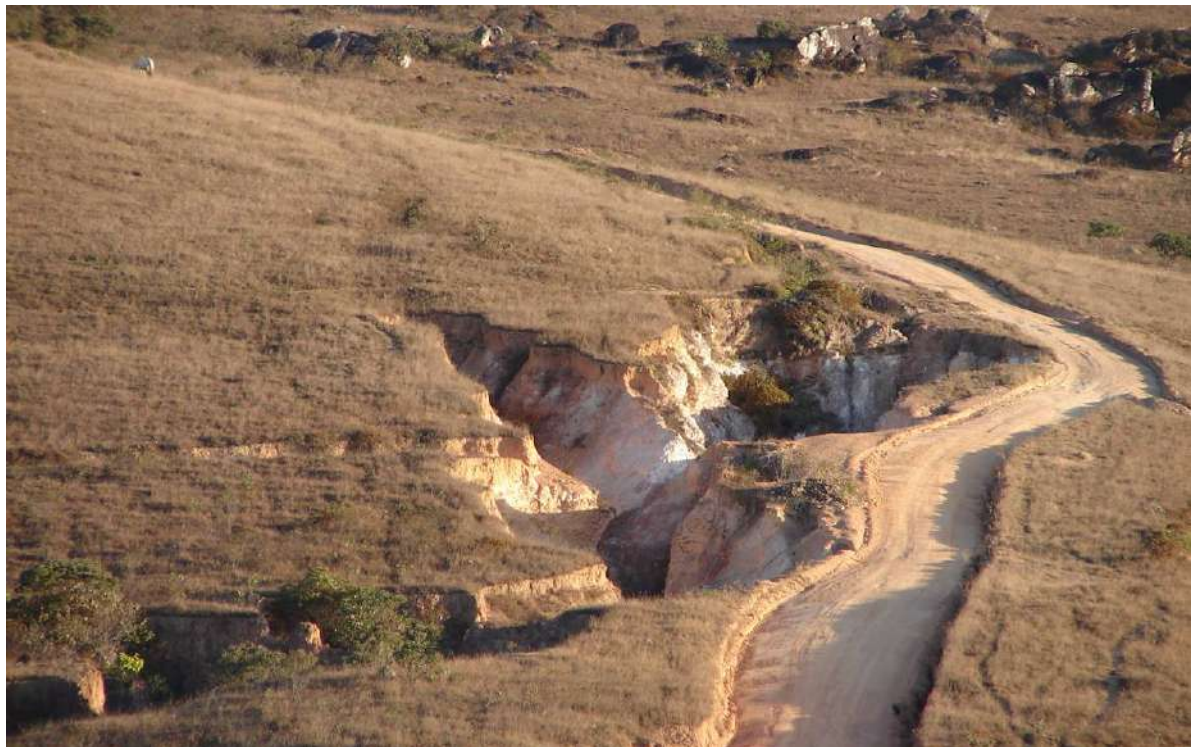


Foto 04 – Voçoroca na margem da estrada de acesso ao Parque.



Foto 05 -
Fotos 04 e 05 - Processos erosivos instalados dentro da UC.



Foto 06 - Incêndio criminoso próximo ao Lago Azul, dentro da área da UC.



Foto 07 - Lixeira destruída na área do Mirante do Salão de Pedras



Foto 08 - Pastoreio de animais dentro da Unidade de Conservação

2.4.1. Comprometimento dos rios

Com o crescimento populacional, a situação atual dos recursos hídricos superficiais e os subterrâneos, tende a agravar-se, exigindo urgente intervenção.

Torna-se indispensável a manutenção de uma situação favorável, implantando-se instrumentos eficientes de controle do uso dos recursos superficiais, bem como os aquíferos subterrâneos.

A qualidade das águas, pode também ser comprometida pelo uso indiscriminado de defensivos e fertilizantes agrícolas, comumente chamados de agrotóxicos, mas, no município de Conceição do Mato Dentro, este uso é em pequena escala.

As culturas de cana e pastagem que ocorrem na região demandam algumas aplicações anuais de inseticidas, herbicidas e defensivos biológicos. Porém, a cultura da laranja (que também ocorre na região, identificada pelo Censo 2006) exige aplicações bem mais intensas de inseticidas, fungicidas, herbicidas e acaricidas. É recomendada uma atenção especial ao controle do uso de agrotóxicos.

Atualmente, alguns fatores tais como poluição doméstica, lixo, existência de barragens locais, extração de areia e garimpo, criação de gado, retirada de vegetação ciliar, são os maiores responsáveis pelo comprometimento de alguns rios da região. Estes fatores causam a perda da qualidade das águas superficiais e a perturbação da fauna aquática, com consequências indiretas para a fauna terrestre e para a qualidade das águas da região como um todo.

2.5. A RELAÇÃO DA POPULAÇÃO COM MEIO AMBIENTE

A inter-relação entre a população e o Meio Ambiente local é composta por distintas realidades, contextualizadas sob o enfoque em que todas se integram num mesmo caso, o da relação sócio-ambiental com a Unidade de Conservação, que foi assim formada, no decorrer do processo de ocupação territorial, por situações culturais, geográficas e históricas diferentes.

Na área do Parque Natural Municipal Salão de Pedras, os usos dos recursos naturais pela população destacam-se o extrativismo vegetal das espécies medicinais, bem como de outras plantas nativas para ornamentação. O conhecimento mostrado pela população é resultado, principalmente, das informações que foram sendo passadas de geração em geração.

A utilização de plantas nativas, pela comunidade local, na cura de doenças, podem inclusive ser utilizada na implantação de hortas com plantas medicinais, o que seria útil para preservar o conhecimento sobre as espécies. Destaca-se, entretanto, que algumas espécies nativas já são mais difíceis de serem encontradas e correm o risco de não serem mais utilizadas.

A variedade de usos e de espécies usadas mostrou um grande conhecimento da vegetação por parte da população, principalmente daqueles mais velhos, fato este que denota a importância de se passar o conhecimento secular aos mais novos ou poderá ser perder toda este conhecimento. Também não foram observadas formas de manejo das espécies citadas. Isso talvez seja uma herança cultural dos brancos que vieram para a região em busca de riquezas minerais e aqui se estabeleceram.

Foram entrevistadas algumas comunidades e propriedades rurais localizadas nas imediações do Parque Natural Municipal Salão de Pedras.

No que se refere ao caráter econômico, não há uma atividade principal; percebe-se uma composição de fatores, que combinados, permitem a sobrevivência das famílias: agricultura de subsistência, venda de excedentes, extrativismo vegetal e mineral, programas do governo e aposentadorias (o que parece ser uma realidade regional).

Esses fatores, além de determinantes para a economia, também são reveladores da situação sociocultural da região do entorno: revelam, por um lado, a pouca autonomia que as famílias de pequenos agricultores possuem e, por outro, as relações de dependência para com o governo ou com a utilização dos recursos naturais disponíveis.

2.6. VISÃO DAS COMUNIDADES SOBRE A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Segundo DRUMOND (1998), a concepção de que uma Unidade de Conservação não é um espaço isolado foi plenamente reconhecida no Congresso Mundial sobre Parques Nacionais e Unidades de Conservação, há mais de uma década, em 1992.

A manutenção da diversidade biológica tornou-se, nos anos recentes, um dos objetivos mais importantes da conservação (DIEGUES; ARRUDA, 2001). O Brasil, como um país



megadiverso, possui responsabilidade global em proteger três grandes regiões naturais – a Amazônia, o Pantanal, e a Caatinga – e dois hotspots de biodiversidade – a Mata Atlântica e o Cerrado.

A criação e gestão de Unidades de Conservação (UC) são chaves para conservar o que resta dos ecossistemas brasileiros. Mas há um grande número de desafios frente ao sistema de unidades de conservação: alguns intrínsecos a cada unidade; outros do sistema; e ainda outros em oposição ao conjunto de ações humanas que as unidades de conservação são destinadas a bloquear.

É importante lembrar que a criação de UC não é suficiente para assegurar a proteção dos recursos naturais, culturais e históricos. Ao longo da história de criação das UC's ocorreram várias divergências entre a população e os setores responsáveis pela criação destas áreas protegidas. Na maioria das vezes, a população apresenta dificuldades em compreender a importância de uma UC criada na região onde vive. Pode-se afirmar que as circunstâncias e o contexto social para a criação de uma UC, influenciam o manejo da área, mesmo anos após sua criação.

O diálogo em que se vai desafiando o grupo popular a pensar sua história social como experiência igualmente social de seus membros vai revelando a necessidade de superar certos saberes que, desnudados, vão mostrando sua incompetência para explicar os fatos. (FREIRE, 1996)

O manejo participativo de Unidades de Conservação propõe alianças para o manejo dos recursos naturais, com potencialidades e também limitações. Para o melhor entendimento da interrelação dos diversos segmentos da população com o Parque, a orientação metodológica adotada em relação à pesquisa de campo revelou o cuidado em se preservar as opiniões dos entrevistados, conferindo um grau recíproco de confiança à entrevista.

Foi garantido, para esse fim, o sigilo das respostas individuais e o tratamento das mesmas no conjunto de informações e opiniões a respeito da Unidade de Conservação. Além da confiança estabelecida, o resultado dessa orientação permitiu uma discussão mais ampla em relação ao Parque: seus pontos positivos e negativos, bem como a inter-relação entre os entrevistados e a Unidade de Conservação.

Cada Unidade de Conservação é única sob a ótica da sua interrelação e de sua inserção no contexto histórico, socioeconômico e político, além das suas fundamentais implicações de caráter bioconservacionistas. A estratégia de execução utilizada para compor o capítulo consistiu em reuniões e entrevistas, durante os levantamentos socioeconômicos realizados. Cabe acrescentar que

Os cientistas sociais, que pesquisam os significados das ações sociais de outros indivíduos e deles próprios, são sujeito e objeto de suas pesquisas. Nesta perspectiva, que se opõe a visão positivista de objetividade e separação radical entre sujeito e objeto da pesquisa, é natural que cientistas sociais se interessem em pesquisar aquilo que valorizam. Estes cientistas buscam compreender os valores, as crenças, motivações e sentimentos humanos, compreensão que só pode ocorrer se a ação é colocada dentro de um contexto de significado. (GONDERBERG, 2004)

Para muitos entrevistados o motivo de criação do Parque estava muito claro: a preservação do meio ambiente e o incremento ao desenvolvimento do turismo já existente. As belezas naturais do Parque foram ressaltadas e também são entendidas como justificativa para a criação da Unidade.



É sabido que, além da beleza natural, a UC revela a riqueza histórica dos sítios arqueológicos, evidencia da presença humana há milhares. Atualmente, os vizinhos do entorno direto do Parque, ou seja, pessoas que têm suas propriedades confrontantes com a UC sabem de sua existência e importância, mas não têm conhecimento quanto à legislação que rege a gestão da unidade.

Muitos criticaram a forma como a Unidade foi estabelecida: sem a participação da população na decisão da criação do Parque e/ou sobre sua viabilidade. Apesar das opiniões divergentes, os entrevistados também teceram comentários sobre a beleza do lugar. Eles conhecem os conflitos existentes na área e a possibilidade de potencialização desses conflitos com a efetiva implantação do Parque sem que, em contrapartida, haja resolução em curto prazo para os problemas apontados. Mesmo para os que entendem que a justificativa do Parque seja a preservação ambiental, as discussões sobre as questões relativas à Unidade de Conservação tiveram como pano de fundo essa constatação.

Um dos entrevistados relatou que reside há pouco tempo no município e que tem percebido que o maior problema enfrentado na Unidade de Conservação está relacionado à presença de animais (eqüinos, bovinos, etc.), que acabam levando à degradação do solo, além disso, as estradas que cortam o parque por todos os lados contribuem de forma marcante para a formação de inúmeras voçorocas. Falou também sobre os turistas que fazem churrasco e deixam lixo no local – lata de refrigerante, sacolas plásticas e etc. Fato confirmado por outros entrevistados, que citaram o “Poço Proibido”, local em que as visitas estão proibidas, como um dos que há bastante lixo encontrado e recolhido pelos vigilantes.

O problema dos processos erosivos foi apontado amplamente como um dos principais na área do parque, pois, além de representarem um perigo para os visitantes – inclusive devido à falta de sinalização – prejudicam o desenvolvimento das espécies nativas.

Outro entrevistado informou que foram feitos vários boletins de ocorrência denunciando o grande número de invasões e, em sua opinião, “falta uma política pública para adequar melhor essas pessoas. Quando o Estado não dá mais conta entra a polícia. (...) As pessoas que moram nos limites do parque vão tirar os recursos que precisam - lenha e areia, por exemplo - de onde? Do parque.” Continua relatando sobre a necessidade de estabelecer melhor os limites e orientar as pessoas para outro lugar e sobre a retirada de recursos naturais por parte do povoado do Tabuleiro. E levanta, ainda, o problema das queimadas realizadas para a pastagem e da pesca na área do parque.

Uma observação importante é feita pelo presidente de uma Associação Comunitária quanto às invasões: “As pessoas levantam o barraco e a justiça derruba. Vai um outro que não precisa, faz o mesmo e nada acontece.” Ressalta o problema das lavadeiras que vão aos córregos lavar roupas e acabam poluindo e que, além disso, há o esgoto que é jogado na água desses córregos. Sugere a disponibilização de lixeiras em toda área do parque e o aumento do número de vigias.

Também foi mencionado o problema da floresta comunitária de eucalipto, plantada para benefício da comunidade, visando o estabelecimento de uma área de extração de lenha, em área contígua ao Parque, a fim de eliminar o desmatamento da área e que, no entanto, os moradores não aguardam o crescimento das árvores e fazem o corte de forma irregular, o que acaba por prejudicá-los, já que as árvores não crescem de maneira adequada novamente.

Com certo saudosismo, uma entrevistada tece um relato sobre o tempo em que se podia nadar nos riachos contidos na área do parque. Lamenta o desconhecimento por parte da comunidade sobre as leis e direitos e diz que somente com informação e participação poderão que os problemas relativos à UC são de todos. Acrescenta ainda: “os que mais



poluem, por exemplo, são as pessoas da cidade mesmo. Abrem trilhas e estradas sem planejamento e, num determinado local, a voçoroca chegou num ponto em que muitos acidentes sérios podem acontecer porque não há informação, não há sinalização. Os turistas têm mais consciência ambiental”.

Ainda assim, a adoção de medidas de infra-estrutura, além da efetiva implantação do parque, está gerando muitas expectativas que se manifestam basicamente, no que diz respeito aos entrevistados institucionais, em três vertentes: questões relacionadas ao desenvolvimento econômico das comunidades e do município (turismo e criação de empregos diretos e indiretos), questões relativas aos usos atuais que os moradores ou outras pessoas realizam na área do Parque e a situação fundiária das famílias residentes.

O turismo é uma possibilidade concreta de desenvolvimento econômico. Em função do seu rico patrimônio arquitetônico e histórico, a cidade já é um destino turístico. E, ainda que os benefícios do turismo para o desenvolvimento econômico sejam inegáveis, a discussão também deve englobar questões relativas à eficácia ou não dessa atividade para a população de baixa-renda.

As atividades relacionadas ao turismo nas comunidades do entorno da UC devem ser centralizadas em programas com a participação de diversas instituições que já atuam na área (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e EMATER, por exemplo) para que os benefícios sejam realmente percebidos pelos moradores destas comunidades e o reflexo do turismo na região não se restrinja à criação de subempregos.

A maioria dos efetivos residentes ou que não residem, mas que possuem terras na área da UC, declarou saber da criação do Parque através de boatos que circulavam na cidade. Outros ouviram falar da criação do Parque através de funcionários da prefeitura municipal. Ninguém soube precisar quais seriam as atitudes que a futura gestão do Parque tomaria em relação a eles. Porém, a expectativa de todos é que haja uma negociação: muitos falam em indenização e outros que, efetivamente dependem da área para sustento, querem ser realocados.

A restrição no entorno e as proibições do uso dos recursos naturais do Parque podem resultar em situações de conflitos entre gestão e população. O uso, ainda que em muitos casos seja degradante para o meio ambiente, é fruto de um dado cultural e, historicamente, o objetivo é a sobrevivência.

Esse conflito pode ter sua resolução dificultada, pois, ainda que existam alternativas econômicas sustentáveis, inúmeras são as dificuldades enfrentadas, tais como o desconhecimento da vocação das comunidades, a falta de participação comunitária nas decisões e, principalmente, a falta de recursos. Para a maioria dos entrevistados, há necessidade urgente de reuniões nas associações a fim de que o debate conte com a participação real das comunidades, apontando problemas e propondo soluções.

Cabe salientar que a responsável pela gestão do Parque é apenas uma das diversas instituições que podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população do município e, evidentemente, é uma das maiores interessadas para que isso ocorra efetivamente.

2.7. ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Por desenvolvimento sustentável entendemos que seja a maneira pela qual podemos continuar desenvolvendo nossos países e comunidades, sem destruir o meio ambiente e com maior justiça social.

No ano de 1987, a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, apresentou um documento chamado Our Common Future, mais conhecido por relatório Brundtland. O relatório diz que “Desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”. A proposta é justamente desenvolver, porém em harmonia com as limitações ecológicas do planeta, para que as gerações futuras tenham a chance de existir e viver bem, de acordo com as suas necessidades (melhoria da qualidade de vida e das condições de sobrevivência).

O maior desafio em relação ao manejo das Unidades de Conservação é a capacidade de integrar os objetivos da Unidade num contexto de desenvolvimento regional e local.

O conceito de sustentabilidade, amplamente debatido na comunidade científica e gradualmente incorporado no discurso dos formadores de opinião e da mídia, não encontra o rebatimento esperado quando se trata das relações entre as Unidades de Conservação e a comunidade do entorno, com raras e brilhantes exceções, as quais comprovam a factibilidade do conceito sustentável e apontam caminhos pragmáticos a serem seguidos.

É importante ressaltar que, a princípio, sobrevivência e preservação podem parecer idéias antagônicas. Porém, há relatos de experiências em UC que agregam práticas preservacionistas que foram internalizadas pela população, sem que a mesma se sentisse lesada ou alijada de seus meios de sobrevivência. Pelo contrário, a gestão de uma unidade de conservação, guardadas as “super expectativas” de todos os atores envolvidos, pode ser o elemento catalisador e aglutinador de um processo de desenvolvimento socioeconômico local.

Essas constatações parecem ser recorrentes nas Unidades de Conservação de todo o país e apontam para um conflito de ordem mais geral, que compreende as estratégias de sobrevivência da população e a idéia de preservação ambiental.

As necessidades da população estão voltadas para um sistema mais imediatista, porque sua situação social demanda esse tipo de resposta. Ainda que a população de baixa-renda, como estratégia de sobrevivência, reproduza um discurso mais defensivo, em que grande parte das atitudes se justifica em nome da situação econômica depressiva, o que se observa na prática é, realmente, a dificuldade de sobrevivência dessas pessoas e a falta de alternativas de desenvolvimento sustentável, que gere renda a curto/médio prazo e substitua as práticas atuais.

O fator social deve ser incorporado em todos os momentos da gestão, não devendo ser isolado do ponto de vista da preservação, ou desconsiderado em detrimento de atividades ou ações de cunho estritamente biológico/preservacionista/fiscalizador.

Esse conflito (preservação x situação social), percebido pelos entrevistados das instituições visitadas, é de difícil resolução. Ainda que existam alternativas econômicas sustentáveis, inúmeras são as dificuldades enfrentadas em sua implantação: desconhecimento da



vocação das comunidades falta de participação comunitária nas decisões e, principalmente, falta de recursos.

A realidade social da região, face à preservação ambiental não deve significar, necessariamente, uma contradição: práticas nocivas ao meio ambiente não devem ser perpetradas pelos pequenos agricultores, mas substituídas gradativamente por outras práticas mais coerentes com a idéia de preservação, práticas estas que sejam factíveis e realmente incorporadas pelos mesmos.

As sucessivas restrições em relação às atividades de coleta e garimpo vêm, ao longo do tempo, fortalecendo um processo de marginalização e empobrecimento da população mais carente.

Deve-se considerar que o turismo é uma atividade que cria vários postos de trabalho, diretos e indiretos, para trabalhadores com diversas qualificações. Ainda que os benefícios do turismo para o desenvolvimento econômico sejam inegáveis, a discussão também deve englobar questões relativas à eficácia ou não dessa atividade para a população de baixa-renda. Cidades onde a atividade turística está em desenvolvimento, acabam por atrair profissionais mais qualificados, que vão disputar com os moradores do município os postos de trabalho formais; para os moradores das comunidades restam os empregos indiretos, menos qualificados, devido à baixa escolaridade observada, ou atendimento à demanda dos turistas (restaurantes e pensões) ou produtos agropecuários e artesanato.

A venda direta ao turista requer uma melhoria na apresentação do produto que, por sua vez, requer organização da comunidade e pequeno capital de investimento, mesmo com a existência de soluções criativas a baixo custo; se não for bem planejado, com inferência das instituições municipais, pode não representar renda para quem mais precisa dela.

Assim, sugere-se que as atividades relacionadas ao turismo nas comunidades do entorno do Parque Natural Municipal Salão de Pedras sejam centralizadas em programas, com a participação de diversas instituições que já atuam na área, para que os benefícios sejam realmente percebidos pelos moradores destas comunidades e o reflexo do turismo na região não se restrinja à criação de subempregos.

2.8. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

2.8.1. Legislação Federal

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A Constituição Federal de 1988 não apenas foi um avanço do ponto de vista do resgate ao Estado democrático de Direito, mas na área ambiental, suplantou todas as expectativas, tornando-se uma das mais avançadas cartas a nível mundial.

É importante destacar que a Constituição Federal de 1988 também inovou na distribuição das competências em matéria ambiental. A partir dela, a competência para proteger o meio ambiente, preservar as florestas, a fauna e a flora, e proteger o patrimônio cultural, histórico e artístico e os sítios arqueológicos, passou a ser comum entre os entes da União, dos Estados e Municípios (art. 23 da CF).



Com relação à competência legislativa, a União, os Estados e o Distrito Federal podem legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e proteção ao patrimônio histórico, cultural e proteção ao meio ambiente. (art. 24, incisos VI, VII e VIII da CF).

No Título VIII - Da ordem social, está inserido o Capítulo VI, que trata, no art. 225, Do meio ambiente, onde constam todos os princípios a que deve se fundar tanto o poder público, como os cidadãos, no que tange à causa ambiental. Inicia o caput do referido artigo distribuindo o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito difuso, de todos, indistintamente, e por tal motivo, sendo obrigação, também difusa, do poder público e da coletividade, a defesa e preservação dele para que as presentes e futuras gerações também possam gozar desta harmonia. Eleva-se o direito ecologicamente equilibrado à categoria de direito fundamental à vida.

Entre as funções previstas no § 1º do art. 225, que incumbem ao Poder Público, para assegurar a efetividade desse direito, destacamos:

- Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; (inc. I);
- Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; (inc. II);
- Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (inc.III);
- Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. (inc.VII).

Cabe lembrar que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, por expressa determinação constitucional, prevista no § 3º do art. 225 da CF.

Ainda no que se refere ao art. 225, deve-se abordar o fato de que a Mata Atlântica, entre outros ecossistemas, foi elevada à categoria de patrimônio nacional, (§ 4º), sendo que, por determinação constitucional, sua utilização deve ser feita dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

Lei da Política Nacional de Meio Ambiente - Lei 6.938/81

Estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, seus objetivos, princípios e diretrizes.

Destacam-se entre os princípios, apresentados pelo art. 2º da referida lei, os que possuem influência direta sobre o tema das Unidades de Conservação de Proteção Integral, como os Monumentos, a saber:

- Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; (inc. I);
- Proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas (inc.IV).



A Política Nacional do Meio Ambiente possui como principal objetivo a compatibilização do desenvolvimento econômico social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico. Assim, a preservação ambiental deve estar em perfeita harmonia com o desenvolvimento social, não podendo este ser interpretado como antagônico àquela.

Entre as metas da política ambiental consta a definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

A criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. (art. 9º da Lei Federal 6.938/81). Ressalta-se ainda o art. 14, § 1º da Lei nº 6.938/81, o qual aduz que define a responsabilidade por reparação do dano ambiental como sendo objetiva, ou seja, como sendo independente de culpa.

☛ Art. 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

- I - à multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a 10 (dez) e, no máximo, a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs, agravada em casos de reincidência específica, conforme dispuser o regulamento, vedada a sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, Distrito Federal, Territórios ou pelos Municípios;
- II - à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;
- III - à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;
- IV - à suspensão de sua atividade; § 1º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

Significa dizer que quem causar danos ao meio ambiente, e em particular à área do Monumento Natural, independentemente de culpa, deverá indenizar ou reparar os danos causados.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Lei Federal 9.985/00 e o seu Decreto regulamentador Nº 4.340/02.

A Lei Federal 9.985/00 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação . SNUC, constituído pelo conjunto de unidades de conservação federais, estaduais e municipais, bem como estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, tendo sido posteriormente regulamentada pelo Decreto Federal 4.340/02.

O art. 2º desta lei, no inc. I apresenta o conceito de Unidade de Conservação:

I - Unidade de Conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevante, legalmente instituído pelo Poder Público, com



objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

O art. 7º desta lei classifica as Unidades de Conservação em 02 grupos:

- Unidades de Proteção Integral (inc. I) e
- Unidades de Uso Sustentável (inc. II).

Os Monumentos Naturais estão classificados entre as Unidades de Conservação de Proteção Integral, pelo art. 8º.

O art. 12, transcrito a seguir, explicita as principais características desta categoria.

- Art. 12. O *Monumento Natural* tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
 - § 1º O Monumento Natural pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.
 - § 2º Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Monumento Natural com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.
 - § 3º A visitação pública está sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento.

Cabe salientar que o art. 29 determina que cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista no § 2º do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

Em seu art. 31, diz: É proibida a introdução nas unidades de conservação de espécies não autóctones.

§ 2º Nas áreas particulares localizadas em Refúgios de Vida Silvestre e Monumentos Naturais podem ser criados animais domésticos e cultivadas plantas considerados compatíveis com as finalidades da unidade, de acordo com o que dispuser o seu Plano de Manejo.

Para os casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA (Art. 36.), o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.

§ 1º O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento.

§ 2º Ao órgão ambiental licenciador compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.



§ 3º Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o *caput* deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo.

Os Monumentos Naturais devem possuir necessariamente uma zona de amortecimento, e quando conveniente, corredores ecológicos (art. 25 da Lei Federal 9.985/00).

As definições de zonas de amortecimento e de corredores ecológicos são dadas no art. 2º, incs. XVIII e XIX da Lei do SNUC:

XVIII - zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade;
e XIX - corredores ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

A obrigatoriedade das Unidades de Conservação dispor de Planos de Manejo está prevista no art. 27. De acordo com o § 1º,

§ 1º O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – Decreto Federal 5.658/06

Este Decreto instituiu o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, vinculado ao Programa Nacional de Áreas Protegidas do MMA. O PNAP inclui objetivos, diretrizes e estratégias para as áreas terrestres e marinhas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, bem como define estratégias para integrar outras áreas protegidas, como terras indígenas e quilombolas, num sistema ecologicamente representativo e efetivamente manejado, até 2015. A elaboração do Plano é um compromisso assumido pelo governo brasileiro para implementação do Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e das deliberações da 1ª Conferência Nacional de Meio Ambiente.

Lei de Crimes Ambientais - Lei Federal 9.605/98 e Decreto Federal 3.179/99, que a Regulamenta

A Lei Federal 9.605/98 condensou toda a matéria penal ambiental, bem como dispôs, em termos genéricos sobre as infrações administrativas, as quais vieram a ser regulamentadas pelo Decreto Federal 3.179/99.

Inovando, como já lhe autorizava o § 3º, do art. 225 da Constituição Federal, a referida lei atribuiu sanções penais e administrativas também à pessoa jurídica infratora.

De acordo com o art. 3º, desta Lei:



As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativas, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

Entre os diversos delitos que podem ser praticados dentro dos Monumentos Naturais, podem ser citados: crimes contra a fauna existente no interior da UC, seja pela caça ilegal ou uso de práticas que poluam o rio ocasionando a morte de espécies da fauna. A flora também pode ser objeto de ação criminosa por parte de infratores, com o corte de árvores em florestas consideradas de preservação permanente.

A responsabilidade pelos danos ambientais causados deverá ser apurada na esfera administrativa, pelo órgão ambiental competente, na esfera criminal, através de uma ação criminal e na esfera civil, através de ação civil pública.

Outrossim, existem previsões específicas sobre a prática infracional em Unidades de Conservação:

Art. 40. Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 2º A ocorrência de dano afetando espécies ameaçadas de extinção no interior das Unidades de Conservação será considerada circunstância agravante para a fixação da pena.

Posteriormente, a Medida Provisória 2.163-41/2001 (com força de lei, nos termos da Emenda Constitucional nº 32), introduziu o art. 79-A na Lei de Crimes Ambientais, possibilitando aos órgãos ambientais responsáveis pela fiscalização, celebrar termos de compromisso com as pessoas físicas ou jurídicas responsáveis por projetos utilizadores de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores.

Art. 79-A. Para o cumprimento do disposto nesta Lei, os órgãos ambientais integrantes do SISNAMA, responsáveis pela execução de programas e projetos e pelo controle e fiscalização dos estabelecimentos e das atividades suscetíveis de degradarem a qualidade ambiental, ficam autorizados a celebrar, com força de título executivo extrajudicial, termo de compromisso com pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pela construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores.

Código Florestal - Lei Federal 4.771/65

O Código Florestal de 1965, atualmente em vigor, foi alterado pelas leis 5106/66, pela Lei 5.868/72, pela Lei 5.870/73, pela Lei 7.803/89 e pela Lei 11.284/06, bem como pela Medida Provisória 2.166-67/00, mantida em vigência pela Emenda Constitucional nº 32.

No que tange às unidades de conservação, as disposições mais importantes contidas no Código Florestal são as que tratam da área de preservação permanente.

O art. 1º, § 2º, inc. II, conceitua Área de Preservação Permanente como:



Área de preservação permanente: área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

De acordo com o art. 2º do Código Florestal, considera-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será:

- de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
- de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;

f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais; h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.

Parágrafo único. No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo.

As áreas de preservação permanente cumprem uma importante função ecológica, qual seja, a de manutenção dos recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de flora e fauna, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (art. 1º, § 1º, II da Lei Federal 4.771/65).

Deste modo, tanto as áreas públicas como as privadas devem se preocupar com a manutenção integral da área de preservação permanente (APP).

Embora a regra determine que a APP deva ser preservada, excepcionalmente ditas áreas podem ser utilizadas, desde que haja interesse social ou de utilidade pública.

Nestes casos, excepciona-se a regra, permitindo sua supressão, desde que se comprove inexistir alternativas técnicas ou locacionais, e sejam apresentadas medidas mitigadoras ou compensatórias.

Estas regras são definidas no art. 4º do Código Florestal, de acordo com a Medida Provisória nº. 2.166-67/00:



"Art. 4º - A supressão de vegetação em área de preservação permanente somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública ou de interesse social, devidamente caracterizado e motivado em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.

§ 1º - A supressão de que trata o caput deste artigo dependerá de autorização do órgão ambiental estadual competente, com anuência prévia, quando couber, do órgão federal ou municipal de meio ambiente, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo.

§ 3º - O órgão ambiental competente poderá autorizar a supressão eventual e de baixo impacto ambiental, assim definido em regulamento, da vegetação em área de preservação permanente.

§ 4º - O órgão ambiental competente indicará previamente à emissão da autorização para a supressão de vegetação em área de preservação permanente, as medidas mitigadoras e compensatórias que deverão ser adotadas pelo empreendedor.

Condições Judiciais de Defesa do Meio Ambiente: Ação Civil Pública, Ação Popular e Mandado de Injunção - Lei Federal 4.717/65, Lei Federal 7.347/85 e art. 5º, LXXI da Constituição Federal

A Lei Federal 4.717/65 traz a ação popular como instrumento hábil para que qualquer cidadão pleiteie a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, Estados e Municípios, das entidades autárquicas (como o IBAMA e órgãos estaduais de meio ambiente), e de outras entidades.

Considera-se que são nulos os atos lesivos ao patrimônio de ditas entidades nos casos de:

- (i) incompetência;
- (ii) vício de forma;
- (iii) ilegalidade de objeto;
- (iv) inexistência de motivos; e
- (v) desvio de finalidade (art. 2º da Lei Federal 4.717/65).

Não obstante, a Lei Federal 7.347/85 disciplina a ação civil pública para a apuração de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

O objetivo da ação civil pública é a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, e pode ser proposta inclusive preventivamente, com o intuito de evitar dano ao meio ambiente ou aos valores históricos.

Poderão propô-las o Ministério Público, a União, os Estados e Municípios, autarquias, empresas públicas, fundações, sociedade de economia mista, ou associações que estejam constituídas a pelo menos 1 ano, nos termos da lei civil, e que incluam, entre suas finalidades, a proteção aos bens e direitos de que trata a lei (art. 5º da Lei Federal 7.347/85).

Faculta-se a qualquer pessoa, e dever do servidor público, provocar a iniciativa do Ministério Público quando tenha conhecimento de fatos que constituam objeto de ação civil, indicando-lhes os elementos de convicção e fornecendo-lhes informações. (art. 6º da Lei Federal 7.347/85).



Patrimônio Genético e Biodiversidade

O art. 225, § 1º, II da Constituição Federal assegura o novo direito humano, introduzido pelo texto constitucional – todos tem direito de terem um meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbindo o Poder Público de preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país e fiscalizar as entidades de pesquisa e manipulação de material genético.

Nesta linha, a Convenção Internacional sobre a Diversidade Biológica, promulgada no Brasil pelo Decreto Federal 2.519/98, trouxe como um de seus objetivos a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias.

Posteriormente, em 2002, o Decreto Federal 4.339/02 instituiu os princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade, a qual traz como preceitos, dentre outros:

- o valor intrínseco da biodiversidade, independentemente de seu valor para o homem ou potencial para uso humano;
- o reconhecimento da soberania de cada país na exploração dos recursos biológicos (item 2, II);
- a essencialidade da manutenção da biodiversidade para a evolução e para a manutenção dos sistemas necessários à vida da biosfera;
- a necessidade de consentimento prévio dos povos indígenas, dos quilombolas e das outras comunidades locais para o acesso ao conhecimento tradicional;
- a preferência de realização no país de pesquisas, da conservação *ex situ* e da agregação de valor sobre componentes da biodiversidade brasileira, admitindo a cooperação internacional (item 2, XVIII).

Outras leis e regulamentos federais também estão relacionados com o acesso à biodiversidade e pesquisa, como por exemplo:

- i) o Decreto Federal 5.705/06, que promulga o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção da Diversidade Biológica (movimentação transfronteiriça de organismos geneticamente modificados);
- ii) o Decreto Federal 3.945/2001, que define a composição do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e dispõe sobre as normas de seu funcionamento;
- iii) a Lei Federal 11.105/05, que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados - OGMs - e seus derivados;
- iv) a Lei Federal 9.456/97 . Lei de Cultivares;
- v) a Lei 9.279/96. Lei de Propriedade Industrial e
- vi) a Lei 9.610/98 - sobre direitos autorais.

Proteção à Mata Atlântica - Lei Federal 11.428/06

A Lei Federal 11.428/06 traça as diretrizes da utilização e proteção da vegetação nativa da Mata Atlântica. De acordo com o art. 1º da referida lei, consideram-se integrantes do bioma Mata Atlântica as seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados:

- (i) Floresta Ombrófila Densa;
- (ii) Floresta Ombrófila Mista ou Mata de Araucárias;
- (iii) Floresta Ombrófila Aberta;



- (iv) Floresta Estacional Semidecidual;
- (v) Floresta Estacional Decidual; e
- (vi) manguezais, vegetações de restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste, conforme as respectivas delimitações estabelecidas em mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE.

Em seu art. 14, cita: A supressão de vegetação primária e secundária no estágio avançado de regeneração somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública, sendo que a vegetação secundária em estágio médio de regeneração poderá ser suprimida nos casos de utilidade pública e interesse social, em todos os casos devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, ressalvado o disposto no inciso I do art. 30 e nos §§ 1º e 2º do art. 31 desta Lei.

No art. 17, o corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração ficam condicionados à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, ou em sua impossibilidade, à reposição florestal com espécies nativas, em área equivalente à desmatada, sempre na mesma bacia hidrográfica, e se possível na mesma micro-bacia hidrográfica.

Também no art. 25, o corte, a supressão e a exploração da vegetação secundária em estágio inicial de regeneração, por sua vez, são autorizados pelo órgão estadual competente.

2.8.2. Legislação Estadual

Os principais instrumentos que regem a Legislação do Estado de Minas Gerais, são:

A Constituição do Estado De Minas Gerais

A Constituição do Estado de Minas Gerais estabelece que compete ao Estado, entre outras coisas: Proteger o meio ambiente; (art. 10, inc. V) Criar sistema integrado de parques estaduais, reservas biológicas, estações ecológicas e equivalentes, adequado à conservação dos ecossistemas do Estado, para proteção ecológica, pesquisa científica e recreação pública, e dotá-los dos serviços públicos indispensáveis às suas finalidades; (art. 10, inc. XII)

Legislar concorrentemente, com a União, sobre: (art. 10, inc. XV)

- florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do ambiente e controle da poluição; (alínea f)
- proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; (alínea g)
- responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (alínea h)
- educação, cultura, ensino e desporto; (alínea i)

Lei nº 9.375, de 12 de dezembro de 1986



			PLANO DE MANEJO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL SALÃO DE PEDRAS	Cód: P. Manejo Pag. 68/288
---	--	--	--	----------------------------------

Declara de interesse comum e de preservação permanente os ecossistemas das Veredas do Vale do Rio São Francisco e dá outras providências. Parcialmente alterada pela Lei nº 9.682, de 12 de outubro de 1988, que enquadra as Veredas como áreas de preservação permanente (APP).

Lei nº 10.561, de 27 de dezembro de 1991

Dispõe sobre a política florestal no estado de Minas Gerais

Lei nº 10.583, de 03 de janeiro de 1992

Dispõe sobre a relação de espécies ameaçadas de extinção de que trata o art. 214 da Constituição do Estado e dá outras providências.

Lei nº 12.040, de 28 de dezembro de 1995

Dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal, e dá outras providências, alterada pela Lei nº 12.428, de 27 de dezembro de 1996, revogada pela Lei nº 13.803, de 27 de dezembro de 2000.

Lei nº 12.585/97

Segundo esta Lei, o COPAM é um órgão normativo, colegiado, consultivo e deliberativo, que tem por finalidade deliberar sobre diretrizes, políticas, normas regulamentares e técnicas, padrões e outras medidas de caráter operacional, para preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais. (arts. 2º e 3º, caput)

Entre suas competências destacam-se:

- estabelecer normas técnicas e padrões de proteção e conservação do meio ambiente, observadas a legislação federal e a estadual, bem como os objetivos definidos nos Planos de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado (inc. II);
- determinar ações para o exercício do poder de polícia administrativa e para os casos de infração à legislação de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente e de gestão dos recursos ambientais (inc. V);
- aplicar penalidades, por intermédio do Plenário ou das Câmaras Especializadas e dos órgãos seccionais, no âmbito de sua competência, observada a legislação vigente; (inc. VI);
- responder a consultas sobre matéria de sua competência, orientar os interessados e o público em geral quanto à aplicação de normas e padrões de proteção ambiental e divulgar relatório sobre qualidade ambiental (inc. VII).

Deliberação Normativa COPAM nº 85, de 30 de outubro de 1997

Aprova a Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção da Flora do Estado de Minas Gerais.

Deliberação Normativa COPAM nº 29, de 9 de setembro de 1998

Estabelece diretrizes para a cooperação técnica e administrativa com os órgãos municipais de meio ambiente, visando ao licenciamento e à fiscalização de atividades de impacto ambiental local.

Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999

Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos



Lei nº 13.803, de 27 de dezembro de 2000

Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios

Lei nº 14.181, de 17 de janeiro de 2002

Dispõe sobre a política de proteção à fauna e à flora aquáticas e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Estado e dá outras providências

Lei nº 14.309/02

Dispõe Sobre a Política Florestal e de Proteção à Biodiversidade no Estado de Minas Gerais, Regulamentada pelo Decreto nº 43.710/04.

Esta lei impõe importantes diretrizes para o presente estudo. Vale destacar que, no art. 5º consta a atribuição, ao Poder Público estadual, de criar mecanismos de fomento a pesquisas direcionadas para a preservação, conservação e recuperação de ecossistemas (inc. II, “a”); implantação, manutenção e manejo das unidades de conservação (inc. II, “b”) e desenvolvimento de programas de turismo ecológico e ecoturismo (inc. IV).

Lei 14.368/02 de 19 de Julho de 2002

Estabelece a Política Estadual de Desenvolvimento do Ecoturismo e Lei Estadual nº 12.398, de 12 de Dezembro de 1996, que Dispõe Sobre o Plano Mineiro de Turismo

Um dos motivos da criação do Monumento Natural da Serra da Ferrugem foi o fato de tratar-se de uma das mais representativas amostras do ecossistema regional. O relatório de caracterização ambiental pra criação da UC, realizado em 1997, traz subsídios técnicos e já mencionava: “a análise regional permitiu o reconhecimento de importantes fitofisionomias naturais nas áreas montanhosas peculiares do complexo do Espinhaço”.

Deliberação Normativa COPAM nº 55, de 13 de junho de 2002

Estabelece normas, diretrizes e critérios para nortear a conservação da biodiversidade de Minas Gerais, com base no documento: “Biodiversidade em Minas Gerais: Um Atlas para sua Conservação”

Decreto nº 43.278/04

Regulamenta a Reorganização do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

2.8.3. Legislação Municipal

No seu art. 23 a Constituição brasileira impõe ao Município, como a todos os entes da federação, o dever de proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, assim como preservar as florestas, a fauna e a flora; e registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.

Desta forma, a Lei Orgânica Municipal promulgada através da **Resolução Nº003/2004** assume especial importância, verdadeira “*constituição*” de cada Município, sendo certo que,



no caso de Conceição do Mato Dentro, esse diploma consagra capítulo específico à proteção do meio ambiente, assegurado, tal qual no *caput* do art. 225 da CR/1988, como bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida (art. 172).

Ressalta-se ainda, que o Município pode, no interesse local, legislar sobre algumas matérias, notadamente a questão do uso do solo, através do Plano Diretor da cidade (**Lei Complementar nº 020/2003**), e também no que tange à proteção do meio ambiente, restringindo a utilização de áreas de singular importância.

Em seu art.18, cita: Na zona rural, serão permitidas atividades destinadas à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal e mineral, agroindustrial e ecoturismo.

Parágrafo único - As atividades extrativa vegetal e mineral, agroindustrial e ecoturismo somente serão permitidas após o licenciamento ambiental pelo setor responsável do Executivo Municipal, de acordo com a legislação vigente e ouvidos o CODEMA e os órgãos competentes, em especial o COPAM e a FEAM.

Ainda em relação ao Município de Conceição do Mato Dentro, podemos citar:

Lei Complementar N.º 13/2002

Dispõe sobre a organização, a estrutura orgânica e os procedimentos da Administração do Município de Conceição do Mato Dentro.

Lei nº 1.867, de 21.08.2006

Dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente, seus objetivos e instrumentos, contendo também regras atinentes à penalização administrativas de condutas infracionais e ao Fundo Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA.

2.9. POTENCIAL DE APOIO A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

O município de Conceição do Mato Dentro está localizado a 164km da capital de Minas Gerais, cujos 17.908 habitantes (12.269 na zona urbana e 5.639 na rural) estão distribuídos em 1.725,56m² de área.

A principal rodovia de acesso ao município é a MG-010. O sistema rodoviário e o de sinalização da região podem ser considerados satisfatórios, no entanto existem trechos nos quais o fluxo é intenso e a via apresenta pavimentação desgastada, indicando necessidade de manutenção, além de ser deficiente a sinalização, como encobrimento pela vegetação ou danificação.

No município existe inúmeras estradas internas não pavimentadas (que dão acesso a vários distritos) em estado regular de conservação, as quais, principalmente em períodos chuvosos, precisam de cuidados. A sinalização nessas vias, especificamente no que se refere ao Monumento Natural e como indicativa de acesso, é insuficiente, e não padronizada. Há ainda, um terminal rodoviário e um aeroporto.

Estrutura Regional

Há disponibilidade de atendimento médico, odontológico e hospitalar (um hospital municipal), porém com poucas especialidades. Os casos mais graves são encaminhados para a capital do Estado.



A coleta de lixo se realiza diariamente na sede, em dias alternados, de acordo com a densidade demográfica dos bairros. Os serviços de varrição são executados todos os dias na área central da sede, contando, para tanto, com um efetivo de 25 pessoas.

Nos distritos, por sua vez, não há coleta regular de lixo, ficando a deposição a cargo de cada morador. Em alguns distritos como Costa Sena e Tabuleiro, por exemplo, grande parte da população queima seu lixo, enquanto uma minoria joga em terrenos vagos.

Muitas vezes despercebida, a circulação de animais domésticos em locais públicos e particulares, em especial os que têm comércio e manipulação de alimentos (mercados, mercearias, lanchonetes, bares, restaurantes) é outro veículo de contaminação.

No Parque não há recipientes para coleta seletiva de lixo e o lixo é encontrado muitas vezes espalhados pelas trilhas e estradas. A coleta seletiva não é praticada em Conceição do Mato Dentro, alguns moradores coletam papel, que vendem fora do município. O atual aterro sanitário funciona precariamente. Segundo informações da Secretaria de Meio Ambiente, a Prefeitura pretende reformar a Usina de Triagem para então colocar em funcionamento.

Equipamentos Turísticos

No município existem alguns equipamentos e serviços, em geral com qualificação satisfatória para atendimento à demanda atual, mas com necessidade de atualização para um fluxo de visitação mais constante e consistente.

Hospedagem

Há diversos hotéis e pousadas que contam com apartamentos confortáveis com banheiro privativo, estacionamento, salas de jogos e reuniões, bar, café e piscina.

Alimentação

A oferta é boa, com restaurantes, lanchonetes, pizzarias, confeitarias.

Locais para Eventos e Outros Serviços

Há espaços adequados à realização de eventos como um Centro Cultural, ginásio de esportes, salas e salões, o que possibilita a programação de atividades diversificadas.

Informações turísticas são disponibilizadas pela prefeitura, porém não há registro de serviços de guias.

Os serviços pouco apresentam atualização operacional e/ou gerencial. O treinamento dos funcionários é elementar e, em alguns casos, há carência de qualificação administrativa e/ou operacional.

Potencial de Apoio Institucional à Unidade de Conservação

São várias as instituições públicas que podem vir a contribuir com o desenvolvimento da região, destacando-se o Complexo Educacional Ginásio São Francisco. O local vai sediar a unidade do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), que passará a oferecer cursos profissionalizantes e de qualificação para a comunidade local. O Complexo também abrigará uma unidade da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e terá salas destinadas para a Prefeitura do município de Conceição do Mato Dentro e para a Mitra Diocesana de Guanhães.

A nova unidade da UEMG em Conceição do Mato Dentro será implantada por meio de parceria entre o Governo do Estado, a UEMG, a Fundação Centro Internacional de



Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Água (Hidroex), a prefeitura e a empresa Anglo Ferrous Brazil. Já a partir de 2012 serão oferecidos cursos superiores tecnológicos voltados à vocação do município e da região.

Este Campus grande potencial de desenvolvimento de pesquisas que permitem o conhecimento da UC e da região como um todo.

Nos Quadros 08 e 09 são apresentadas algumas instituições que podem apoiar através de medidas e ações.

Quadro 09 - Instituições Locais com Potencial de Cooperação na Zona de Amortecimento e na Unidade de Conservação

PARCERIAS NA COMUNIDADE	POTENCIAL DE COOPERAÇÃO
*Rádios e Jornais	Divulgação / Educação ambiental
Prefeitura	Ponto de apoio ao turista Prefeitura Aplicação do ICMS Ecológico em benefício da UC e de outras questões ambientais Divulgação Educação ambiental para Comunidade Rural Apoio institucional Coleta de lixo no meio rural Destinação do esgoto sanitário do meio rural Incentivar a diversificação de atividades Fomentar palestras sobre a relação meio ambiente X comunidade
Câmara de Vereadores	Aprovar leis que contribuam para a integridade dos recursos naturais
Cooperativas	Conscientização dos trabalhadores rurais (campanhas educativas) Incentivar o uso de produtos ecologicamente corretos Auxiliar na questão do uso de defensivos agrícolas Oportunizar palestras sobre a relação meio ambiente X comunidade
Polícia do Meio Ambiente	Fazer cumprir a lei Trabalhos educativos
*Escolas	Educação ambiental Facilitação das visitas dos alunos ao Parque Coleta seletiva do lixo Avaliar o retorno das atividades de educação ambiental na prática escolar
ONGs (Asprenarsa, Instituto Espinhaço, Sociedade dos Amigos do Tabuleiro, etc.)	Desenvolvimento de Projetos alternativos para os pequenos produtores rurais da região Projetos para captação de recursos
Emater e IEF	Educação ambiental Preservação Capacitação Orientação
*UNICOM – Associação Unidos por Conceição-do-Mato-Dentro	Apoio, educação ambiental, mobilização e projetos.
ACICOMD Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Conceição do Mato Dentro	Conscientização dos trabalhadores rurais (campanhas educativas) Incentivar o uso de produtos ecologicamente corretos Auxiliar na questão do uso de defensivos agrícolas Oportunizar palestras sobre a relação meio ambiente X comunidade
*Paróquia	Conscientização (campanhas educativas)



	Mobilização da Comunidade Realização de caminhadas (Procissões) e eventos ligados a catequese
*Brigadistas	Prevenção e Combate aos incêndios florestais
*Fundação Casa da Cultura	
*Associação Mato Dentro	
*Parcerias indicadas na Oficina de Planejamento Participativo	

Quadro 10 - Outras Instituições com Potencial de Cooperação na Zona de Amortecimento e na Unidade de Conservação

PARCERIAS INTERINSTITUCIONAIS			POTENCIAL DE COOPERAÇÃO
SEBRAE			Orientação a empreendimentos e infra-estrutura.
DER			Manutenção de estrada/sinalização
Instituições pesquisas	financiadoras	de	Financiamentos de projetos de pesquisa
Emater			Projetos de alternativas de geração de renda Assistência técnica aos produtores rurais
COPASA			Monitorar a qualidade da água Saneamento Cursos de educação ambiental
Universidades regionais e demais entidades			Apoio a projetos pró-melhoria da qualidade de vida
Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável			Certificação de atividades turísticas
IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística			Fornecer dados, bases e indicadores socioeconômicos
MMA - Ministério do meio Ambiente			Políticas Públicas para conservação e proteção da UC
Prefeitura Municipal			Implantação do Plano de Manejo
IEF			Apoio e Incentivo ao Manejo da UC
Banco do Brasil Caixa Econômica			Financiamento para o desenvolvimento rural
*SEMAD			Cooperação técnica e apoio para a gestão da UC
*AngloAmerican			Apoio e financiamento para a implantação dos programas de Gestão da Unidade
*VALE			Apoio e financiamento para a implantação dos programas de Gestão da Unidade
UEMG			Cooperação técnica para realização de estágios e pesquisas
SENAI			Cooperação técnica para realização de estágios e cursos.
*Conselhos Municipais			Fiscalização e acompanhamento da gestão da Unidade
*Nova Era Silicon			Apoio e financiamento para a implantação dos programas de Gestão da Unidade
Grupo de escoteiro			Apoio a projetos pró-melhoria da qualidade de vida. Fiscalização e acompanhamento da gestão da Unidade
*Parcerias indicadas na Oficina de Planejamento Participativo			



ENCARTE III. ANÁLISE DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Este encarte corresponde a um diagnóstico sobre o Parque Natural Municipal Salão de Pedras (PNMSP), analisando seus aspectos biológicos, físicos, sócio-econômicos e institucionais. Também indica qual a infra-estrutura disponível à gestão da unidade de conservação, e quais são as atividades pertinentes o Parque Natural Municipal Salão de Pedras (PNMSP), tanto as apropriadas quanto as conflitantes. Com base neste diagnóstico a UC é situada com relação à sua raridade, fragilidade, representatividade e importância ambiental, cultural, antropológica, dentre outros, tornando-a exclusiva por meio de sua declaração de significância.

Esta declaração também ressalta a sua importância dentro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), justificando a necessidade de manutenção da categoria de manejo e enfatizando sua importância para a manutenção da biodiversidade em níveis regional, nacional e internacional.

O processo de elaboração do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Salão de Pedras caracteriza-se por ser o momento inicial, onde se conta com os menores indicadores de conhecimento sistematizados, articulação institucional, mobilização e participação social, além de pouquíssimas ações demonstrativas oriundas da gestão da unidade. Desta forma, buscou-se, dentro do possível, informar e integrar os atores locais no processo de investigação e implementação do território do Parque, contando com uma equipe técnica que conduziu e produziu os primeiros dados sistematizados sobre a unidade.

Este trabalho buscou estimular, sobretudo a participação social por meio da constituição de seu Conselho Gestor, possibilitando assim a evolução do conhecimento através da interação dos saberes popular e científico.

3.1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

3.1.1 Acesso a Unidade de Conservação

O Parque Natural Municipal Salão das Pedras possui uma área total 857,621 ha e esta inserido numa das regiões mais belas do Estado de Minas Gerais, a Serra do Espinhaço - divisor geográfico das terras do mato-a-dentro e do sertão das gerais. Em termos de vegetação a serra é um divisor dos Biomas Mata Atlântica e Cerrado, sendo considerado um ecótono de rara beleza cênica, que abriga varias espécies endêmicas, restritas e/ou ameaçadas de extinção.

Sua Área de Influência Direta é representada pelo município de Conceição do Mato Dentro e está inserido na sub-bacia hidrográfica do Rio Santo Antônio, e bacia hidrográfica do Rio Doce.

O acesso à sede municipal de Conceição do Mato Dentro, partindo de Belo Horizonte, é realizado através da MG-010, percorrendo-se aproximadamente 60km de estrada pavimentada passando pelos municípios de Vespasiano, Lagoa Santa, Jaboticatubas e Santana do Riacho, até a sede do Município de Conceição do Mato Dentro.



Para se chegar à área do Parque, partindo do centro da cidade, segue no sentido ao bairro Vila Caetano subindo a rua principal até a parte mais alta do bairro. A partir daí percorre-se uma distância aproximada de 02 km em estrada não pavimentada até a parte central do da área de inserção do Parque Natural Municipal Salão de Pedras

3.2. CARACTERIZAÇÃO DOS FATORES ABIÓTICOS E BIÓTICOS

3.2.1. Caracterização dos Fatores Abióticos

3.2.1.1. Geologia Regional

A região de Conceição do Mato Dentro, devido a sua importância econômica e grande interesse científico, tem sido objeto de sucessivos estudos por diversos pesquisadores desde o século passado. As primeiras pesquisas de cunho econômico e abrangência regional se devem a Von Eschwege (1833; in: Dossin et al., 1984), sendo o primeiro a utilizar o termo Espinhaço para esta Serra e propor sua divisão estratigráfica em quatro unidades.

Os primeiros trabalhos com objetivo estratigráfico foram realizados por Pflug (1965, 1968) e Pflug & Carvalho (1964), determinando a subdivisão lito-estratigráfica da Serra do Espinhaço assim como a estratigrafia das seqüências adjacentes. A partir da década de 60, com os trabalhos de Pflug, o conhecimento acerca do Espinhaço apresentou os principais avanços. Isto se deve a mapeamentos em várias escalas em grande parte da região e a divisão e interpretação das unidades da Serra que até hoje são aceitas com algumas modificações. A seguir, na década de 70, diversos pesquisadores alemães sob a orientação de Pflug desenvolveram importantes estudos acerca da geologia do Espinhaço, dentre eles: Renger (1970), Frank (1971), Eberle (1972), Schöll (1972), Hoppe (1978; in: Schöll & Fogaça, op cit.).

A partir destes, outros importantes trabalhos apresentam discussões sob os ambientes deposicionais da Serra do Espinhaço, enfocando principalmente as seqüências siliciclásticas (Schöll, 1980; Fogaça & Abreu, 1982; Abreu & Munhoz, 1983; Campinho & Chaves, 1985; Garcia & Ulhein, 1987; Dossin, 1987; Rudnitzki, 1987; entre outros, in: Chaves, 1997) ou regional (Capistrano & Nogueira Neto, 1980; Abreu, 1981; Alvarenga, 1982; Chaves et al, 1985; Chaves, 1987 e 1988; entre outros, in: Chaves & Ulhein, 1991). Deste modo, o nível de conhecimento geológico da Serra do Espinhaço é extremamente alto, existindo mapeamento sistemático feito pelo Instituto Eschwege nas escalas 1:25.000 nos arredores de Diamantina, outros trabalhos nas escalas 1:100.000 em parte da Serra e 1:250.000 em toda a sua extensão. Contudo, ainda existem áreas a serem mapeadas, principalmente, a norte de Diamantina.



3.2.1.1.1. Estratigrafia

O arcabouço geológico da região próxima a cidade de Conceição do Mato Dentro, na Serra do Espinhaço é constituído por quatro unidades lito-estratigráficas distintas conforme proposto primeiramente por Pflug (1968). Esta divisão adotada é representada por: Complexo Basal (Arqueano), Supergrupo Rio Paraúna (Arqueano), Supergrupo Espinhaço (Mesoproterozóico) e Supergrupo São Francisco (Neoproterozóico). (Figura 08).

O **Complexo Basal** aflora na porção central e a leste da Serra do Espinhaço sendo representado por rochas granito-gnáissicas, sendo a unidade regional mais antiga, equivalendo à Série Pré-Minas. Segundo Brito Neves et al. (1979), estas rochas corresponderiam ao arqueano com fase de granitização no Proterozóico Inferior.

O **Supergrupo Rio Paraúna** encontra-se representado por seqüências de xistos e quartzitos de idade Arqueana, ocorrendo em duas regiões da porção centro-sul da Serra do Espinhaço Meridional. Foi definido por Fogaça et al. (1984), da base para o topo, nos Grupos Pedro Pereira, composto por uma associação vulcano-sedimentar constituída de xistos, formações ferríferas e quartzitos, e Costa Sena, constituído por xistos e quartzitos.

O **Supergrupo Espinhaço** é a principal unidade da região, ocorrendo sobreposto ao Supergrupo Rio Paraúna, sendo constituído por espessa seqüência metassedimentar Mesoproterozóica que forma a porção sul da Serra do Espinhaço. A definição de espessura dos pacotes é muito divergente devido à complexidade estrutural da região, sendo que Pflug (1965) estima uma espessura de aproximadamente 5.000 metros, enquanto que Schöll & Fogaça (1979) avaliam em torno de 2.700 metros. Apresenta, na maior parte, contato tectônico com o Supergrupo Rio Paraúna e discordante com as rochas do Embasamento granito-gnáissico (Fogaça et al., 1984), sendo recoberto pelo Grupo Macaúbas no topo através de discordância angular e erosiva (Pflug & Renger, 1973).

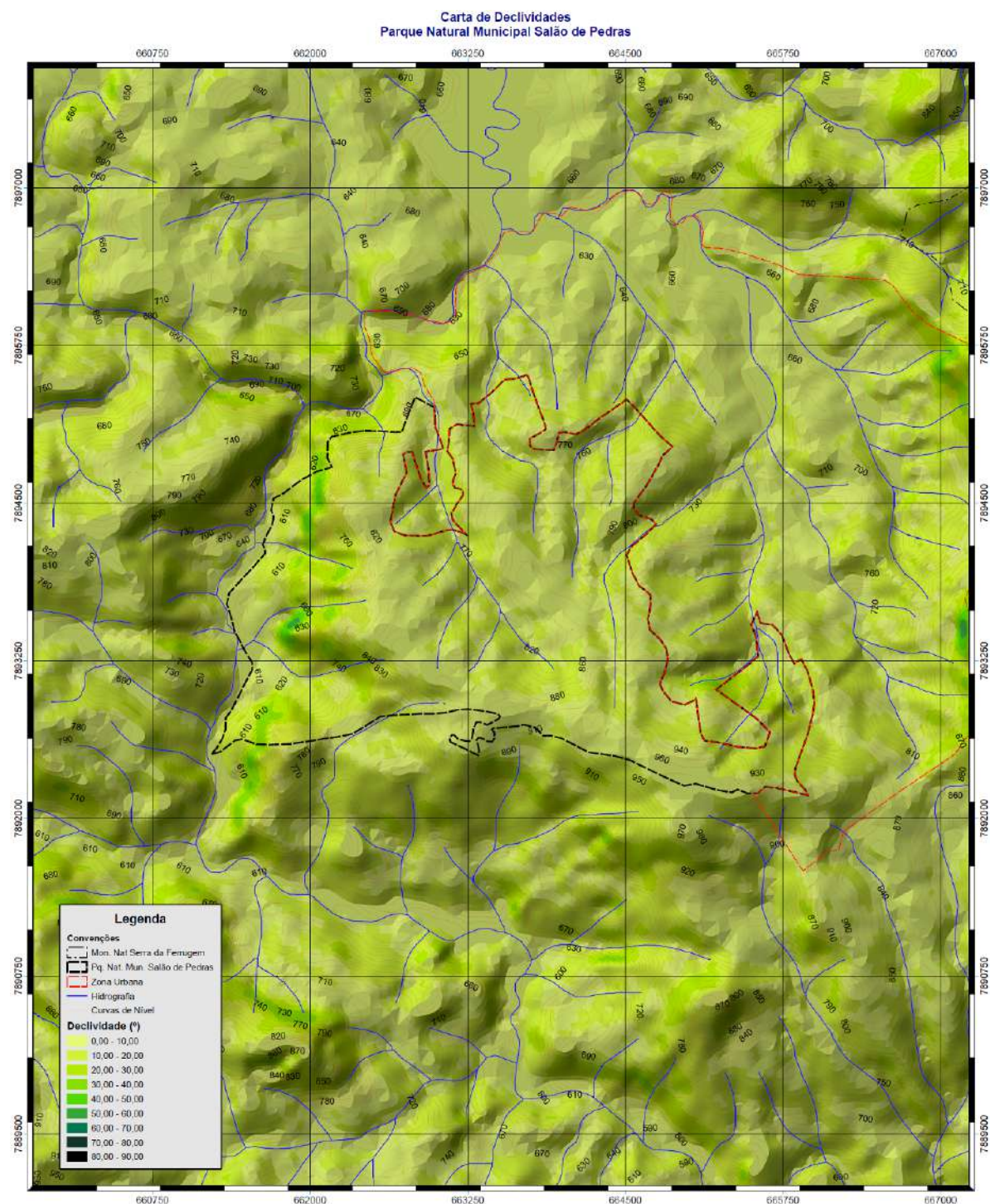
As formações que compõem o Supergrupo são representadas da base para o topo pelos Grupos Guinda e Conselheiro Mata. O **Grupo Guinda**, formação predominante na área do PNMSalão de Pedras, é composto pelas formações *Bandeirinha* (englobando quartzitos micáceos e secundariamente conglomerados polimíticos), *São João da Chapada* (contendo quartzitos com intercalações de metaconglomerados e filitos hematíticos), *Sopa-Brumadinho* (formado por filitos, filitos hematíticos e quartzosos, quartzitos micáceos, conglomerados poli e monomíticos diamantíferos, metassiltitos e metabrechas diamantíferas) e formação *Galho do Miguel* (constituída por quartzitos com alta maturidade e granulometria fina a média). O **Grupo Conselheiro Mata** é subdividido nas formações *Santa Rita* (constituída em sua maioria por filitos, quartzitos sericíticos e metassiltitos), *Córrego dos Borges* (constituída principalmente de quartzitos puros e micáceos), *Córrego da Bandeira* (representada por um pacote de filitos e metassiltitos intercalados com quartzitos fino a médio geralmente micáceos e puros), *Córrego Pereira* (composta principalmente de quartzitos finos a médios), *Rio Pardo Grande* (composta de ardósia, metassiltitos e metargilitos).

O **Supergrupo São Francisco** é composto por uma série metassedimentar do Proterozóico Superior sobreposta ao Supergrupo Espinhaço, sendo dividido, segundo Almeida (1977), da base para o topo nos **Grupo Macaúbas** (relacionada a geossinclinal) e **BambuÍ** (cobertura cratônica).

Por fim, as coberturas recentes estão representadas por depósitos elúvio-coluvionares (coberturas detríticas) e aluvionares. Apesar de sua exploração há quase dois séculos,



estes depósitos ainda são de grande importância na região devido a ocorrência de ouro e principalmente diamante.



SUPERGRUPO	SÃO FRANCISCO	GRUPO	MACAUBAS	GRUPO	BAMBUÍ			
SUPERGRUPO	ESPINHAÇO	MATA	CONSELHEIRO	GRUPO	FM RIO PARDO GRANDE	2200	Ardósia	
					FM Córrego Pereira	1950	Mármore e/ou Calcários	
					FM Córrego da Bandeira	1700	Xistos verdes	
					FM Córrego dos Borges	1550	Filitos, Metassiltitos e Quartzitos	
		GUINDA	GRUPO	GRUPO	FM Santa Rita	1300	Metagrauvacas (tilitos)	
					FM Galho do Miguel	520	Ardósias, metassiltitos, meta-argilitos e dolomitos, laminações lenticulares e estruturas "flaser"	
					FM Sopa Brumadinho	270	Quartzitos, lentes de metaconglomerado, estratificação cruzada de baixo ângulo, laminações convolutas, diques de arenito	
					FM São João da Chapada	130	Quartzitos, filitos, metassiltitos com laminação plano-paralela	
					FM Bandeirinha	0	Quartzitos com laminação planoparalela e estratificação cruzada de baixo ângulo, intercalações de metassiltitos e filitos	
							Filitos, quartzitos sericiticos, metassiltitos	
		RIO PARAÍBA	GRUPO	GRUPO	GRUPO COSTA SENA		Quartzitos com mega estratificações cruzadas	
					GRUPO PEDRO PEREIRA		nível F - filitos metassiltitos e metabrechas nível E - quartzitos, filitos hematíticos, conglomerados diamantíferos	
		COMPLEXO BASAL					nível D - filitos e quartzitos micáceos	
							Quartzitos às vezes com estratificação cruzada, metaconglomerado, filito hematítico	
							Quartzitos micáceos com estratificação cruzada, conglomerados polimíticos	
							Xistos	
							Xistos, formações ferríferas, quartzitos	
							Granito, migmatitos, anfibolitos	

Figura 08 - Coluna Estratigráfica da Serra do Espinhaço Meridional na região de Conceição do Mato Dentro (Modificada de Chaves, 1997).

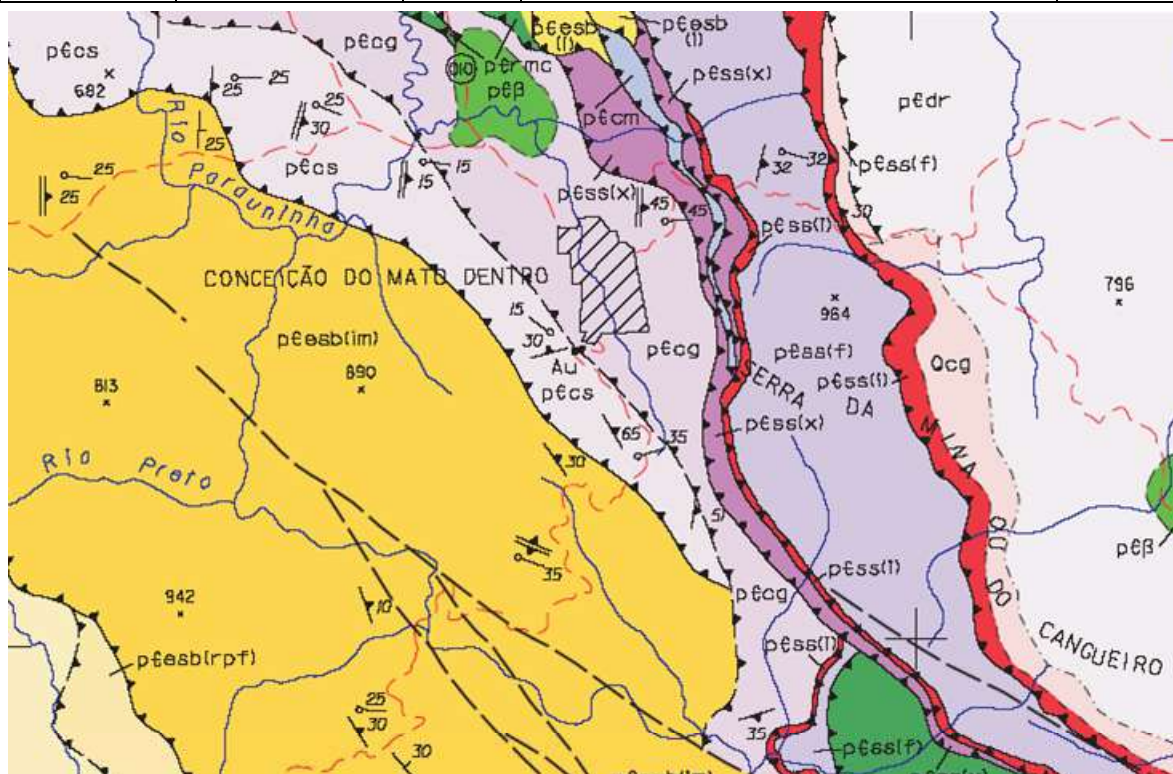


Figura 09 - Mapa geológico Folha Conceição do Mato Dentro (SE-23-Z-D-I). Fonte: COMIG, 1996

Legenda:

Grupo Guinda

ptesb
 sl rp lm
 fh o o o

Formação Sopa Brumadinho - Unidade Serra do Lobo (sl): quartzitos de granulação média a grossa, localmente com estratificações cruzadas tabulares. Intercalações de metaconglomerados polimíticos e monomíticos são frequentes; Unidade Rio Preto (rp): quartzitos finos e sericitizados com níveis carbonáticos geralmente com apatita associada. Representam-se os principais níveis fosfatados (rpf); Unidade Itambé do Mato Dentro (Im): quartzitos de granulação fina com lâminas ricas em hematita. Ocorrem intercalações de filito hematítico (fh) e de metaconglomerados polimíticos (o o); Formação Sopa Brumadinho indivisa (i): quartzitos de granulação variável, ferruginosos. Apresenta intercalações de metaconglomerados polimíticos, filitos hematíticos, quartzo-filitos e formações ferríferas

Grupo Costa Sena

pfcS

Moscovita-xistos e moscovita-quartzo xistos

3.2.1.1.2. Compartimentos Geomorfológicos

A Serra do Espinhaço constitui um Sistema Orogênico com direção aproximada norte-sul que divide as bacias hidrográficas do São Francisco (oeste), Jequitinhonha (leste) e rio Doce (sul). nos domínios do Estado de Minas Gerais a Serra do Espinhaço forma um conjunto de Segundo Saadi (1995), terras altas, com forma de bumerangue e convexidade para oeste, sendo que sua designação seria melhor definida pelo termo “planalto”. Em escala regional a Serra do Espinhaço pode ser diferenciada através de seis compartimentos geomorfológicos (figura 10). A Serra do Espinhaço Meridional é a mais significativa feição morfológica da região, com direção N-S e altitudes superiores aos 1.400 m. Para leste aparecem terrenos dissecados, com altitudes em torno de 700 m, localmente com serras de direção aproximada E-W e altitudes próximas a 1.000. Suas nascentes são situadas em elevadas altitudes, apresentando vales extremamente encaixados. O relevo, em geral, apresenta superfícies muito irregulares representadas por cristas, escarpas e vales, condicionados por um sistema de fraturamento NW-SE. Em todos os compartimentos geomorfológicos podem ser observadas áreas com acelerada erosão. Esta em parte é favorecida pelas condições naturais, porém a grande velocidade do processo é amplamente favorecida pela ação antrópica.

Os compartimentos foram descritos de forma resumida por Pflug (1965), Uhlein (1991) e Almeida Abreu (1993). O **compartimento I** é relacionado a rochas quartzíticas do Supergrupo Espinhaço. Nesta região as cotas altimétricas variam em torno de 1.000 a 1.500 metros formando um relevo muito acidentado, frequentemente em forma de espigões. Ocorrem também áreas de campos ondulados e cristas quartzíticas alinhadas. Este compartimento foi subdividido em IA (correspondente a Serra do Cabral), IB (correspondente a Serra do Espinhaço Meridional) e IC (correspondente a Serra do Espinhaço Central). Já o **compartimento II** ocorre a sudoeste e a noroeste da Serra do Espinhaço, junto ao rio São Francisco, sendo relacionado a rochas do Grupo Bambuí e coberturas detríticas do Cretáceo. Estas regiões são caracterizadas por um alternância entre um relevo suave (colinas com vertentes suaves) e chapadas tabulares formadas por arenitos cretáceos. As cotas variam em torno de 500 a 600 metros, podendo atingir 800 a 1.000 metros nas proximidades da Serra do Espinhaço. O **compartimento III** é relacionado a borda leste da Serra do Espinhaço onde o relevo é dominado por *hog backs* apresentando alinhamento geral N-S. As cristas são sustentadas por quartzitos ou carapaças lateríticas que podem atingir grandes altitudes, mostrando *front* para oeste e *dip slope* para leste, intercaladas tectonicamente com rochas ígneas. O **compartimento IV** é representado pelo relevo irregular de meia laranja, caracterizado por mar de morros com vertentes de inclinação variável e talvegues apertados.

Ocorrem nos anticlinórios de Gouveia (IV A) e Itacambira (IV C) e na porção leste da Serra do Espinhaço (IV B), onde afloram rochas graníticas e gnáissicas o embasamento. As cotas variam entre 500 a 800 metros, podendo alcançar 1.000 metros. O **compartimento V** ocorre na região nordeste da Serra do Espinhaço abrangendo as bacias hidrográficas dos rios Araçuaí e principalmente do Jequitinhonha. É associado a presença de chapadas (antigas superfícies de aplainamento) que podem apresentar cotas em torno de 900 metros onde o relevo não é dissecado. Por fim, o **compartimento VI** é caracterizado pela presença de pontões, pães de açúcar e chapadas sobre terreno granítico localizados no extremo nordeste da Serra do Espinhaço. As cotas variam em torno de 550 metros, diminuindo bastante em áreas próximas ao rio Jequitinhonha.



A região analisada está inserida no domínio do compartimento III que engloba a borda leste da Serra do Espinhaço Meridional, região do Vale do Jequitinhonha que se desenvolve desde o Jurássico/Triássico. Nesta região comumente ocorrem cavernas e abrigos relacionadas a rochas da formação ferrífera, com projeção horizontal acima de 5 metros. Nestas, podem ocorrer vestígios de ocupação humana pré-histórica.

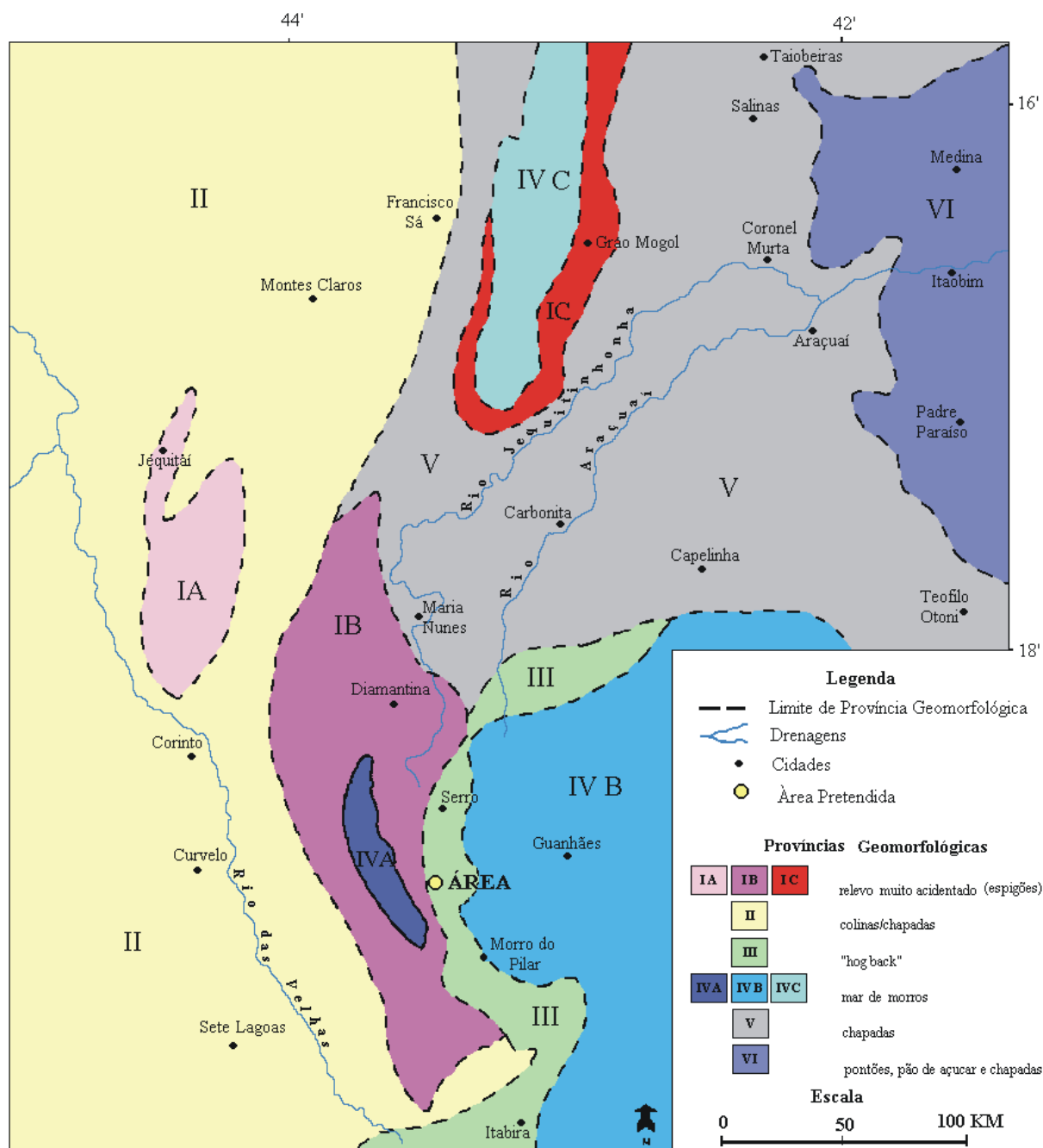


Figura 10 - Distribuição dos compartimentos geomorfológicos na região da Serra do Espinhaço Meridional (extraído de Uhlein, 1991).

3.2.1.2. Solos

O Parque Natural Municipal Salão de Pedras segundo a Classificação Brasileira de Solos da EMBRAPA (1999) ,é marcado pela ocorrência de Neossolo Litólico Distrófico típico (RLd), Neossolo Quartzarênico Órtico típico (RQo), Cambissolo Háplico Tb Distrófico típico (CXbd) e Latossolo Vermelho Distrófico típico (LVd).

As características destes solos são:

✓ Neossolo Litólico Distrófico típico (RLd)

O Neossolo Litólico Distrófico típico (RLd), A fraco ou moderado, textura média cascalhenta ou arenosa cascalhenta. Já o A fraco e moderado é fortemente ácido, apresenta baixos a médios teores de matéria orgânica, baixos teores de nutrientes (Ca²⁺, Mg²⁺, K⁺ e P).

Unidade

Unidade formada por Neossolo Litólico Distrófico típico, A fraco ou moderado, textura média cascalhenta ou arenosa cascalhenta, associado Cambissolo Háplico Tb Distrófico típico, A moderado, textura, média. O ecotipo vegetal predominante é o campo cerrado e o relevo é ondulado a montanhoso e as altitudes variam de 750 a 110 metros. Unidade dominante a nordeste e ao norte do parque, ocupa 1600 ha, o que corresponde a 13,74% da área total.

✓ Neossolo Quartzarênico Órtico Típico (RQo)

O Neossolo Quartzarênico Órtico típico, A fraco e moderado (RQo) ocorre associado a Cambissolo Háplico Tb Distrófico típico, A moderado, textura média. Origina-se de sedimentos provenientes metarenitos do Supergrupo Espinhaço, do Pré Cambriano. O ecotipo vegetal nativo desse pedoambiente é o cerrado e o campo.

Já o A fraco e moderado é profundo e muito profundo (mais de 150 cm de espessura) e possui seqüência de horizontes A-C-R, com horizonte superficial brunado, assentado diretamente sobre o horizonte C, que possui cores amareladas (matiz 10YR). É extremamente drenado, pois apresenta textura arenosa e estrutura em grãos simples, o que lhe confere elevada macroporosidade. É fortemente ácido, apresenta baixos teores de matéria orgânica, baixos teores de nutrientes (Ca²⁺, Mg²⁺, K⁺ e P).

Unidade

O Neossolo Quartzarênico Órtico típico A fraco e moderado, associado a Cambissolo Háplico Tb Distrófico Típico, A moderado, textura média são os solos componentes dessa unidade, encontrada em áreas de relevo plano a ondulado, onde a vegetação nativa é o campo cerrado e o cerrado.

✓ Cambissolo Háplico Tb Distrófico Típico (CXbd)

O Cambissolo Háplico Tb Distrófico típico (CXbd), A moderado, textura média é encontrado associado a Neossolo Litólico Distrófico típico, A fraco ou moderado, textura média cascalhenta ou arenosa.

O Cambissolo Háplico Tb Distrófico típico A moderado, possui textura média e é profundo e muito profundo (mais de 150 cm de espessura). Apresenta seqüência de horizontes A-Bi-C e cores amareladas e vermelho amareladas (matizes 10YR, 7,5YR e 5YR). É



acentuadamente drenado, pois apresenta textura média e estrutura em granular e em blocos subangulares.

É fortemente ácido, apresenta baixos a medianos teores de matéria orgânica, baixos teores de nutrientes (Ca^{2+} , Mg^{2+} , K^{+} e P). Esses atributos químicos conferem a estes solos baixa fertilidade natural. Sua estrutura é moderada, média, blocos subangulares e forte, pequena granular.

Unidade

Unidade formada pelo Cambissolo Háplico Tb Distrófico típico, A moderado, textura média, associado a Neossolo Litólico Distrófico típico, A moderado, textura média. O solo dominante da unidade possui textura média, estrutura fraca granular e em blocos e boa permeabilidade, mas risco de erosão é moderado a elevado.

✓ Latossolo Vermelho Distrófico Típico (LVd)

O Latossolo Vermelho Distrófico típico (LVd), A moderado e proeminente, textura argilosa ocorre associado ao Cambissolo Háplico Tb Distrófico típico A moderado.

Já o Latossolo Vermelho Distrófico típico A moderado e proeminente, possui textura argilosa e é muito profundo (mais de 200 cm de espessura). Apresenta seqüência de horizontes A-Bw-C e cores vermelhas (matiz 2,5YR).

É acentuadamente drenado, pois apesar de possuir textura argilosa, sua estrutura forte muito pequena e pequena granular lhe confere elevadas macroporosidade e porosidade total. É fortemente ácido, apresenta medianos teores de matéria orgânica no horizonte A, muito baixa soma de bases (Ca^{2+} , Mg^{2+} e K)

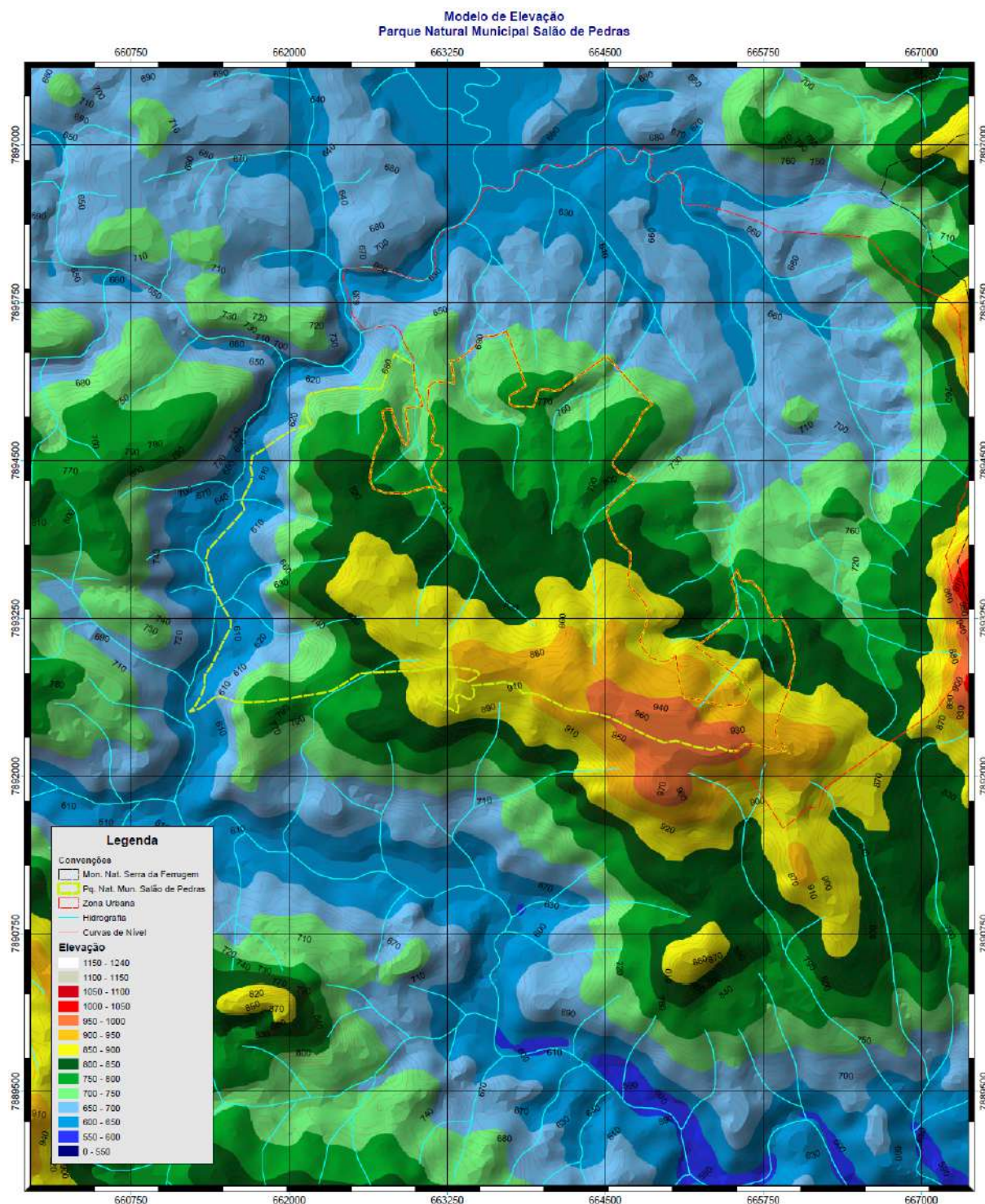
Unidade

Compõe essa unidade o Latossolo Vermelho Distrófico típico, A moderado, textura argilosa, associado a Cambissolo Háplico Tb Distrófico típico, A moderado, textura média. Apesar do solo dominante da unidade possuir textura argilosa, estrutura granular e boa permeabilidade, o risco de erosão é moderado, em função da topografia ondulada.

Quadro 11 Legenda das unidades de mapeamento

SÍMBOLO	COR	SOLOS COMPONENTES
RLd	Roxo	Neossolo Litólico Distrófico típico, A fraco ou moderado, textura média cascalhenta ou arenosa cascalhenta + Cambissolo Háplico Tb Distrófico típico, A moderado, textura média fase campo cerrado, relevo ondulado a montanhoso + Afloramentos de rocha
RQo	Verde	Neossolo Quartzarênico Órtico típico, A fraco e moderado + Cambissolo Háplico Tb Distrófico típico, A moderado, textura média, fase campo cerrado e cerrado, relevo plano a ondulado
CXbd	Marrom	Cambissolo Háplico Tb Distrófico típico, A moderado, textura média + Neossolo Litólico Distrófico típico, A fraco ou moderado, textura média cascalhenta ou arenosa cascalhenta, fase cerrado, relevo suave ondulado e ondulado
LVd	Vermelho	Latossolo Vermelho Distrófico típico, A moderado e proeminente, textura argilosa + Cambissolo Háplico Tb Distrófico típico, A moderado, textura média, fase floresta tropical subperenifólia, relevo ondulado a forte ondulado





3.2.1.3. Recursos Hídricos

A bacia hidrográfica do rio Doce está situada na região Sudeste, entre os paralelos 18°45' e 21°15' de latitude sul e os meridianos 39°55' e 43°45' de longitude oeste, ocupando uma área de aproximadamente 83.400 km², dos quais 86% pertencem ao Estado de Minas Gerais onde possui uma área de drenagem de 71.468 km² e o restante ao Estado do Espírito Santo possuindo uma área de drenagem de aproximadamente 11.291 km² sendo

portanto, uma bacia de domínio federal. Abrange, total ou parcialmente, áreas de 228 municípios, sendo 202 em Minas Gerais e 26 no Espírito Santo. Com uma extensão de 853 km, o rio Doce tem como formadores os rios Piranga e Carmo, cujas nascentes estão situadas nas encostas das serras da Mantiqueira e Espinhaço. Seus principais afluentes em Minas Gerais são, pela margem esquerda, os rios Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí Grande e, pela margem direita, os rios Casca, Matipó, Caratinga-Cuieté e Manhuaçu, (ANA 2001). Suas nascentes situam-se nos limites oeste e sudoeste nas serras do Espinhaço e da Mantiqueira, em Minas Gerais, em altitudes superiores de 1.100 metros.

A hidrografia do Parque Natural Municipal Salão de Pedras abrange a bacia do Rio Doce com destaque para o rio Santo Antonio e o rio do Peixe, que é um dos principais afluentes da margem esquerda desse rio. Ambos os cursos d'água drenam para leste. E está inserido na vertente do rio Doce, sendo que a maior parte do escoamento das águas superficiais compõe as cabeceiras de córregos que são contribuintes do rio Santo Antônio. As nascentes encontradas contribuem para a formação dos córregos do Baú, Boa Vista, Pereira, Cuiabá e Ginásio situados na região.

3.2.1.4. Clima

Situada na região intertropical do globo, a região de Conceição do Mato Dentro tem a circulação atmosférica e suas características climáticas explicadas a partir da interação do modelo de larga-escala, termicamente forçada, representado pelo sistema Hadley-Walker, os sistemas de escala sinótica (Frentes Polares- FP) e as características geográficas geradoras de sistemas de ordem regional e local.

Por outro lado, verificam-se movimentos de subsidência atmosférica nas latitudes subtropicais o que inibe a formação de nuvens e a precipitação. O sistema Hadley-Walker é determinante na compreensão da dinâmica atmosférica e é responsável pela manutenção de ventos predominantes de leste em todo o cinturão intertropical.

Os sistemas frontais são originários das latitudes extra-tropicais e possuem vital importância para a climatologia da região e entorno de Conceição do Mato Dentro. No verão produzem instabilidade e forte nebulosidade associada. Os sistemas frontais são acompanhados por anticlones polares móveis. Durante o inverno a atuação dos Anticiclones Polares Móveis (APM) produz condições de redução das temperaturas médias. Sob sua influência registram-se as temperaturas mínimas absolutas.

Conceição do Mato Dentro possui uma distribuição da média pluviométrica ao longo do ano de 1521,3 mm, que por sua vez é marcado por uma grande variação interanual (um período seco e chuvoso).

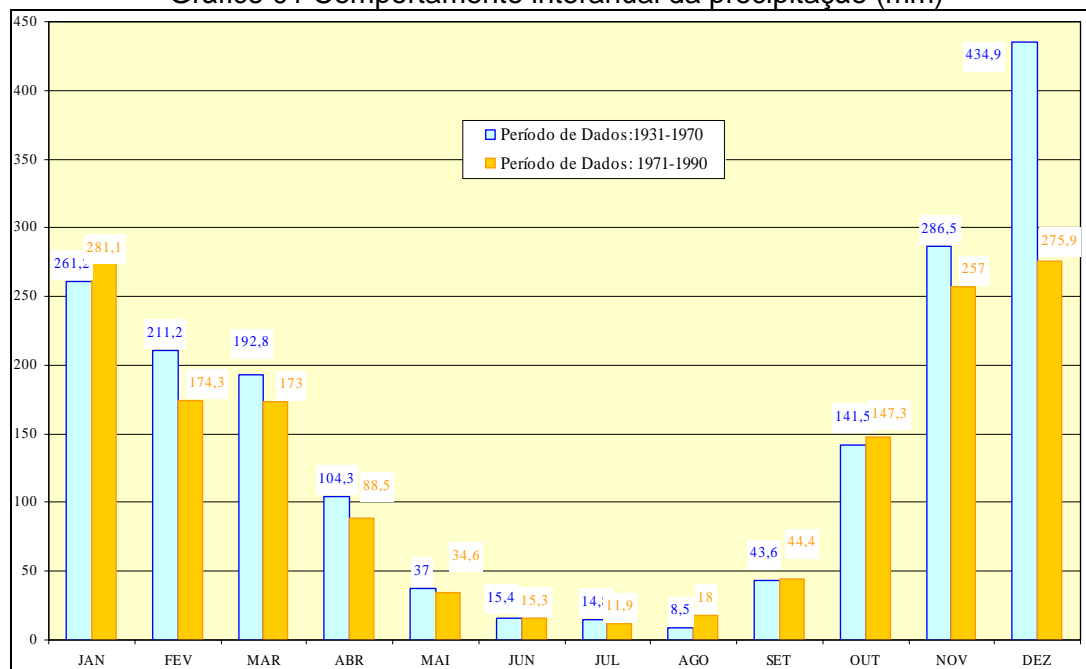
De acordo com os dados do INMET os meses mais chuvosos estendem-se de Outubro-Março (Gráfico 01). Os meses de abril e setembro são meses de transição entre um regime e outro. Já o semestre de abril-setembro é marcado pela estação seca na região. Contudo, devido à dinâmica atmosférica e a ação de vários elementos interagindo e alterando está dinâmica, tanto a estação seca quanto a chuvosa podem prolongar-se ou sofrerem atrasos.

A distribuição de chuva no trimestre novembro-dezembro-janeiro (NDJ) apresenta uma região de precipitação alta (superior a 814 mm). Por outro lado, no trimestre junho-julho-



agosto (JJA), devido a baixa atividade convectiva, os valores não ultrapassam a 119,4 mm. A região fica sob a ação do Anticiclone do Atlântico Sul, induzindo um período de seca bem característico. Não é incomum o registro de ausência de precipitação no trimestre mais seco do ano. Este comportamento está completamente de acordo com o ciclo anual da atividade convectiva na região.

Gráfico 01 Comportamento interanual da precipitação (mm)



Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia-INMET

Segundo Goulart (2002), o Espinhaço tem em seu extremo sul um clima mais frio e úmido e, ao norte, quente e seco. Na Serra do Cipó (localmente chamada), área de inserção da Unidade de Conservação proposta, as chuvas são abundantes, mas vão se escasseando até a região de Diamantina.

Formando uma dupla estacionalidade, o clima da região é o tropical de altitude, apresentando verões chuvosos e invernos secos do tipo Cwb (Köppen, 1931 apresentado na (figura 11). Há um déficit hídrico anual que pode chegar a 60 mm, enquadrando-se no tipo bioclimático de sub-tropical moderado úmido.



Figura 11. Classificação climática de W. Köppen para a bacia do rio Doce, segundo Strauch (1954)

Conceição do Mato Dentro possui uma estação climatológica com capacidade de coleta de dados de temperatura e precipitação. Deve-se considerar a oscilação dos dados em função da variação de altitude, formando um gradiente de 622 a 1670 metros. A temperatura mínima registrada no mês de Junho é de 9,6° C, sendo que nos meses de Janeiro e Fevereiro a temperatura é de 30,3° C, formando ainda uma oscilação da temperatura média de 16,5 a 23,5° C nos meses de Julho e Fevereiro respectivamente. As precipitações médias mensais variam entre 11,9 a 281,1 mm nos meses de Julho e Janeiro respectivamente, com um acumulo médio mensal de 1622 mm. A evapotranspiração potencial anual pode variar entre 700 e 850 mm (CETEC 1982).

O quadro a seguir apresenta as temperaturas médias, máxima e mínima, precipitação total e número de dias chuvosos por mês de janeiro de 1971 a dezembro de 1990 obtidos no 5º Distritos de Metereologia de Minas Gerais em Conceição do Mato Dentro, MG.

Quadro 12 – Dados meteorológicos da região de inserção do município de Conceição do Mato Dentro

Mês	Temperaturas			Precipitação (mm)	Nº de dias
	Méd.	Máx.	Mín.		
Janeiro.	23,4	30,3	17,8	281,1	17
Fevereiro	23,5	30,3	17,9	174,3	12
Março	23,0	29,9	17,6	173,0	14
Abril	21,3	28,4	16,1	88,5	08
Maio	19,0	26,9	13,4	34,6	06
Junho	17,0	25,9	11,1	15,3	03
Julho	16,5	25,9	9,6	11,9	04
Agosto	18,2	26,8	10,7	18,0	03
Setembro	20,1	27,5	13,2	44,4	06
Outubro	21,1	28,8	17,5	147,3	13
Novembro	22,5	28,8	17,5	275,0	20
Dezembro	22,8	28,9	18,0	275,9	20

Fonte: 5º Distritos de Meteorologia de Minas Gerais em, MG.

3.2.1.5. Espeleologia

Na área de estudo não foram encontradas nenhuma formação de grutas ou cavernas que se fizesse necessário tais estudos.

3.2.2 Caracterização dos Fatores Bióticos

A bacia hidrográfica do rio Doce está situada na região Sudeste, entre os paralelos 18°45' e 21°15' de latitude sul e os meridianos 39°55' e 43°45' de longitude oeste, ocupando uma área de aproximadamente 83.400 km², dos quais 86% pertencem ao Estado de Minas Gerais e o restante ao Estado do Espírito Santo. Abrange, total ou parcialmente, áreas de 228 municípios, sendo 202 em Minas Gerais e 26 no Espírito Santo. Com uma extensão de 853 km, o rio Doce tem como formadores os rios Piranga e Carmo, cujas nascentes estão situadas nas encostas das serras da Mantiqueira e Espinhaço. Seus principais afluentes em Minas Gerais são, pela margem esquerda, os rios Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí Grande e, pela margem direita, os rios Casca, Matipó, Caratinga-Cuieté e Manhuaçu, (ANA 2001).

O Parque Natural Municipal do Salão de Pedras (PNMSP) localiza-se no município de Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais (figura 12), e faz parte da bacia do rio Santo Antônio, uma subbacia do rio Doce. Nessa região há o predomínio da população rural e destaca-se a riqueza de seus recursos naturais representados pela grande diversidade de fauna e flora, recursos hídricos. Além de atividades rurais, o plantio de eucalipto está cada vez mais presente na região e já ocupa área significativa do baixo Santo Antônio (IGAM 2011).



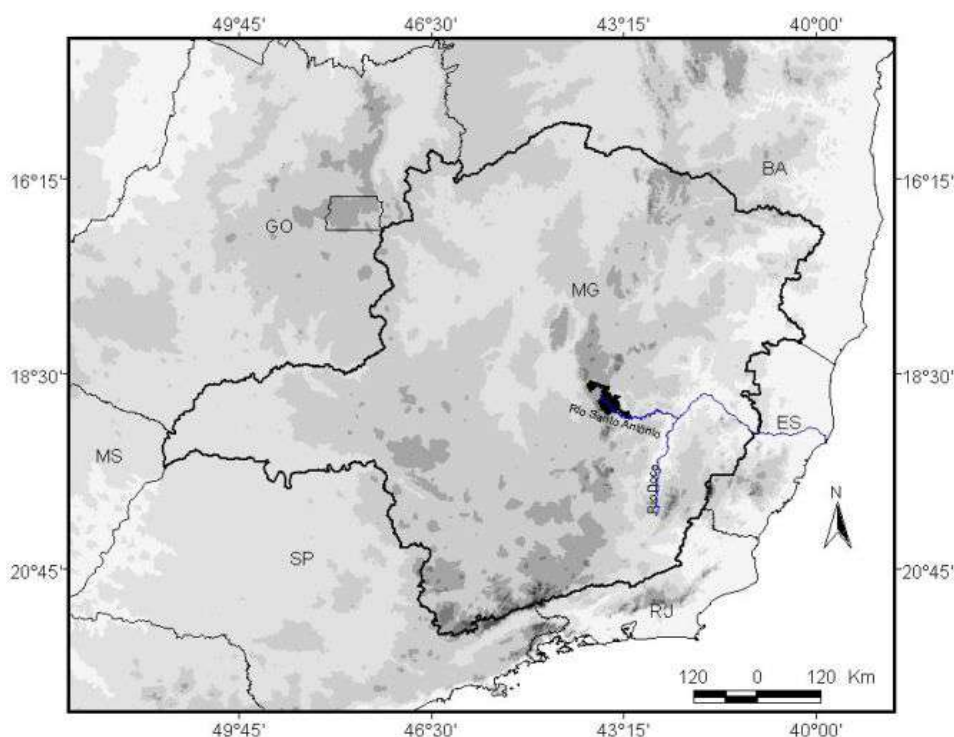


Figura 12. Localização do município de Conceição do Mato Dentro (em preto), no estado de Minas Gerais.

O município de Conceição do Mato Dentro encontra-se no ecótono Cerrado/Mata Atlântica. A vegetação mais representativa é característica do Cerrado (que se faz presente na porção oeste da Cadeia do Espinhaço) em que destacam-se as extensas áreas de campo limpo, matas de galeria e campos rupestres, entremeados por fragmentos de floresta estacional semidecidual (Marini & Lopes 2005). No PNSP, especificamente, prevalescem os fragmentos de floresta estacional semidecidual e campos rupestres. Segue abaixo uma breve descrição dos ambientes amostrados:

- **Campo rupestre** (foto 09 e 10): extensas áreas campestres com afloramentos rochosos. As porções amostradas apresentam-se descaracterizadas pelas ações antrópicas como a prática de escaladas e as queimadas, especialmente o uso do campo para pastagem (foto 07);
- **Mata de galeria** (foto 11 e 12): vegetação florestal que acompanha os riachos de pequeno porte e córregos dos planaltos do Brasil Central, formando corredores fechados sobre o curso d'água. Praticamente não apresenta caducifolia durante a estação seca (Ribeiro e Walter 2001). A mata de galeria amostrada apresenta-se bastante alterada pelas ações antrópicas. O pisoteio de animais domésticos, os processos erosivos observados nas proximidades da mata e o corte seletivo de madeira são as suas principais ameaças;
- **Floresta Estacional Semidecidual** (foto 13 e 14): vegetação florestal característica de Mata Atlântica que apresenta de 20 a 50% de caducifolia na estação seca (Veloso et al. 1991). Os fragmentos amostrados apresentam-se em estágios de sucessão que variam de inicial a intermediário. O corte seletivo de madeira é uma constante em todos os fragmentos visitados, sendo uma ameaça à flora e fauna do parque. Vestígios de fogo também foram encontrados.



Foto 09. Campo rupestre com elevado índice de degradação. Foram encontradas espécies típicas de áreas abertas e pastagens, como o caminheiro-de-barriga-acanelada (*Anthus hellmayri*), o tico-tico (*Zonotrichia capensis*) e a primavera (*Xolmis cinereus*).



Foto 10. Campo rupestre onde foi encontrado o gibão-de-couro (*Hirundinea ferruginea*), a andorinha-morena (*Alopochelidon fucata*), o canário-rasteiro (*Sicalis citrina*) e o tico-tico-do-campo-verdadeiro (*Ammodramus humeralis*).



Foto 11. Trecho de mata-de-galeria, bastante antropizado. O pássaro-preto (*Gnorimopsar chopi*), a saíra-amarela (*Tangara cayana*), o saí-azul (*Dacnis cayana*) e a cambacica (*Coereba flaveola*) foram registrados, dentre outros.



Foto 12. Trecho de mata-de-galeria em bom estado de conservação. Local do trinca-ferro-verdadeiro (*Saltator similis*), do joão-porca (*Lochmias nematura*), do sabiá-do-barranco (*Turdus leucomela*) e da saíra-douradinha (*Tangara cyanoventris*).

3.2.2.1. Estudos da Flora

3.2.2.1.1. Metodologia dos estudos da Flora

As expedições de campo ocorreram entre os dias 25 a 28 de julho de 2011 e 28 a 30 de janeiro de 2012. Compuseram o quadro da equipe técnica da Biopreservação Consultoria e Empreendimentos Ltda. o Botânico M.Sc Luis Fernando Magnago e Thiago dos Santos Coser sob a coordenação do Eng. Florestal Marcos Aurélio Sartori.



A metodologia utilizada para pesquisa da biodiversidade no Parque Natural Municipal Salão de Pedras (PNMSP) foi a Avaliação Ecológica Rápida (AER). Esse método combina o trabalho simultâneo de pesquisadores de diversas áreas (botânica, avifauna, mastofauna e herpetofauna) nos mesmos locais. Para tanto, o levantamento da vegetação do PNMSP, embasou-se, inicialmente, na análise conjunta com todos os Biólogos dos mapas digitais gerados para área em epigrafe, bem como a partir do Google earth. A partir desta análise foram norteados os principais pontos a serem verificados e amostrados *in loco* pela equipe.

O levantamento florístico das espécies de cada fitofisionomia foi realizado através de observações focais em toda a área de estudo. O levantamento fitossociológico nas áreas de campo rupestre foi realizado através de 80 parcelas de 3X3m (9 m²) sem intervalo entre cada parcela (Mueller-Dombois & Ellenberg, 1974). Para as formações florestais foi utilizado a metodologia de “point centered quarter” (Cottam & Curtis, 1956). Para tanto, foi definida uma linha, onde utilizou-se uma cruzeta, feita de galhos, deslocada de 10 em 10 metros, distância esta que, para a fitofisionomia estudada, foi suficiente para evitar que um indivíduo não fosse comum a pontos distintos. Foram amostrados 40 pontos, sendo em cada um deles, amostrados os indivíduos mais próximos (exceto os mortos ainda eretos), com circunferência do caule ao nível do peito (CAP) maior ou igual a 15 cm (Fig. 1). Quando a planta apresentava bifurcação abaixo da altura estabelecida, foram tomadas medidas dos ramos principais e posteriormente somadas. Para cada indivíduo foram anotados perímetro, altura e a distância da base do mesmo ao centro da cruzeta. A identificação foi feita em campo e, quando necessário, ramos foram coletados e identificados com bibliografia especializada.



Foto 16. Amostragem da vegetação através do levantamento fitossociológico.

Os parâmetros fitossociológicos analisados foram a Frequência absoluta (FA), Frequência relativa (FR), Densidade absoluta (DA), Densidade relativa (DR), Dominância absoluta (DA), Dominância relativa (DR), Valor de cobertura (VC) e Valor de importância (VI), segundo Brower & Zar (1984).

A identificação do material botânico foi realizada no próprio local ou, posteriormente, com auxílio de bibliografia especializada e análise das exsicatas depositas no herbário VIC da Universidade Federal de Viçosa e DIA da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. O material encontrado fértil será depositado no Herbário DIA. A classificação das

espécies em suas respectivas famílias seguiu o sistema Angiosperm Phylogeny Group II (APG II, 2003).

O reconhecimento das fitofisionomias no campo seguiu critérios propostos por Oliveira-Filho & Fluminhan-Filho (1999), sendo considerados não apenas critérios fisionômicos da vegetação em si (densidade, altura, estratificação etc.), mas também florísticos (famílias e espécies típicas de cada fitofisionomia) e ecológicos (condições de solo, afloramentos rochosos, evidências de fogo etc.).

3.2.2.1.2. Fitofisionomias

A área do Parque Natural Municipal Salão de Pedras é composta por diferentes tipos fisionômicos, sendo que estes apresentam influência de fatores abióticos variados, que imprimem diferentes tipos de restrições ou favorecimento para o estabelecimento da vegetação. Desta forma podem ser encontradas duas principais formações, o Cerrado em sua grande maioria, com as fitofisionomias Cerrado *sensu stricto* (foto 17) e Campos Rupestres (foto 18) e a Floresta Atlântica (Floresta Estacional Semidecidual) restrita as áreas com relevo de diferentes níveis de inclinação, onde geralmente apresentam áreas bem drenadas (foto 19).



Foto 17 . Cerrado *sensu stricto* do Parque Natural Municipal Salão de Pedras.



Foto 18. Campos Rupestres do Parque Natural Municipal Salão de Pedras.



Foto 19. Floresta Estacional Semidecidual no Parque Natural Municipal Salão de Pedras.

3.2.2.1.2.1. Cerrado Sensus Stricto

No PNMSPP a principal fisionomia é o Cerrado *sensus stricto*, o qual ocorre em praticamente toda a porção norte, leste e sudeste do Parque. Essa fisionomia é caracterizada pela presença de árvores de baixa altura e inclinadas, com arquitetura tortuosa e ramificações irregulares e retorcidas. O estrato arbustivo e subarbustivo costuma estar espalhado na área, havendo destaque para algumas espécies que apresentam xilopódios (órgãos subterrâneos perenes) que permitem a rebrota após distúrbios, tais como queima ou corte.

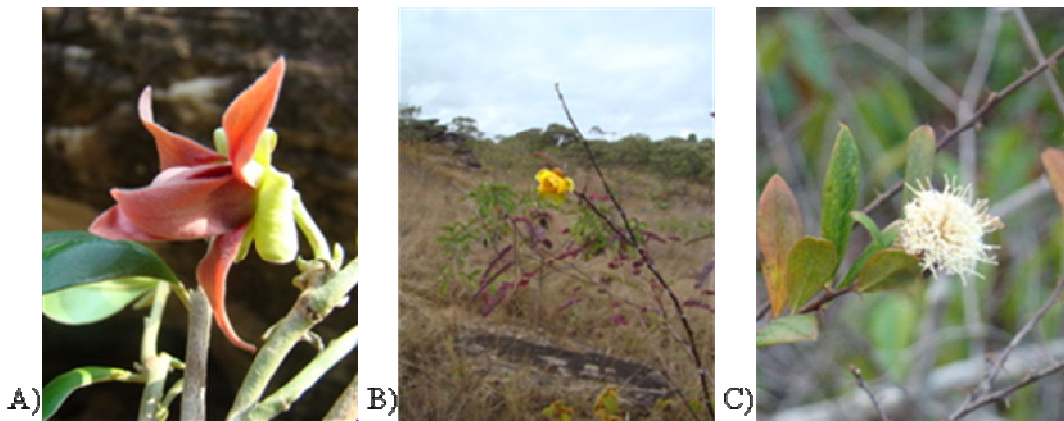
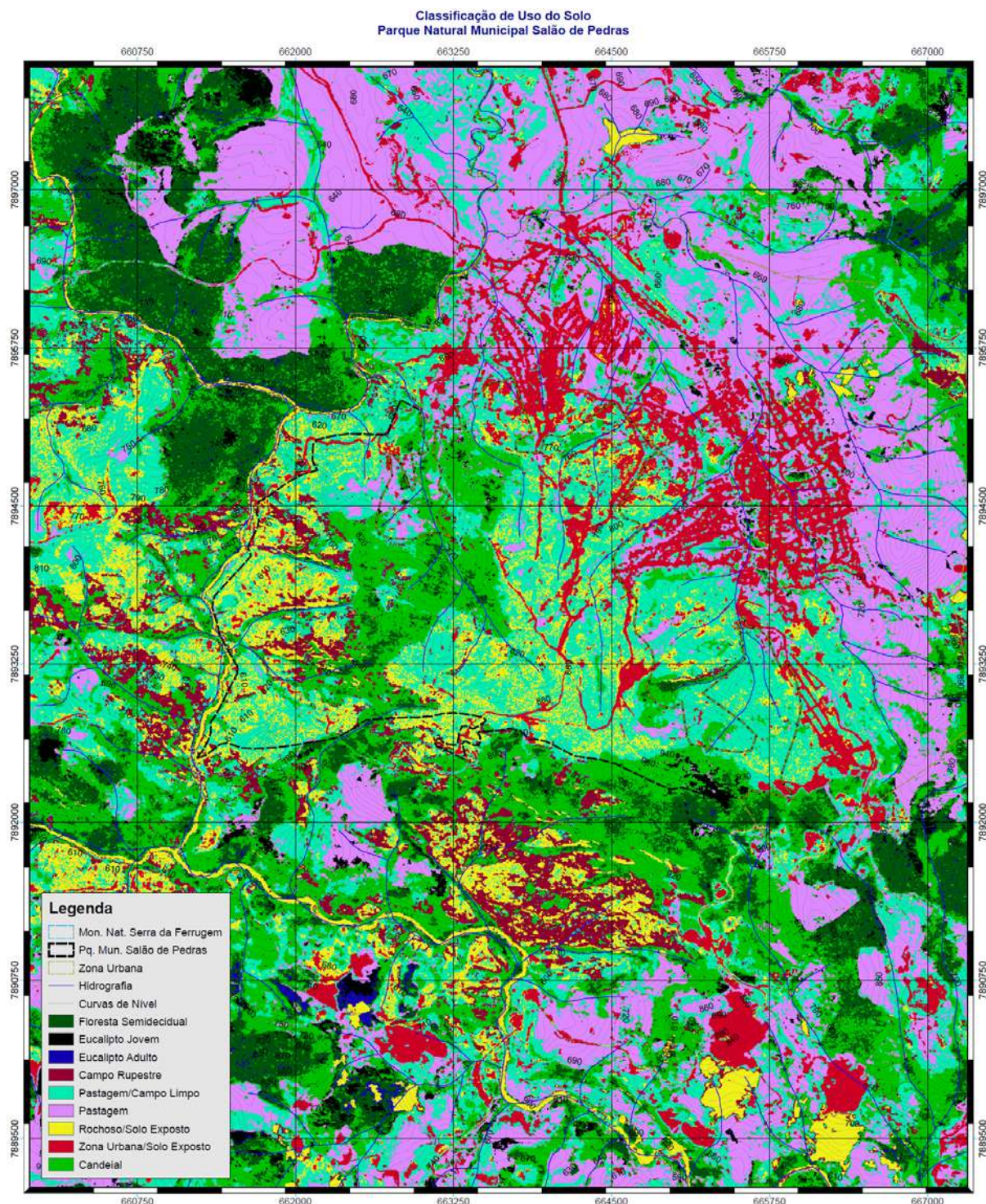


Foto 20. Espécies do Cerrado *sensu stricto* do PNMS. A) *Duguetia lanceolata*; B) *Chamaecrista debilis*; C) Asteraceae.

No PNMS A cobertura arbórea varia de 5 a 30%, com a predominância de indivíduos arbóreos e arbustivos com altura média de dois a três (foto 20). Algumas espécies arbóreas comuns nestas áreas são: *Eremanthus erythropappus*, *Eremanthus glomerulatus*, *Byrsonima coccolobifolia*, *Kielmeyra coriacea*, *Lafoensia pacari*, *Erythroxylum suberosum*, *Duguetia lanceolata*, *Qualea multiflora*, *Tabebuia ochracea*, *Xylopia aromatica*. Já no estrato herbáceo predomina *Andropogon* cf. *leucostachys*, *Andropogon* sp., *Panicum maximum*, *Paspalum* sp., *Mikania sessilifolia*, *Richterago* sp., *Vernonia* sp. 1.

Em algumas regiões do PNMS a fisionomia Cerrado *sensu stricto* se assemelha aos Campos Limpos, todavia, a característica da vegetação nestes locais (predominantemente herbácea, com raros arbustos) é principalmente devido o histórico de ocupação do parque (corte de madeira, fogo e animais constantes) do que aspectos estruturais da fisionomia, ou seja, não corresponde a uma paisagem natural.



3.2.2.1.2.2. Campo Rupestre

No PNMSPP os campos rupestres ocorrem preferencialmente na região oeste, em altitudes que variam de 600 a 800 m. Nestas regiões o campo rupestre é predominantemente herbáceo-arbustivo, com presença de arvoretas pouco desenvolvidas e, por vezes, árvores de porte maior entre os conjuntos de pedras. Geralmente, ocorre sobre grandes extensões

de afloramentos rochosos, com solos pouco profundos, litólicos, de relevo bastante íngreme e montanhoso, ou de maciços rochosos quartzíticos ou calcáreos, que podem assumir formas de grandes blocos de rochas e escarpas acentuadas. As linhas de drenagem são acompanhadas por matas ciliares, cuja composição inclui árvores de grande e médio porte; em alguns lugares as matas vão unir-se encosta acima a capões de mata; estes estão localizados nos topos dos morros ou encostas pouco inclinadas, sem blocos rochosos.

Os campos rupestres são constituídos de um estrato herbáceo mais ou menos contínuo, entremeado por pequenos arbustos perenifólios e esclerófilos e subarbustos freqüentemente com folhas imbricadas e que mostram convergência morfológica em várias famílias, apesar desta caracterização, que produz uma aparência semelhante a diversas áreas de campos rupestres, estes não constituem um tipo vegetacional homogêneo, mas um mosaico de comunidades relacionadas e controladas pela topografia local, declividade, influência do microclima e natureza do substrato (Giulietti et al., 2000) (foto 21A).

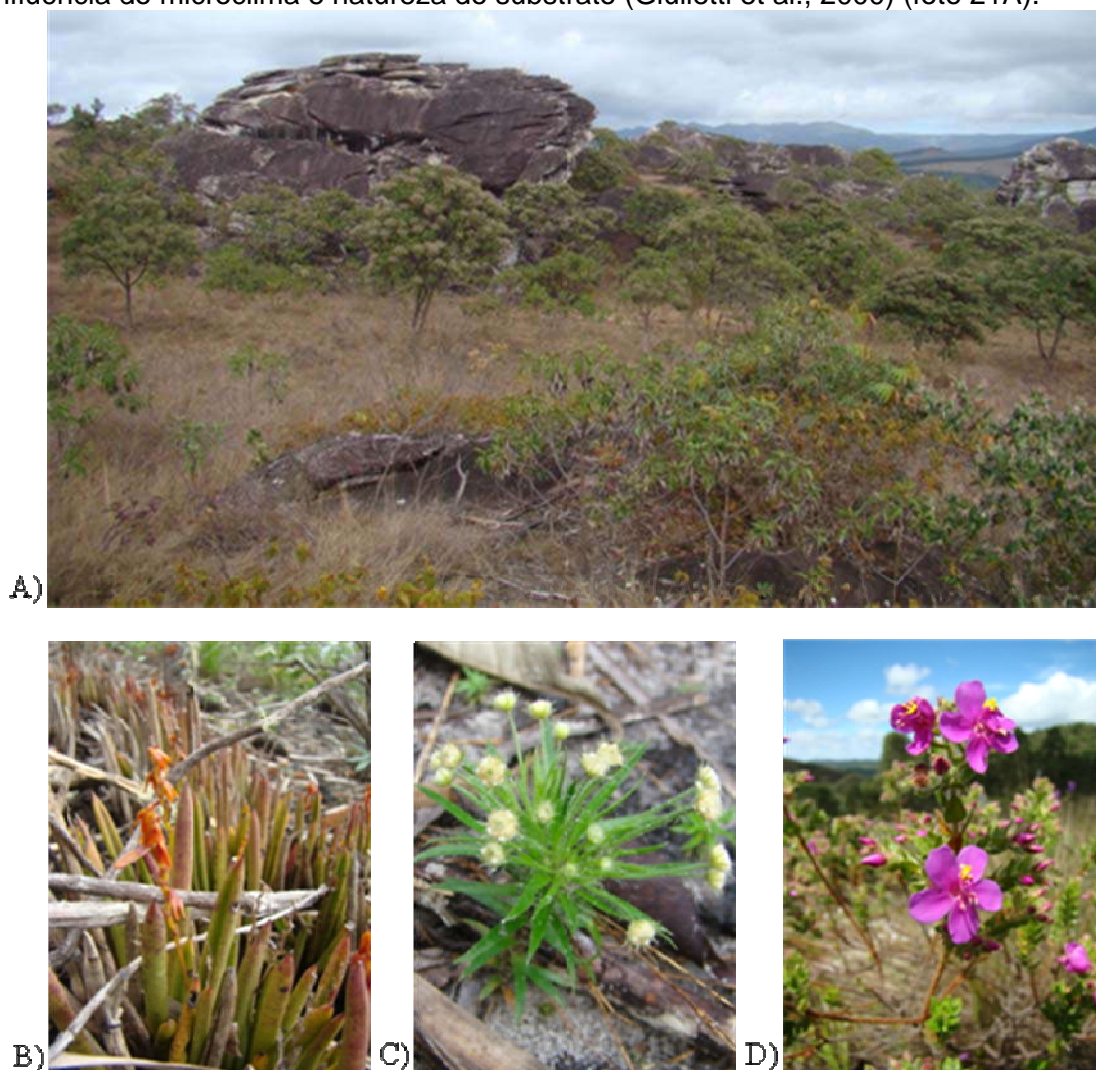


Foto 21. A) Campo Rupestre do PNMS. B) *Pleurothallis teres*; C) *Paepalanthus* sp. D) *Microlicia cordata*.

Dentre as principais espécies que ocorrem nos campos rupestres do PNMS podemos citar, *Mandevilla tenuifolia*, *Eremanthus glomerulatus*, *Pilosocereus aurisetus*, *Vellozia* spp., *Syagrus glaucescens*, *Chamaecrista debilis*, *Pseudobombax* sp., *Centrosema coriaceum*, dentre outras